

**O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
RANCHARIA – SP**

ELIANE SILVA DOS SANTOS

**O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
RANCHARIA – SP**

ELIANE SILVA DOS SANTOS

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.- Área de Concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof^o Dr. Munir Jorge Felício

334.6
S237a

Santos, Eliane Silva dos

O Associativismo como estratégia de gestão da agricultura familiar: as associações dos proprietários rurais do município de Rancharia – SP/ Eliane Silva dos Santos. – Presidente Prudente, 2013.

159 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) -Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2013.

Bibliografia.

Orientador: Munir Jorge Felício.

1. Associativismo. 2. Políticas Públicas. 3. Agricultura Familiar. I. Título.

ELIANE SILVA DOS SANTOS

**O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
RANCHARIA – SP**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do
Oeste Paulista, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre - Área de
Concentração: Ciências Ambientais.

Presidente Prudente, 29 de novembro de
2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Munir Jorge Felício

Universidade do Oeste Paulista – Unoeste

Presidente Prudente-SP

Prof^a. Dr^a. Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Universidade do Oeste Paulista – Unoeste

Presidente Prudente-SP

Prof^a. Dr^a. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp

Presidente Prudente-SP

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu pai, pelo incentivo a dedicação aos estudos, contemplando a nós o direito a educação, tão almejado por ele, mas que infelizmente a vida não lhe proporcionou o que ele tanto valorizava.

Agradeço a família que eu tive a benção de construir: meu esposo Miro, pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho. Aos meus filhos Thiago e Paula que tenho muito orgulho, espero que esta trajetória sirva de exemplo para vocês, saibam que se quiserem atingir uma meta especial, terá que estudar no horário em que os outros estão tomando chope com batatas fritas.

Agradeço a todos pela compreensão da minha ausência, em vários momentos. A vocês, dedico meu eterno amor, respeito e gratidão por tudo que vocês representam para mim.

Agradeço aos colegas do mestrado, pelo convívio com quem tanto aprendi, principalmente, à minha amiga Elaine e Williana. Agradeço a todos meus amigos que torceram por mim, para que eu concluísse com êxito esse desafio.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus em primeiro lugar, pelo dom da vida.

A elaboração de uma dissertação requer muito estudo e dedicação, quero agradecer, de maneira especial, meu Professor e Orientador Dr. Munir Jorge Felício pela dedicação nas orientações que foram de extrema importância para a realização desta dissertação. Agradeço também os questionamentos, sugestões, críticas, cobranças quando necessárias e o apoio nos momentos de dificuldades. Professor gostaria de dizer que tenho um enorme carinho por você.

A PROSUP – Programa de Suporte à Pós- Graduação, que me concedeu recursos destinados ao custeio de bolsas de estudos. Os recursos foram fundamentais para o custeio dos estudos contribuindo para a qualidade da pesquisa.

Aos Presidentes das Associações que concederam as entrevistas e disponibilizaram documentos necessários para a viabilização desta pesquisa. Presidente da associação dos produtores rurais de Agissê Sr. Alfredo Braun e vice Leonildo Moreira, o presidente da Associação do Assentamento São Pedro Osmil Castro.

“ Pesquisa é o processo de entrar em vielas para ver se elas são becos sem saída.”
(Marston Bates)

RESUMO

O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA – SP

Esta pesquisa procura compreender as estratégias de organização coletiva da agricultura familiar em associações conhecendo os processos existentes, identificando os pontos fortes e fracos desse sistema e analisando sua representatividade na economia do município. Levantamento das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais para gerenciar suas propriedades rurais e para a sobrevivência do empreendimento, organizando associações para alavancar o desenvolvimento sustentável do município. Muitos negócios são realizados em parcerias, a busca por produtos e serviços geralmente são realizados em conjuntos pelas associações. Existem programas governamentais direcionados para a agricultura familiar como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento Familiar) que é a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. O interesse pelo estudo das associações como estratégia de gestão da agricultura familiar justifica-se pelo fato do segmento ter um papel econômico social possuindo a condição de mantenedor de parte da segurança alimentar do Brasil por fornecer produtos comercializados em sua maioria no mercado interno e como fornecedor de matéria prima para as agroindústrias. A pesquisa baseou-se em pesquisas bibliográficas e documentais existentes referente às associações de produtores rurais e políticas públicas direcionadas a agricultura familiar. A análise fundamentada na investigação das práticas associativas de dois grupos sociais: os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra pela compra ou pela herança e os produtores rurais assentados em projetos de reforma agrária. Pesquisa aplicada e de levantamento caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejou conhecer, procedeu-se uma análise quantitativa (estatística) e obteve conclusões qualitativas. Os resultados deste estudo contextualiza a dinâmica das associações de produtores rurais do município de Rancharia, evidencia as políticas públicas direcionadas ao setor e seus desdobramentos. Analisa as práticas associativas como estratégia de sobrevivência dos associados e o fortalecimento do setor na economia local e envolvimento do segmento em articulações políticas e econômicas de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Associativismo, políticas públicas, agricultura familiar.

ABSTRACT

THE ASSOCIATIONS AS A STRATEGY FOR MANAGEMENT OF FAMILY FARM: ASSOCIATIONS OF FAMILY FARM OF RANCHARIA- SP

This research tries to understand the strategies of collective organization of family farmers in associations, knowing the existing processes, identifying the strengths and weaknesses of the system and analyzing its representation in the economy of the city. Survey of the difficulties faced by small farmers to manage their farms and the survival of the enterprise, organizing associations to increase the sustainable development of the municipality. Many businesses are conducted in partnerships, the search for products and services are usually carried out in sets by the associations. There are government programs targeted to family farms as PRONAF (National Program for Strengthening Family Farming) is the main policy of the Federal Government to support family farmers. The interest in the study of associations as a management strategy of family farming is justified by the fact that the sector have a social and economic role of sustainer of part of Brazil's food security by providing products commercialized mostly on the domestic market and as a supplier of agribusinesses. The research was based on literature searches and documents relating to associations of farmers and public policies directed to family farming. The analysis based on the investigation of associative practices of two social groups: small farmers who had access to land by purchase or by inheritance and farmers settled on land reform projects. Applied research and survey characterized by interviewing people whose behavior wanted to know, proceeded to a quantitative (statistical) and qualitative conclusions. The results of this study contextualizes the dynamics of rural producers' associations in the city of Rancharia, reveals public policies directed to the sector and its developments. Analyzes associative practices as a survival strategy of farmers and strengthening of the sector in the local economy and involvement of the segment in political and economic joints of development.

Keywords: Associations, public policy, family farm.

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAI – Complexo Agroindustrial

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em
Economia

CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EGEA – Enfoque Global de Exploração Agropecuária

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETEC – Escola Técnica

FAAFOP – Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares
do Oeste Paulista.

FAMHESP – Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MBA – *Master in Business Administration*

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEMH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PM – Polícia Militar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UPF – Unidades de Produção Familiar

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Complexo Agroindustrial.	37
FIGURA 2	Mapa dos municípios que compõem o território do Pontal do Paranapanema com destaque para os assentamentos rurais.	85
FIGURA 3	Mapa Pontal do Paranapanema – Geografia das ocupações de Terra – 2010 – Municípios com Ocorrência de Ocupações.	86
FIGURA 4	Sede da Associação dos Produtores Rurais de Agissê – Rancharia – SP	91
FIGURA 5	Barracão com os tanques de resfriamento da Sede da Associação dos Produtores Rurais de Agissê – Rancharia – SP.	91
FIGURA 6	Tanque resfriador com capacidade para 6000 litros	92
FIGURA 7	Processo de recebimento do Leite	92
FIGURA 8	Secretária Marcia	92
FIGURA 9	Secretária Marcia recolhe amostra de leite para análise	92
FIGURA 10	Entrega de leite de alguns produtores associados	93
FIGURA 11	Entrega de leite de alguns produtores associados	93
FIGURA 12	Presidente atual: Alfredo Braun e o presidente anterior: Leonildo Moreira sendo entrevistados pela pesquisadora mestrando Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício.	93
FIGURA 13	A pesquisadora mestranda Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício em entrevista com os	93

	Presidentes da Associação de Agissê.	
FIGURA 14	Logo da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo – FAMHESP.	95
FIGURA 15	Faixa de divulgação da VI Fest Leite	96
FIGURA 16	Entrevista realizada com o presidente Vicente José da Silva da Associação dos agricultores familiares do assentamento São Pedro e região. Entrevistados pela pesquisadora mestrando Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício.	114
FIGURA 17	Entrevista com a presença da professora Rosangela (KIKA) e integrantes da presidência lavrando ata.	114
FIGURA 18	Sede da fazenda São Pedro	115
FIGURA 19	Junto a Sede da fazenda São Pedro está a escola comunitária	115
FIGURA 20	Eliane Silva dos Santos a pesquisadora e aluna do mestrado Unoeste no dia 16-11-2012. Ocupação lote do assentamento São Pedro que aconteceu no dia 14-11-2012	117
FIGURA 21	Forma de ocupação no dia 16-11-2012. Ocupação lote do assentamento São Pedro que aconteceu no dia 14-11-2012	117
FIGURA 22	Invasão do lote por famílias acampadas da região	118
FIGURA 23	Pesquisadora entrevista as lideranças	118
FIGURA 24	Reportagem sobre a ocupação dos acampados	118

FIGURA 25	Pesquisa Virgínia Rossi - Uruguaia Metodologia Enfoque Global de exploração agropecuária – EGEA - Origem França	119
FIGURA 26	Pesquisa Virgínia Rossi do Uruguaio e pesquisadora Maria do Estado do Piauí - Uruguaia aplicando a metodologia Enfoque Global de exploração agropecuária – EGEA - Origem França.	119
FIGURA 27	Programa PRONAT financiou o Barracão	120
FIGURA 28	Barracão destinado a sede da associação de São Pedro - pronto Programa PRONAT	120

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Agricultura Familiar: Percentual dos produtos produzidos nos estabelecimentos familiares segundo os Censos Agropecuário do IBGE 1995/96 e 2006.	45
GRÁFICO 2	Dados de investimentos em assistência técnica e extensão rural.	75
GRÁFICO 3	Dados de investimentos do Programa PAA – 2003/2009	77
GRÁFICO 4	Investimentos destinados aos Planos Safras 2002/2003 á 2013/2014.	78
GRÁFICO 5	Tipo de Organização Coletiva de Produtores Rurais de Rancharia	89
GRÁFICO 6	Número de Associados Entrevistados que são Produtores Leite e que foram Entrevistados na Associação de Agissê no Período 2013.	97
GRÁFICO 7	Número de associados entrevistados e classificados por sexo	98
GRÁFICO 8	Estado Civil dos Entrevistados e Associados que são produtores de leite de Agissê período 2013.	98
GRÁFICO 9	Grau de escolaridade dos associados entrevistados associação Agissê	99
GRÁFICO10	Número de associados que residem no meio rural e no meio urbano	100
GRÁFICO 11	Classificação por idade dos entrevistados da Associação de Agissê no período 2013.	100
GRÁFICO 12	Forma de obtenção da terra dos Entrevistados da Associação de Agissê	101
GRÁFICO 13	Origem dos Entrevistados da Associação de Agissê	102
GRÁFICO 14	Entrevistados fazem correção do solo	103
GRÁFICO 15	Entrevistados que tem rio que corta a propriedade	103
GRÁFICO 16	Entrevistados que foram contemplados com o Programa microbacias I	104

GRÁFICO 17	Entrevistados que conhecem o Programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	105
GRÁFICO 18	Entrevistados que conhecem o Programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	106
GRÁFICO 19	Entrevistados que conhecem o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	106
GRÁFICO 20	Entrevistados que fazem parte de uma cooperativa	107
GRÁFICO 21	Entrevistados fazem parte de sindicatos da categoria	108
GRÁFICO 22	Produtores que não utilizam irrigação em suas propriedades	109
GRÁFICO 23	Indica os tipos de animais e a porcentagem de produtores rurais que possuem cada categoria de animais em suas propriedades.	110
GRÁFICO 24	Indica a porcentagem de produtores que tem tratores em suas propriedades	110
GRÁFICO 25	Indica a porcentagem de produtores que utilizam mão de obra familiar, temporária e parcerias.	111
GRÁFICO 26	A preocupação ambiental fez-se necessário perguntar aos pequenos produtores se era possível plantar sem utilizar agrotóxico.	112
GRÁFICO 27	Pequeno produtor conhece alguém na região que planta sem utilização de agrotóxico	112
GRÁFICO 28	Quais os meios adotados pelos produtores na obtenção de assistência técnica	113
GRÁFICO 29	Número de associados entrevistados	121
GRÁFICO 30	Número de associados entrevistados e classificados por sexo	121
GRÁFICO 31	Número de associados entrevistados e classificados por estado civil	122
GRÁFICO 32	Grau de escolaridade dos associados entrevistados da associação São Pedro	123

GRÁFICO 33	Número de associados que residem no meio rural e no meio urbano	123
GRÁFICO 34	Classificação por idade dos entrevistados da Associação da São Pedro	124
GRÁFICO 35	Forma de obtenção da terra dos Entrevistados da Associação da São Pedro	124
GRÁFICO 36	Origem dos Entrevistados da Associação da São Pedro	125
GRÁFICO 37	Entrevistados que fazem correção do solo	126
GRÁFICO 38	Entrevistados que tem rio que corta a propriedade	126
GRÁFICO 39	Entrevistados que foram contemplados com o Programa Microbacias I	127
GRAFICO 40	Entrevistados que foram contemplados com o programa PAA	127
GRÁFICO 41	Entrevistados conhecem o Programa PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	128
GRÁFICO 42	Entrevistados que conhecem o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	129
GRÁFICO 43	Entrevistados que fazem parte de uma cooperativa	129
GRÁFICO 44	Entrevistados fazem parte de sindicatos da categoria	131
GRÁFICO 45	Entrevistados fazem uso de irrigação na propriedade	132
GRÁFICO 46	Indica os tipos de animais e a porcentagem de produtores rurais que possuem cada categoria de animais em suas propriedades.	132
GRÁFICO 47	Indica a porcentagem de produtores que tem tratores em suas propriedades	133
GRÁFICO 48	Indica a porcentagem de produtores que utilizam a mão de obra familiar, temporária e parcerias.	134
GRÁFICO 49	A preocupação ambiental fez-se necessário perguntar aos pequenos produtores se era possível plantar sem utilizar agrotóxico.	134
GRÁFICO 50	Pequeno Produtor conhece alguém na região que planta sem utilização de agrotóxico	135

GRÁFICO 51 Quais os Meios Adotados pelos Produtores na Obtenção de 136
Assistência Técnica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21
1 O AVANÇO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO	25
2 A HISTÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA	31
2.1 A Modernização da Agricultura à Partir de 1960 e a Criação Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	34
2.2 A Criação dos Complexos Agroindustriais.	35
2.3 A Modernização da Agricultura Resultou num Processo de Expropriação de Pequenos Produtores Brasileiros	38
2.4 A Importância da Criação de Instituto Embrapa para o Fortalecimento e Modernização da Agricultura	40
2.5 A Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	42
3 O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA	47
3.1 O Associativismo como Estratégia de Fortalecimento dos Pequenos Produtores Rurais.	47
3.2 Associativismo no Brasil	55
3.3 A Importância do Associativismo Rural como Desenvolvimento de Unidades Produtoras de Leite	57
3.4 O Associativismo como Estratégia de Sobrevivência dos Pequenos Produtores.	60

3.5 Políticas Públicas Direcionadas a Agricultura Familiar	62
3.6 O PRONAF como Política Pública	64
3.7 Plano Safra 2013/2014	80
4 AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA	84
4.1 Levantamento das Associações dos Proprietários Rurais do Município de Rancharia.	87
4.2 Associação dos Produtores de Agissê	90
4.3 Dados Coletados através de Entrevistas com os Produtores Rurais de Agissê	97
4.4 Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região	114
4.5 Dados Coletados através de Entrevistas com os Produtores Rurais Assentamento da São Pedro	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
ANEXOS	145
ANEXO A – Questionário Aplicado	146
ANEXO B – Normativa 51 – Anexo III	156
ANEXO C - Normativa 51 – Anexo IV	157
ANEXO D – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento	158

APRESENTAÇÃO

A organização desta dissertação estabelece uma linha demasiadamente tênue que revela o meu percurso acadêmico e profissional que iniciou no último ano do curso de Administração em 2005. Após o término da graduação ingressei em 2007 no curso de *MBA (Master in Business Administration)* em Produção e Logística, e devido ao destaque com os trabalhos acadêmicos apresentados no curso de pós-graduação, veio o primeiro convite para ser docente no curso de pós-graduação. De imediato fiquei muito insegura, pois não tinha lecionado nem na graduação, deixando essa oportunidade para outro momento. Esse que surgiu com um convite para lecionar no curso de graduação da faculdade que me formei em 2005. Mesmo com tantas dúvidas e inquietações acerca da profissão docente comecei a lecionar na graduação. No início de 2011 tive a gratificante experiência de fazer o “Curso de Formação Pedagógica Docentes”, oferecido pelo Centro Paula Souza. Conclui a licenciatura em 2011, para aperfeiçoar o campo pedagógico. A didática e a busca de novas metodologias, contribuiu efetivamente para tornar-me professora de fato.

Devido a minha formação, sempre tive interesse pelas políticas públicas voltadas para a área de gestão, mais especificamente a projetos ligados a gestão coletiva, como o associativismo.

Durante o ano de 2011 tive a oportunidade de lecionar a disciplina de Gestão Rural no curso de Administração, contribuindo para minha formação acadêmica e profissional. Mas a indagação sobre a gestão rural e as políticas públicas direcionadas ao setor ainda precisava buscar respostas por meio de estudo aprofundado.

Era preciso aprender ainda mais, compreender e analisar as políticas públicas e as especificidades do setor e suas estratégias de sobrevivência frente ao capital. Assim, no ano de 2012, pesquisando sobre o curso de mestrado no site da Unoeste, descobri que as linhas de pesquisas do mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional iria preencher a minha lacuna, sobretudo com as pesquisas desenvolvidas pelo Professor Doutor Munir Jorge Felício. Todo esse percurso, descrito anteriormente, justifica agora a escolha do objeto de pesquisa que é lançado na proposta da dissertação para o curso de mestrado.

Sendo assim, meus questionamentos baseiam-se em: “Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1986, p. 15). Procura-se nesta pesquisa levantar a importância da agricultura familiar, chamadas também de Unidades de Produção Familiar (UPF) da região de Rancheira, suas peculiaridades, como elas se organizam através de associações, seus sistemas de produção, gerenciamento e tomadas de decisões.

INTRODUÇÃO

O Pontal do Paranapanema é conhecido como região decorrente de conflitos agrários, uma vez que sua trajetória histórica foi marcada por irregularidades que tiveram origem a partir da década de 1856. Segundo Leite (1998) a história de grilagem de terras do Pontal do Paranapanema surge com a grilagem da fazenda Pirapó Santo Anastácio em 1856, e posteriormente em 1930, com a ocupação de posseiros atraídos por terras públicas e reservas florestais.

A presente pesquisa tem como tema principal o associativismo como estratégia de gestão da agricultura familiar de pequenos proprietários rurais e produtores assentados em projetos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema-SP, mais precisamente do município de Rancharia - SP.

Pretende-se aprofundar a temática do associativismo rural e sua importância econômica e social para o desenvolvimento rural do município. O desenvolvimento rural compreende um conjunto de ações políticas, técnicas e econômicas, visando a sobrevivência e permanência do pequeno produtor em sua propriedade de forma auto-sustentável, ou seja, superando barreiras, muitas vezes, impostas pelo capitalismo industrial, comercial, financeiro e o agronegócio. O agronegócio tem sido considerado na contemporaneidade como símbolo de modernidade, mas para que o agronegócio possa se desenvolver é necessário que ocorra a expropriação dos pequenos produtores e exclusão social.

O interesse pelo estudo das associações como estratégia de gestão da agricultura familiar justifica-se pelo fato da expressiva modernização da agricultura, provocada pelas relações capitalistas no campo, ocasionando mudanças, como a expropriação de inúmeros pequenos produtores rurais e uma parcela significativa daqueles que conseguiram se manter no campo, onde a alternativa encontrada foi a associação como estratégia de sobrevivência, reprodução e recriação.

Buscar-se-á também verificar a viabilidade do associativismo de unidades produtoras rurais; estudar e refletir sobre a gênese da agricultura familiar; realizar levantamento histórico e regional da agricultura familiar no município de Rancharia; analisar a implantação, a administração das associações de produtores rurais do município de Rancharia; aproximar o quanto possível do perfil dos produtores rurais associados do município de Rancharia; estudar as vantagens e os

limites do associativismo rural em Rancharia e discutir o desenvolvimento e a sustentabilidade dos pequenos proprietários rurais de Rancharia.

Para a melhor compreensão, vale a pena contextualizar a década de 1960, onde ocorreram as transformações oriundas dos processos de industrialização e urbanização no Brasil. Com a aceleração destes processos cresce a demanda por produtos e exige-se novos modelos produtivos, alterando a agricultura brasileira com a implantação de políticas de créditos e adoção do pacote tecnológico.

Com a inserção de novas tecnologias, passam a existir novos modelos de exploração da terra: uma exploração capitalista e outra exploração baseada no trabalho familiar. É importante ressaltar que a ação do Estado, em particular no período pós 1964, privilegiou a grande propriedade, geradora de divisas, por meio da exportação de produtos agrícolas. O avanço no consumo de produtos industrializados, destinados à agricultura, consolidou os complexos agroindustriais. O pequeno produtor rural ocupou um lugar à margem dos projetos do Estado não privilegiado na sociedade brasileira, constituindo-se num setor impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção.

Na década de 1990, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que reconhece o segmento agricultor familiar pelo setor público e direciona investimentos estatais.

Vale a pena destacar que as unidades produtivas precisam de novos modelos de gestão como associações e cooperativas que possibilitem a permanência do sistema familiar e contribuam para sua sustentabilidade e desenvolvimento local e regional.

As associações que serão objeto de estudo estão localizadas na cidade de Rancharia, que está inserida no Pontal do Paranapanema e é composta de 32 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

Como participantes do mercado, as associações estão inseridas no mesmo ambiente econômico e concorrencial das empresas privadas, e, para se manterem neste cenário, como estratégias adotadas pelos produtores estão a criação de associações. O associativismo se constitui em alternativa necessária de recriação do campesinato, viabilização econômica, política e social. Procurou-se refletir sobre a natureza e a lógica de dominação do capitalismo no campo, fazendo uma discussão sobre o desenvolvimento técnico científico, a ação do Estado e seus impactos sobre os agricultores, a agricultura e a sociedade.

A fundamentação desta pesquisa está baseada na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, materiais já publicados, como livros, artigos de periódicos e material disponível pela internet e sites de conteúdo científico; além de pesquisa documental existente referente à agricultura familiar do município: dados do CATI e Prefeitura Municipal de Rancharia - Plano Municipal de desenvolvimento rural sustentável.

Para a realização da pesquisa de campo, foi necessária a análise minuciosa de fontes documentais que servirão de suporte à investigação da pesquisa por método dedutivo compreendido como aquele que tem como ponto de partida o geral, para chegar a uma conclusão particular ou requer movimento do geral para o específico.

Pesquisa aplicada e de levantamento, caracterizada pela interrogação direta das pessoas com aplicação de questionários fechados.

A análise foi fundamentada na investigação das práticas associativas de dois grupos sociais: os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra pela compra ou pela herança e os produtores rurais assentados em projetos de reforma agrária.

Realizando uma análise qualitativa das estratégias delineadas pelas associações e das relações que se estabelecem entre as associações e associados.

No primeiro capítulo, procurou-se compreender o avanço do capitalismo na agricultura e a recriação do campesinato. O aprofundamento do tema exigiu revisão bibliográfica sobre o assunto com autores como: Kautsky (1986); Mazoyer e Roudart (1998); Oliveira (2007); Ferreira e Mesquita (2009); Engels (1981) e Chayanov (1981).

No segundo capítulo, deu-se o aprofundamento nos estudos para compreender a história da agricultura brasileira. Para as análises foram utilizados os estudos de Silva (1996); Muller (1989); Delgado (1985); Aguiar (1986); Gonçalves Neto (1997); Veiga (1991); Abramovay (2007); Felício (2011); Guanzioli et al (2001); Silva (2006); Sepúlveda (2005); Costa e Ribeiro e Veloso e Hespanhol (2011).

No terceiro capítulo, destacou-se o associativismo como estratégia de desenvolvimento na agricultura. A compreensão exigiu revisão bibliográfica dos autores: Hespanhol (2000, 2006 e 2007); Costa e Ribeiro e Veloso e Hespanhol (2011); Oliveira (2010); Oliveira e Hespanhol (2011); Sebrae (2009); Lonello (2010); Ribeiro e Queda (2007); Hespanhol (2006); Felício (2009); Saron e Hespanhol (2011); Antunes e Hespanhol (2011) e Fialho (2012).

O quarto capítulo caracteriza-se pela pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas com presidentes das associações para compreender as formas de associações dos proprietários rurais do município de Rancharia.

As reflexões realizadas neste trabalho não esgotam a temática do associativismo rural, pretende-se dar continuidade a pesquisa para levantamento de outras formas de associativismo.

1 O AVANÇO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

A questão agrária tem ocupado a mente dos pesquisadores quando se quer compreender de que forma aconteceu e, ainda vem se desenvolvendo, o avanço do capitalismo na agricultura. Muitos pesquisadores já fizeram suas trajetórias científicas oferecendo contribuições nas mais diversas áreas do conhecimento à procura de debater suas compreensões. Entre essas análises encontram-se as seminais desenvolvidas por Kautsky (1986) pela importância de suas abordagens e discussões. Segundo Kautsky (1986) é equívoco compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista analisando apenas a luta de classes. Além dos proprietários dos meios de produção e dos proprietários da força de trabalho, há

[...] muitas outras – entre as quais figuram tanto os expoentes como a faixa sedimentar da sociedade; de um lado os monarcas e respectivos cortesãos, de outro os diferentes tipos de lumpemproletariado -, classes que, em parte, constituem produtos de formas pré-capitalistas da sociedade, [...] (KAUTSKY, 1986, p. 13).

Para compreender o avanço do capitalismo na agricultura, Kautsky (1986) explica que esse desenvolvimento ocorreu obedecendo às leis próprias da agricultura e não as leis que comandam o desenvolvimento do capital na indústria. Diante dessas constatações acima descritas, Kautsky (1986) lança um verdadeiro desafio. Contribuir com algumas respostas a esse desafio é um dos objetivos desse trabalho de pesquisa e dessa dissertação de mestrado. O desafio empreendido por Kautsky (1986) e, que também impulsionou os esforços dessa dissertação de mestrado consiste em

Examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas (KAUTSKY, 1986, p. 15).

Ainda persiste a necessidade de prosseguir as análises que se iniciaram com Kautsky (1986), principalmente no que se refere às transformações impulsionadas na agricultura mediante o avanço do capital. Em outras palavras, de que maneira o desenvolvimento industrial consegue modificar o caráter da produção agrícola? Lembrando que a forma camponesa de fazer agricultura é a mais antiga e a mais tradicional como demonstraram Mazoyer e Roudart (1998) permanecendo

algumas características de ajuda mútua ainda nos dias atuais como a parceria, por exemplo.

Ao descrever o jeito camponês de fazer agricultura Kaustky (1986, p.17) demonstra com riqueza de detalhes “a família camponesa medieval”. Além de possuir a terra, todo contingente familiar trabalhava, em conjunto, desenvolvendo uma produção tipicamente de subsistência e quase não vendia seus produtos no mercado. Para manter a vida familiar ela desenvolveu tecnologia com a qual produzia tudo o que necessitava, desde vestimentas até móveis e ferramentas.

O advento da indústria modifica, gradual e profundamente, o caráter da produção agrícola e de suas relações sociais. A indústria doméstica camponesa não consegue acompanhar as inovações tecnológicas advindas da revolução industrial, pois,

O desenvolvimento da indústria e do comércio, no entanto, geraram a demanda de novos produtos na cidade, demanda que a indústria agrícola era incapaz de satisfazer; esses produtos, a exemplo das ferramentas novas e mais perfeitas, também começaram a invadir o campo em ritmo crescente, na medida em que crescia o intercâmbio entre a cidade e o campo (KAUTSKY, 1986, p. 18).

E, mais,

É somente com o advento da indústria capitalista que se revela a regressão da indústria agrícola caseira de subsistência. Somente o sistema de comunicações, com suas ferrovias, correios e jornais, vai ser capaz de levar as novas ideias e produtos da cidade para os rincões mais afastados da zona rural, e colocar sob o domínio desse processo tanto as cercanias da cidade quanto a população toda do campo (KAUTSKY, 1986, p. 19).

A revolução industrial que impulsionou o desenvolvimento de novas tecnologias atinge a produção de carnes e grãos, transformando o modo camponês de fazer agricultura e alterando de maneira radical as relações sociais familiares. Paulatinamente, a produção de subsistência vai sendo substituída pela produção mercantil visando atender as demandas urbanas cada vez mais intensas e exigentes. No modo de produção capitalista a terra do camponês já não é mais suficiente, pois, para ele, a produção de pequena escala para consumo próprio e troca do excedente não é mais adequada e fornecedora dos recursos necessários. Esse pequeno estabelecimento dará lugar ao grande estabelecimento agrícola, no qual serão produzidas as matérias-primas para abastecer a indústria, bem como, os alimentos - carne e grãos - para a população trabalhadora urbana. O processo de substituição da produção de subsistência para a produção mercantil, apesar de ter

seu início na Idade Média, fora impulsionado pelo modo de produção capitalista, como explica Kautsky,

Esse processo ainda não chegou ao fim; ele prossegue e atinge progressivamente outras regiões e áreas cada vez mais extensas da produção agrária de subsistência, as quais converte em regiões da produção mercantil. Ele amplia de várias formas a demanda de dinheiro entre os camponeses, substituindo o trabalho familiar pelo assalariado. Dessa maneira, o modo de produção capitalista, desenvolvido nas cidades, já é capaz de revolucionar completamente as bases existenciais do agricultor (tomado em sentido antigo) sem que se torne necessário o capital entrar diretamente na produção agrária, ou seja, antes mesmo de se formar qualquer oposição entre o grande e o pequeno estabelecimento agrícola. Contudo, a ação do capital não se restringe apenas a indústria. Uma vez fortalecido o suficiente, irá apoderar-se da agricultura (KAUTSKY, 1986, p. 15).

Para compreender como se deu a evolução do processo de substituição da produção de subsistência para a produção capitalista é importante recorrer às análises desenvolvidas por Oliveira (2007). Elas também contribuirão para a compreensão das diversas implicações na agricultura após essa substituição, bem como entender de que maneira a agricultura de subsistência e a agricultura mercantil se desenvolvem a partir dessa transformação.

Para explicar a transição do feudalismo ao capitalismo, Oliveira (2007) demonstra que “à medida que as terras escasseavam, surgia a tendência ao monopólio do mais considerável dos meios de produção, a terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 16). Nessa luta pela terra os camponeses foram facilmente derrotados, pois, ao lado dos nobres feudais, encontravam-se as estruturas do Estado moderno, contribuindo com a vitória desses. Os camponeses perderam a posse da terra por intermédio dessa luta e também por causa da implantação do processo denominado “cercamento”, como descreve Oliveira (2007):

Em determinados países esse processo foi violento e rápido; em outros foi mais lento. Na Inglaterra, durante os séculos XVI e XVII, os *cercamentos* praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo, e em seu lugar surgiram os *arrendatários capitalistas*. Na França só com a Revolução de 1789 aboliram-se os últimos direitos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar a propriedade camponesa familiar (OLIVEIRA, 2007, p. 18-19. Itálicos no original).

Com o avanço do capitalismo na agricultura, os camponeses perderam o domínio do seu principal meio de produção, a terra, seja pela guerra contra as estruturas feudais como também pelos cercamentos. Perderam, também, outro meio de produção pela desagregação da pequena indústria doméstica camponesa frente ao desenvolvimento da indústria urbana.

[...] que antes só produzia para a cidade e os subúrbios, passou fabricar ferramentas que o camponês não conseguia produzir, da mesma maneira que passou a criar novas necessidades que penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e irresistível, quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

Com o avanço do capitalismo na agricultura, os arrendatários capitalistas almejavam não a produção de pequena escala, mas o desenvolvimento da produção mercantil, oferecendo, principalmente às cidades, os alimentos que elas não conseguiam produzir, como também a necessária produção de matéria-prima em larga escala para abastecer a indústria, como a lã, por exemplo. Tanto os alimentos quanto uma gama enorme de matéria-prima são consideradas mercadorias e são próprias do desenvolvimento capitalista por serem elas as responsáveis pelo processo de circulação e distribuição, como explica Oliveira (2007):

[...] a primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo não foi necessariamente uma etapa em que predominaram as relações especificamente capitalistas de produção, mas sim uma etapa principalmente de produção de mercadorias. Com a mercadoria, o capitalismo ganha dimensão mundial, ou seja, dissemina-se por lugares diferentes, momentos distintos (mas articulados) de um processo único: o processo contraditório de sua expansão.

Desse modo, a formação econômica-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios mais articulados: em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente agricultura (OLIVEIRA, 2007, p. 20-21).

As análises de Kautsky (1986) e Oliveira (2007) são imprescindíveis para ampliar a compreensão do avanço do capitalismo na agricultura e a recriação do campesinato. A elas se juntam as análises construídas por Ferreira e Mesquita (2009) as quais almejam entender o sentido do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo, constituindo um debate teórico-conceitual. O debate se desdobra visando refletir sobre o futuro do campesinato, e sobre o capitalismo na agricultura brasileira como uma das alternativas para estudar as origens da oposição entre agricultura camponesa e agricultura familiar.

As análises construídas por Ferreira e Mesquita (2009) sobre o futuro do campesinato avançam com as discussões empreendidas por Kautsky (1986) e por Oliveira (2007) quando questionam sobre o futuro do campesinato. Ou seja, se

ele está na integração ao mercado ou na luta contra o capital. Assim elas avançam o debate:

A agricultura camponesa baseada nas relações não capitalistas de produção tende a se proletarizar como os trabalhadores das fábricas das áreas urbanas? Era este o debate na Europa em meados do século XIX, quando o capitalismo adentra o campo verozmente(sic) transformando os camponeses em famintos, na concepção de Kautsky (1986) (FERREIRA; MESQUITA, 2009, p. 17).

A degradação dos camponeses como forma de exclusão social causada pela expansão do modo capitalista de produção, que avança sobre a agricultura, extinguirá plenamente a pequena produção agrícola como entendia Engels (1981) e é destacado por Ferreira e Mesquita (2009):

Os autores aqui estudados possuem opiniões divergentes sobre o destino da pequena propriedade e da família camponesa. Engels (1981, p. 52), no trabalho que trata do problema camponês na França e na Alemanha afirma que *“O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína”*. Este autor defendia a proletarização dos camponeses e assim, estes unidos ao proletariado urbano, fortaleceriam a luta de classes defendida pelo partido da Social-Democracia (FERREIRA; MESQUITA, 2009, p. 18).

O debate sobre a questão agrária teve inúmeros desdobramentos. Havia análises que sinalizavam o desaparecimento do campesinato frente às inovações tecnológicas advindas do desenvolvimento do capitalismo. Havia também outras análises que sinalizavam a recriação do campesinato como forma de resistência à submissão implacável das forças econômicas capitalistas. Entre essas análises, encontram-se aquelas desenvolvidas por Chayanov (1981) e que foram destacadas por Ferreira e Mesquita (2009):

Com outra leitura da realidade do cenário da agricultura na Europa dos séculos XVIII e XIX, Chayanov (1981) se dedica a desenvolver estudos sobre os sistemas não capitalistas de produção. Para ele é preciso ir além das teorias que consideram apenas as categorias presentes no sistema capitalista. O campesinato representa, segundo o autor, a maior forma de produção agrária (sic) baseada não em uma forma capitalista, mas numa forma diferente, de unidade familiar não assalariada, ao contrário do que escreve Kautsky (1986) quando este afirma que *“com o modo de produção capitalista qualquer produção agrícola é, em “regra geral”, uma produção capitalista.”* (sic) (FERREIRA; MESQUITA, 2009, p. 18).

E, mais, “dessa maneira, o campesinato seria uma forma não-capitalista de produção, baseado em outra lógica na qual se trabalha não para acumular riquezas, mas sim para atender às necessidades básicas da família” (FERREIRA; MESQUITA, 2009, p. 19). O jeito camponês de fazer agricultura se

baseia na forma de trabalho familiar o que garante à família camponesa sua independência frente ao mecanismo de extração de mais-valia, que é próprio do trabalho assalariado, e a única forma de relação social imposta pelo modelo de desenvolvimento capitalista no campo e na cidade.

[...] o campesinato, denominado agricultura familiar [...] se caracteriza pela gestão da unidade produtiva pela família, que mantém entre si laços de sangue ou parentesco, pela propriedade dos meios de produção e do trabalho produtivo sendo o trabalho meio e de certa forma fim da reprodução da vida familiar e social. O trabalho subordina e dá sentido ao mesmo tempo à reprodução social. Embora dominada pelo mercado, a organização familiar não se subordina a ele, sendo considerada também uma unidade de produção e consumo, de produção e reprodução social. (SOARES, 2008, p. 51)

Soares (2008) “ A recriação do campesinato, se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária. A unidade camponesa tem como características a produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda mútua.”

A unidade camponesa difere daquela de exploração capitalista por não fazer uso do trabalho assalariado permanente.

“[...] o capital, contraditoriamente, que expropria e subordina, dá condições ao camponês de sua recriação. Na mesma medida que em que aumenta a concentração de terras no Brasil, aumenta o número de camponeses em luta pela terra” (SOARES, 2008, p.59).

[...] uma estratégia de criação do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital. [...] A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da recriação da relação social familiar ou camponesa (FERNANDES, 2005, p. 07 apud SOARES, 2008, p. 58).

As associações agrícolas se constituem como importantes alternativas de organização da produção de pequenas unidades, contribuindo como estratégia de reprodução social, integração às políticas públicas e ao mercado.

2 A HISTÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O contexto histórico da agricultura brasileira durante o período de 1930 à 1950 é analisado por Silva (1996) e apresenta, entre suas contribuições, as razões e os motivos que impulsionaram as transformações ocorridas neste período. As temáticas que farão parte desta discussão referem-se, em particular, a passagem do complexo rural ¹ ao complexo agroindustrial e às devidas mudanças das bases tecnológicas ocorridas no processo produtivo da agricultura brasileira.

Até a década de 1930, a dinâmica da agricultura brasileira dependia das flutuações do mercado externo, tendo como principal produto de exportação o café. Somente com a queda da bolsa de Nova Iorque ocorrida em 1929, deslocou-se, modestamente, a produção agrícola para atender o mercado interno. Diante dessas constatações Silva (1996) entende que

A lenta decomposição do complexo rural iniciada em 1850, com a lei de terras e a proibição do tráfico, termina um século depois, com a implantação do D¹² em bases industriais modernas. Ao longo do processo vão se separando, gradativamente, novas atividades que constituíram novos setores a partir do complexo rural: [...];

- o período de 1890 a 1930 constitui o auge do complexo cafeeiro, antes da grande crise. Ampliam-se as atividades tipicamente urbanas e outros setores começam a emergir do complexo cafeeiro: cria-se um setor artesanal de máquinas e equipamentos agrícolas fora das fazendas de café para a produção de secadores, despoldadoras, peneiras, enxadas, arados etc.; aumentam as oficinas de reparo e manutenção; estabelecem-se as primeiras agroindústrias (distintas das indústrias rurais, que eram um mero prolongamento das atividades agrícolas propriamente ditas) de óleos vegetais, açúcar e álcool; consolida-se a indústria têxtil como primeira grande indústria nacional; e se inicia a substituição de importações de ampla gama de bens de consumo “leves”;
- o período de 1930/60 é a fase de integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, terminando com a constituição do D¹ industrial a partir de meados dos anos 50, na chamada fase da industrialização pesada. Ao longo desses 30 anos, o complexo cafeeiro, que abriu espaço para a industrialização, vê esse processo ganhar um dinamismo próprio pelas novas possibilidades que se abriram com a substituição de

¹O complexo rural brasileiro era caracterizado essencialmente pela incipiente divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, sendo que as atividades eram direcionadas para o suprimento do mercado externo com produtos agropecuários, tais como a borracha, o açúcar e o café. Além do direcionamento das atividades para a produção de um determinado produto, visando o mercado externo, as unidades produtivas tinham que produzir também todos os bens intermediários e os bens necessários à produção de tal produto, bem como garantir a reprodução da própria força de trabalho envolvida nessas atividades (MELO, 2011, p. 59).

² D¹ [...] segmento industrial a montante da agricultura [...] Silva (1996, p. 38). Indústrias fornecedoras de bens de capital e insumos.

importações. E foi principalmente o café que financiou esse processo por meio dos mecanismos de diferenciação cambial que protegiam as indústrias nascentes do país, às custas de um confisco estabelecido sobre o preço da saca exportada.

A partir da formação de mercados nacionais para os principais produtos agrícolas e para a força de trabalho e da constituição do D¹ em bases industriais e a agricultura brasileira inicia sua própria industrialização. (SILVA, 1996, p. 11-12).

Nessa nova fase 1930, a agricultura brasileira, frente à crise do complexo cafeeiro e constantes quedas das exportações de café, favoreceu a diversificação da produção agrícola para atender as demandas do desenvolvimento industrial, como explica Silva (1996)

Esse movimento de diversificação da produção agrícola – pelo crescimento da produção interna de alimentos e matérias-primas – deu-se simultaneamente a uma queda da exportação de café e, em consequência, da capacidade para importar. Paralelamente, a necessidade de constantes desvalorizações cambiais e controle do mercado de divisas favoreceram a industrialização, fazendo com que os efeitos negativos da depressão fossem menos agudos sobre a produção industrial do que sobre a produção agrícola (SILVA, 1996, p. 15-16).

Silva (1996) destaca a importância da implementação desenvolvida pelo setor de transporte rodoviário, visando apoiar o desenvolvimento da agricultura brasileira que, paulatinamente, vai mecanizando seu processo produtivo, com a aquisição dos tratores produzidos nos parques industriais,

Do lado da produção, o fato mais importante de 1930 a 1950 foi a diversificação de produtos e, especialmente, a passagem da ênfase do mercado externo para o mercado interno; do lado da circulação, o elemento crucial foi a integração do mercado nacional, viabilizada em grande medida pelo desenvolvimento da rede de transportes (na década de 50 em especial o transporte rodoviário). Quanto as formas de produzir, as mudanças parecem ter sido mais lentas. Até 1960 quase 70% do pessoal ocupado na agricultura ainda era mão de obra familiar e de parceiros, agregados e outras formas tradicionais; entre 1940 e 1950 o número de tratores utilizados na agricultura brasileira cresceu de apenas 3.380 unidades para 8.372 unidades, mas na década de 50 verifica-se um grande salto, chegando a 1960 com 61.345 tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários [...].O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Neste texto o termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade (SILVA, 1996, p. 18-19).

Para que o processo de modernização da agricultura ocorresse de forma sustentável, era necessário mudar a dinâmica agrícola que ocorria em função

dos preços das *commodities*³ no mercado externo. O período entre o término da Segunda Guerra Mundial e a primeira metade da década de 1960 caracteriza-se pela aceleração dos processos industriais e pela urbanização, exigindo mudanças na agricultura brasileira para atender ao mercado interno que se forma em função das demandas industriais e crescente urbanização.

Silva (1996) evidencia em suas análises a preocupação do Estado com o aumento da produtividade agrícola do país, que estava limitada devido à dependência do mercado externo para importar máquinas e insumos:

A preocupação governamental com o aumento da produtividade agrícola com auxílio de técnicas modernas de cultivo data do segundo período de Vargas, quando se reconhece a necessidade de montar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas. As condições internas para atingir esse propósito eram contudo limitadas, especialmente no caso das máquinas. Só com o Plano de Metas, do período Kubtschek, foi possível realizar a meta para fertilizantes, tendo a produção nacional sido consideravelmente fortalecida (SILVA, 1996, p. 19-20).

E, mais,

Quanto ao uso de insumos, o único dado disponível é sobre fertilizantes, no ano de 1960: apenas 13,2% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam algum tipo de adubação (química e/ou orgânica), indicando o restrito grau de modernização desse ponto de vista (SILVA, 1996, p. 21).

A modernização da agricultura brasileira, que ocorreu durante a década de 1960, teve como característica a ação do Estado como agente modernizante. Os programas do governo caminhavam no sentido de resolver o problema da agricultura com seus baixos índices de produtividade e volume de produção e, ao mesmo tempo, sua desconexão com a indústria. A política pública do Estado teve como propósito atrelar o setor a um sistema nacional de crédito e incentivar a utilização de técnicas e insumos modernos.

³ *Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. (CASTELLO BRANCO, 2008, p. 12)

2.1 A Modernização da Agricultura Á Partir de 1960 e a Criação Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

A modernização da agricultura brasileira consolida-se na década de 1960, quando entra em cena a política pública para implantar o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – que oferece recursos a juros subsidiados para a aquisição de máquinas e insumos modernos (SILVA, 1996).

Segundo Silva (1996) a modernização da agricultura, já explicada anteriormente, consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meios de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 1960, influenciado pela Revolução Verde⁴, que visava proporcionar tecnologias que atingissem maior eficiência na produção agrícola, aumentando, significativamente, a produção de alimentos e de matéria-prima no país.

Mas, enquanto a modernização dependia da importação de implementos agrícolas e insumos químicos, ela tinha limites pela capacidade de importar essas tecnologias. Assim, como o complexo rural dependia das exportações para se expandir, a modernização, no seu início, dependia da capacidade de importar a fim de poder se generalizar.

A modernização da agricultura se deu a partir da internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura. Rompe o fator limitante; a partir daí, a modernização da agricultura caminha com seus próprios “pés” e os limites agora são colocados por ela mesma, isto é, pelo próprio capital inserido na atividade agrícola.

⁴ A Revolução Verde, idealizada pelo químico Norman Borlaug na década 1950, deu início à materialização do anseio de industrializar a agricultura. A implementação de sementes geneticamente melhoradas, adubos e defensivos químicos, maquinas e equipamentos modernos possibilitaram o aumento da produtividade em termos nunca antes alcançados na história, tudo isso sob o pretexto de promover o fim da fome no mundo – o que rendeu a Borlaug o premio Nobel da Paz em 1970. Silva (2006).

2.2 A Criação dos Complexos Agroindustriais

A dinâmica agrícola cresce não mais apenas em função dos preços das *commodities* no mercado externo, mas também em função das demandas industriais que se estabelecem sobre a agricultura, ou seja, o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial.

Para Muller (1989), o fato mais importante que permite delimitar a década de 1960 como um marco de um novo padrão agrícola é a constituição do complexo agroindustrial- CAI - corroborando com as análises de Silva (1996) descritas anteriormente.

Muller (1989), ao apontar suas análises para as relações indústria e agricultura no Brasil, destaca que nos períodos de 1950 e 1960, a economia foi direcionada para atender a dinâmica industrial, mas o setor agrário ainda revelava seus limites ultrapassados pela estagnação das fronteiras, como procura esclarecer

No final dos anos 50 e início dos anos 60, não restava dúvidas de que a economia estava submetida racionalmente à dinâmica industrial e, por outro lado, a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites, que não eram superados de todo com o avanço da fronteira. O importante a assinalar é que a ultrapassagem destes limites não foi efetuada do ângulo das especificidades agrárias regionais, mas de acordo com os interesses dominantes na Tríplice Aliança. Vale dizer, interesses dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados dos compradores: tratores agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos e veterinários, e rações e alimentos para animais. Trata-se de empresas e grupos econômicos que, instalados no país, expandem-se ou são atraídos a se instalarem no país ou a ingressarem nos subsetores, em razão da expansão – efetiva ou potencial – dos mercados agrícolas. Além desses interesses, há aqueles das agroindústrias, que se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de fornecimento de matérias-primas. E há também os interesses de médios e grandes produtores do próprio setor agrícola que, em termos de empresas e grupos econômicos, praticamente surgem e se multiplicam no processo mesmo de integração indústria e agricultura. Neste sentido, pode-se entender o processo de integração como uma expansão-diversificação da Tríplice Aliança e as empresas e grupos econômicos com interesses nas atividades agrárias como o poder econômico dos setores industriais e agrícolas, vale dizer, no Complexo agroindustrial brasileiro (MULLER, 1989, p. 32-33).

Segundo Silva (1996), no período de 1964, conhecido como “industrialização expandida”, dois fatos importantes caracterizam a estrutura produtiva do CAI brasileiro: a diversificação das exportações industriais e

agroindustriais e a substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas (petróleo, matérias-primas para fabricação de papel e outras).

É importante destacar ainda que o processo de urbanização brasileira demandou produtos agropecuários e especulação de terras, como explica Delgado

Ressalte-se, ainda, que o processo intenso de urbanização por que passa a economia brasileira no período em foco reflete-se sobre o setor agrícola em profundidade, produzindo movimentos de população e elevação da demanda por produtos agropecuários que transformam inteiramente os espaços previamente definidos como rurais e urbanos. Isso tudo, operando-se em ritmo historicamente inédito, enseja, ainda, uma valorização das terras agrícolas e do solo urbano também em ritmo acelerado, movimento que, em seu conjunto, propicia ganhos substanciais aos detentores de patrimônios imobiliários [...] (DELGADO, 1985, p. 25-26).

E, mais,

É importante destacar as distintas necessidades de importação que se originam do setor agrícola nesse período de diversificação e integração do comércio internacional. De um lado, observa-se a pressão pela modernização, com o crescimento já indicado dos chamados insumos modernos. Mas há também uma importante pressão pela importação de produtos agrícolas para abastecimento interno, movimento esse que em geral revela-se ainda mais oneroso no consumo de divisas que a pressão específica da modernização (DELGADO, 1985, p. 30).

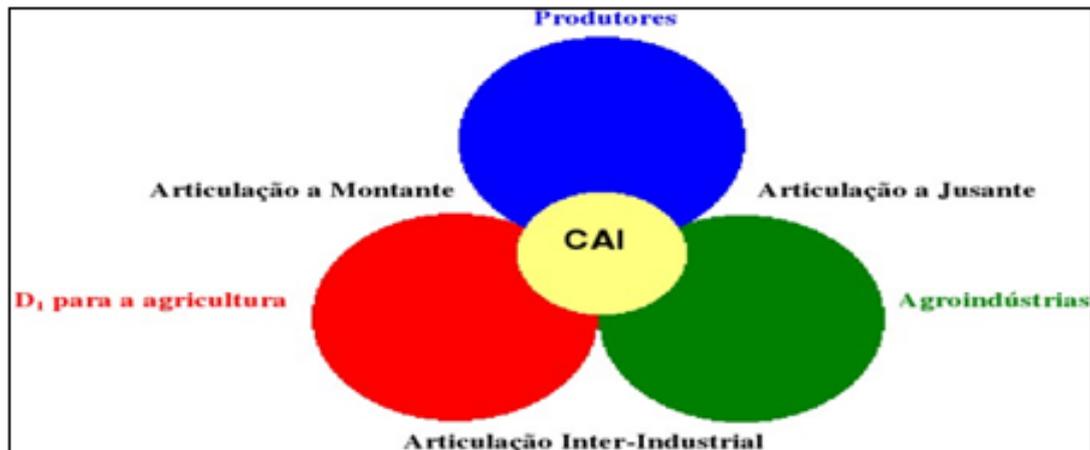
Para Silva (1996), esse impacto produziu efeitos diretos no CAI, tanto na expansão das agroindústrias processadoras como na internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos. Argumenta que com a constituição do CAI, que é a junção da indústria para a agricultura, e agricultura para a agroindústria, evidenciou duas ideias fundamentais: de que a produção agrícola passou a constituir um elo de uma cadeia, negando por completo as antigas condições do complexo rural, fechado em si mesmo, e em grande parte as do complexo agro-comercial, prevalecente até os anos 1960.

O surgimento e consolidação do complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressaem(sic) a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia a propriedade territorial [...] (DELGADO, 1985, p. 41).

Conforme destaca a figura 1 (página 37), nos complexos agroindustriais formaram-se articulações entre a agricultura e a indústria. A agricultura perde sua autonomia de produtora de bens de consumo final, quando

passa a depender da indústria à montante (maquinários e insumos provenientes da indústria à montante), e da indústria à jusante (as agroindústrias que passam a processar os bens intermediários provenientes da agricultura, transformando em bens de consumo).

FIGURA 1 – Complexo Agroindustrial



Fonte: (RICCI, 2012).

De um lado, há a procura de matérias-primas pelas agroindústrias; de outro, há busca de mercado pelas indústrias de máquinas e insumos, muitas vezes aprisionados pela ação direta do Estado (como a concessão de crédito vinculado à compra de insumos modernos).

Para Silva (1996), o setor industrial a montante que também pode ser chamado de D¹ (indústria de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos) que fazem parte da indústria mecânica, indústria química, inclusive grandes corporações internacionais, elas não estão atreladas a um CAI específico, pois seus produtos (implementos, insumos) atendem inúmeras culturas e regiões. Desta forma, ele é menos dependente das conjunturas cíclicas de um produto agrícola particular. Diferente da agroindústria em que o grau de dependência é forte por ser especializada em um tipo de produto ou grupo de produtos. Nesse processo, pode-se considerar que a agricultura teria perdido o seu caráter autônomo e também a capacidade de decisão dos grupos sociais rurais envolvidos nesse processo. Delgado destaca as relações intersetoriais:

Essas relações intersetoriais, ao estilo de compras e vendas de insumos e de produtos semi-elaborados, aprofundam dois blocos distintos de integração técnica agricultura-indústria. De um lado, a integração a

montante, caracterizada pela mudança na base de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos, sementes melhoradas, combustíveis líquidos etc.) e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação e outros). De outro lado ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e os ramos industriais, oleaginosas, moinhos, indústria do açúcar e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.) (DELGADO, 1985, p. 229).

E, mais

O cerne da mudança na base técnica da produção rural identifica-se pela disseminação das relações interindustriais a montante, pois são essas que efetivamente modificam o processo produtivo. Conquanto algumas relações interindustriais a jusante também induzam a mudanças nas técnicas de produção agrícola (exigências sanitárias, padrões comerciais de sabor, formato e coloração e outros caracteres dos produtos agrícolas), são variáveis de produto a produto a até mesmo ausentes em determinados produtos de consumo in natura (arroz, feijão, milho dentre outros)(DELGADO, 1985, p. 229-230).

A partir de 1980, há um decréscimo acentuado do consumo e da produção interna desses meios de produção modernos, associados às mudanças drásticas na política de financiamento rural.

2.3 A Modernização da Agricultura e o Processo de Expropriação de Pequenos Produtores Brasileiros

No contexto dos anos 1960 e 1970, a agricultura, com sua estrutura fundiária altamente concentrada, e a presença de latifúndios improdutivos eram vistos como entrave ao desenvolvimento capitalista do país. O Estado, para modernizar a agricultura cria a política de crédito rural, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural com o objetivo de criar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos, insumos e demais produtos que impulsionassem a mecanização do processo produtivo, visando majorar a produtividade. O governo disponibilizou recursos para o financiamento, o custeio e a comercialização da safra (AGUIAR, 1986).

Com essa política, pretendia-se financiar os produtores para que estes pudessem modernizar suas bases tecnológicas, contribuindo na qualificação de sua produção para atender o mercado externo e abastecer o mercado interno, e gerando segurança alimentar para os grandes centros do país. Como evidencia Muller (1989):

Neste clima “estatal-liberal”, é evidente que (i) os grupos sociais rurais com tradição mercantil e organizados em associações (como café, cana-de-açúcar, cacau); (ii) os produtos de interesse das agroindústrias (algodão, parcela da pecuária bovina, avicultura, vitivinicultura, fumo, tomate, milho, laranja, cana para obtenção de álcool e reflorestamento; (iii) os produtores e/ou derivados destinados em boa medida para a exportação; os hortifrutigranjeiros – além dos casos singulares do trigo (incentivado e mantido pelo Estado nas cooperativas) e do arroz irrigado e mecanizado do extremo Sul do país, é evidente que esses grupos e/ou produtos se apoderassem da quase totalidade do crédito, seja de investimento, seja de custeio e de comercialização (MULLER, 1989, p. 74).

Com a implantação da política Sistema Nacional de Crédito Rural – não dispunha de critérios à concessão de crédito rural aos grupos sociais rurais com atividade mercantil e aos que tinham se organizado em associações se beneficiaram das linhas de créditos. Como explica Gonçalves Neto (1997)

O problema maior, no entanto, está afeto à área da distribuição do crédito: os recursos atingem de forma privilegiada os grandes produtores, e grandes proprietários, em detrimento dos pequenos; serve mais as regiões já desenvolvidas, discriminando, sobretudo com relação ao Nordeste; as culturas mais dinâmicas, ligadas ao mercado externo ou à substituição de importações, abocanham parcelas do crédito muito superiores à sua participação na produção nacional, restringindo o uso do crédito pelas culturas mais ligadas ao mercado e as necessidades internas. Podemos dizer, desta forma, que os grandes beneficiários de todo o processo são: a) o sistema bancário comercial, que utiliza recursos que, de outra forma, seriam recolhidos ao Banco Central e remunerados a taxas inferiores as cobradas no crédito rural. Além de poder “oferecer” este serviço a clientes preferenciais, dos quais exige reciprocidade, na forma de saldos médios, compra de contratos de seguros, etc, cobra taxas de assistência para preparação dos projetos (1% a 2% do valor dos contratos) e mais taxas de assistência técnica e supervisão; b) os grandes proprietários de terra, que têm acesso facilitado ao crédito e controlam a maior parte do seu valor. Além do subsídio implícito, o crédito rural abre caminho para que estes produtores inaugurem uma nova forma de ganhos: a substituição de capital, utilizando na produção o dinheiro de origem governamental e aplicando os recursos próprios no mercado financeiro, imobiliário, etc. Outra forma comum de desvio, esta de caráter criminal, é a utilização do próprio crédito rural em atividades outras que não agrárias; c) as culturas comerciais, normalmente exploradas pelos grandes produtores, e que açambarcam volume de crédito bem superior à sua participação na produção agrícola; d) as regiões mais desenvolvidas, sul e sudeste, onde estão os produtores mais integrados às formas modernas de produzir; e) o setor industrial ligado à produção agrícola, que é o destinatário final de grande parte do crédito subsidiado nas três modalidades, custeio, investimento e comercialização (GONÇALVES NETO, 1997, p. 179-180).

A modernização da agricultura brasileira não privilegiou todos os tipos de agricultores existentes, acarretando a marginalização de grande contingente de produtores que não tiveram acesso às linhas de créditos e assistência técnica. Corroborando com as análises de Gonçalves Neto (1997), Silva (1996) enfatiza a hipótese segundo a qual a modernização da agricultura brasileira resultou num

processo que, ao mesmo tempo em que atrela a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, exclui grande parte dos produtores.

O Estado, ao promover a industrialização da agricultura, beneficiou grandes proprietários de terras e grandes indústrias, promovendo profunda exclusão social. A exclusão está nos pequenos arrendamentos, na pequena propriedade, na posse, na pequena produção, que, embora subordinadas ao grande capital e sem usufruir os benefícios concedidos a este, são responsáveis não só por grande parte da produção dos alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e milho, como também da maioria dos produtos de transformação industrial, como café, chá, fumo, cacau, trigo e soja.

Os benefícios concedidos através do SNCR não atenderam aos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, devido às exigências burocráticas que estabeleciam garantias para a liberação das linhas de créditos, ficando estes a margem do processo de industrialização da agricultura. A exclusão de acesso aos benefícios não permitiu aos pequenos estabelecimentos a implantação de pacotes tecnológicos para melhorar e aumentar sua produção, ocorrendo assim, desigualdades técnicas, econômicas, organizacionais e regionais.

2.4 A Importância da Criação de Instituto Embrapa para o Fortalecimento e Modernização da Agricultura

É importante prosseguir as análises de Gonçalves Neto (1997) que destacam a importância da criação de um instituto de apoio na geração ou adaptação de inovações tecnológicas para o setor agrário, fortalecendo a modernização da agricultura brasileira;

[...] a evolução da Embrapa, pelo menos, indica um considerável esforço despendido para a área de pesquisa, voltado, sobretudo, para a formação de recursos humanos, com a capacitação de milhares de pesquisadores o que, definitivamente, trouxe reflexos para a produção e a produtividade do setor agrário (GONÇALVES NETO, 1997, p. 198-199).

O Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici em 1972, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Foi então criada essa organização pública em 1973, empresa pública de

direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Gonçalves Neto (1997) esclarece as razões do estabelecimento dessa organização, que entre outros, visava

[...] promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo. Note-se, porém, que a criação da Embrapa não está desvinculada do processo de pressão dos grupos de interesse, aludido acima. Suas atividades de pesquisa, não por acaso, estarão mais concentradas na geração das chamadas inovações biológicas: novos cultivares (por produto e região), melhoria genética para a pecuária, controle de pragas e moléstias, etc. Diferentemente das inovações mecânicas e físico-químicas, que podem ter seus benefícios apropriados e patenteados e são de retorno mais rápido, as inovações biológicas têm um lento amadurecer, seus resultados são de difícil controle e, tanto em virtude de tempo de término como de sucesso do trabalho, imprevisíveis, o que as tornam particularmente custosas. Socialize-se, desta forma, a sua produção, deixando o Estado encarregado da sua geração. Já o fornecimento de inovações mecânicas e físico-químicas é dominado pelo grande capital industrial, seja ele estatal, multinacional ou nacional privado (GONÇALVES NETO, 1997, p. 196).

Sua missão institucional consiste em “viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira” (SANTOS; MOREIRA, 2006, p. 1).

Com a constatação da baixa produtividade agrícola brasileira e a necessidade de implantação de novos processos de modernização, são exigidas novas tecnologias para atender a demanda exigida do setor agrícola. Para tanto, fez-se necessária a criação de um instituto de apoio a EMBRAPA. Com a criação da EMBRAPA, o governo pretendia associar as políticas de créditos com a implantação de novas tecnologias, atendendo aos interesses e necessidades do país. Gonçalves Neto (1997) explica o processo de difusão de novas tecnologias

Todo processo de modernização agropecuária necessita da produção e difusão de novas tecnologias, sem o que não se consegue alterar os índices de produção e produtividade, já que simples expansão da fronteira agrícola implica apenas incorporação, sem alteração da base técnica, que é o objetivo primeiro do projeto de transformação estrutural do setor agropecuário. As inovações que acompanham o progresso tecnológico na agricultura podem ser classificadas em três tipos: mecânicas, poupadoras de trabalhos; físico-químicas, poupadoras de terra; e biológicas, poupadoras do tempo de produção e potenciadoras das outras inovações (GONÇALVES NETO, 1997, p. 192).

Com a implantação deste instituto de pesquisa agropecuária no Brasil, ocorre o privilegiamento e o fortalecimento de grupos de interesses ligados aos

grandes latifúndios, grupos que são organizados e que obtiveram as linhas de créditos do SNCR, fortalecendo suas bases tecnológicas e atendendo ao mercado exportador. Por outro lado, os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, pequenos produtores de subsistência e os assentados ficam marginalizados e com pouca atuação no mecanismo de modernização.

2.5 A Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Na década de 1990, o termo agricultura familiar é incorporado como expressão institucionalizada pela primeira vez no Brasil através de políticas públicas direcionadas ao segmento. Dois eventos de relevância política da década de 1990 devem ser considerados como importantes para a disseminação do uso do termo agricultor familiar no Brasil: a assinatura do tratado de Assunção, que deu origem ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), em 1991, e o lançamento do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no segundo semestre de 1996.

A criação do PRONAF evidencia o reconhecimento deste segmento por parte do setor público, direcionando para agricultura familiar investimentos estatais, como explica Hespanhol (2007)

A agricultura familiar, embora também tenha acesso ao financiamento a baixas taxas de juros por meio do PRONAF, continua enfrentando muitas dificuldades para se manter, pois apenas o acesso ao crédito oficial não é suficiente para viabilizá-la. A agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais precisa ser pensada para além do mercado. A simples oferta de crédito às baixas taxas de juros não é suficiente, pois se fazem necessárias a disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural públicos de qualidade e a criação de canais preferenciais para a comercialização de produtos gerados por tais produtores. (HESPANHOL, 2007, p. 86).

Às análises de Hespanhol (2007) juntam-se as de Veiga (1991) por tentar explicar a integração do agricultor familiar ao mercado, destacando o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologia. Para Veiga (1991), o governo federal elegeu o agricultor familiar como principal elemento do desenvolvimento rural, impulsionando o progresso no campo pelo uso de tecnologia moderna. Dois fatores foram importantes para a formulação de políticas para esse segmento específico: as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz ativa na elaboração da Constituição de 1988 e

estudos realizados conjuntamente pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em que procuram definir com maior precisão o conceito de agricultura familiar.

A criação do PRONAF teve como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da terra. Trata-se de política pública que visa atingir os agricultores familiares nas condições de posseiros, arrendatários, parceiros, assentados, concessionários de terras públicas, meeiros e pequenos proprietários de terra que utilizam, principalmente, mão de obra familiar no processo produtivo.

Como a estruturação dessa política pública, há o apoio na criação dos chamados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável cuja finalidade consiste na representação dos agricultores familiares que, por outras instituições, não teriam canais adequados para defender seus interesses e suas propostas. A importância econômica e social da agricultura familiar torna esse setor quase que indispensável à contribuição do abastecimento dos mercados consumidores e agroindustriais.

São razões como essa que fazem alguns pesquisadores como Abramovay (2007), por exemplo, considerar o agricultor familiar como uma profissão e não mais um modo de vida. A produção familiar está totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. Para Abramovay (2007), a agricultura familiar pode ser caracterizada como produção de natureza empresarial, dinamismo técnico e a capacidade de inovação, distanciando-a do campesinato e aproximando-a do agronegócio. Por estar cada vez mais integrada ao mercado, progride pela capacidade de incorporar os principais avanços tecnológicos e consegue responder às políticas governamentais.

O termo agricultor familiar é inserido ao contexto das discussões políticas e acadêmicas, para representar o camponês que se modernizou e se integrou ao mercado. Felício (2011) explica a agricultura de base familiar

A agricultura de base familiar assume seu próprio abastecimento, além de ser responsável por significativa produção de excedente. A produção de subsistência longe de ser expressão do atraso e de comprovação de

ausência no mercado consiste na estratégia que visa garantir a autonomia relativa da família (FELÍCIO, 2011, p. 127)

É importante prosseguir com as análises de Felício quanto a

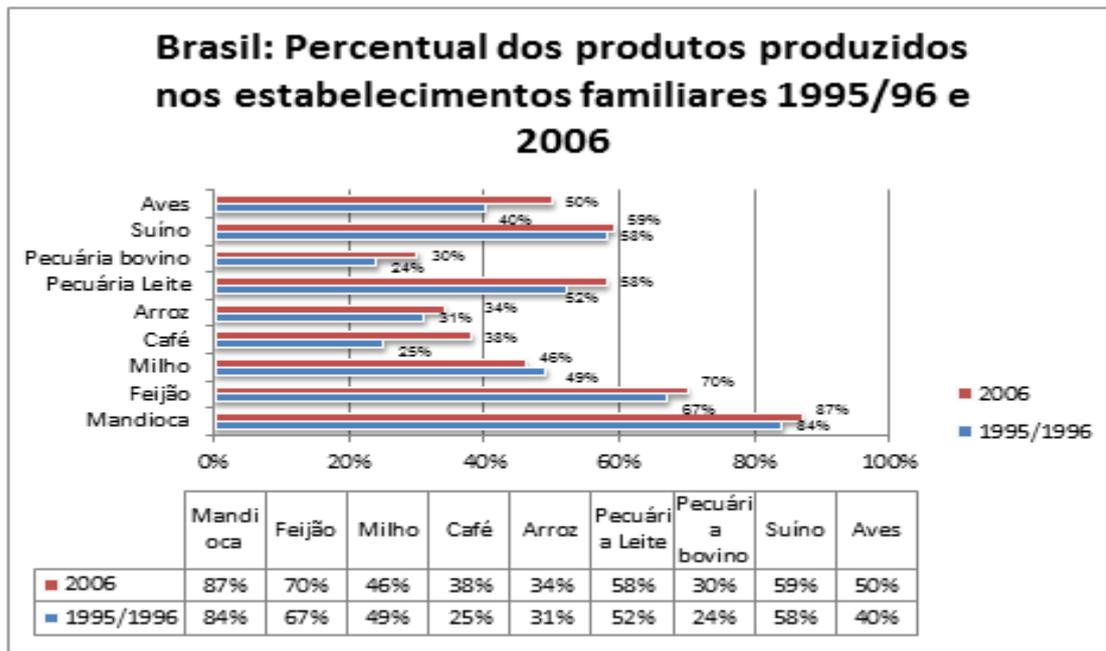
Outra estratégia desenvolvida pela agricultura familiar são as atividades assim denominadas de pluriatividade. Com a diversificação dos afazeres fora do estabelecimento com a ocupação da força de trabalho excedente, garante a reprodução e a sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (FELÍCIO, 2011, p. 127).

Embora este segmento social tenha muita importância como fornecedora de segurança alimentar do país, as políticas públicas direcionadas a modernização da agricultura, estabelecidas a partir da década de 1960 até final de 1980, não atenderam a estes segmentos, necessitando de implantação de políticas públicas no início dos anos 1990 direcionadas ao setor de agricultura familiar.

Através do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, enquanto a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 28% das áreas, e, por fim, as lavouras que ocupavam 22%.

Gráfico 1 – Agricultura Familiar: Percentual dos produtos produzidos nos estabelecimentos familiares segundo os Censos Agropecuário do IBGE 1995/96 e 2006.



Fonte: IBGE (1995/96); IBGE (2006).

Considerando dados do Censo Agropecuário, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1995/96), no gráfico 1, a agricultura familiar mostrou seu peso na cesta básica do brasileiro, pois era responsável por 84% da produção nacional de mandioca, 67% da produção de feijão, 49% do milho, 25% do café, 31% do arroz, na pecuária de leite 52%, pecuária de bovinos 24%, plantel de suínos 58% e 40% das aves.

Considerando dados do Censo Agropecuário, IBGE (2006), no gráfico 01, a agricultura familiar continua mostrando seu peso na cesta básica do brasileiro, pois era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, na pecuária de leite 58%, pecuária de bovinos 30%, 59% do plantel de suínos e 50% das aves.

Considerando os dados dos censos 1995-96 e 2006, pode-se considerar o sistema de estabelecimentos familiares na condição de mantenedores de parte da segurança alimentar no Brasil por fornecer produtos comercializados em sua maioria no mercado interno.

Segundo Guanziroli et al, (2001, p. 42) “para eliminar a pobreza no campo e da redução da pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar”.

Muitos setores produtivos são capazes de associar suas empresas a fim de defender interesses comuns, mas no caso do setor agropecuário, a consolidação de grupos que almejam ideias parecidas é uma tarefa difícil de executar e, muitas vezes, inviável. A dificuldade encontrada no setor é o grande número de unidades de produção rural que divergem em termos de tamanho, capital e tecnologia.

Essas unidades produtivas precisam de novos modelos de gestão, como associações e cooperativas que possibilitem a permanência e recriação da agricultura familiar no sistema capitalista, proporcionando atuação econômica, política e social.

3 O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA

Este capítulo apresenta algumas reflexões acerca da importância do associativismo como alternativa para a reprodução dos pequenos produtores rurais, estudando o surgimento das práticas associativistas, bem como suas articulações e desdobramentos sociais, políticos e econômicos. Almeja também discutir as relações que estabelecem os pequenos produtores como estratégia para garantir poder de negociação com outros setores da economia. Analisando sua evolução histórica, os aspectos estruturais e transformações desencadeadas por políticas públicas direcionadas a esse segmento. Essas e outras temáticas serão estudadas contando com as contribuições advindas das análises de Silva (2006), Hespanhol (2000), Sepúlveda (2005), Costa e Ribeiro (2001), Hespanhol (2007), Veloso e Hespanhol (2011), Oliveira (2010), Oliveira e Hespanhol (2011), entre outras.

3.1 O Associativismo como Estratégia de Fortalecimento dos Pequenos Produtores Rurais

Como estratégias adotadas pelos produtores está a criação de associações. O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização econômica, social e política.

Na perspectiva de Silva (2006), as experiências de associativismo e cooperativismo entre pequenos produtores rurais conformam o desenvolvimento de dinâmicas próprias (econômicas, sociais e espaciais). Tais experiências advêm da necessidade de resistência, sobrevivência, de reprodução ou de inserção e permanência no mercado.

A organização de produtores rurais em associações estabelece a inserção e permanência de forma competitiva de suas produções no mercado, capacidade de captar e veicular demandas sociais de diferentes segmentos e fortalecimento de suas ações políticas, sociais, culturais e econômicas.

Hespanhol (2000) entende que, as expansões de formas capitalistas de produção no campo, levaram parcela significativa desses produtores a expropriação de seus meios de produção. Nessa perspectiva de análise, Hespanhol (2000) destaca que foi com o agravamento da crise econômica do Estado na década de

1980 que se verificou o aumento da importância adquirida pelas organizações coletivas, resultando, de certa forma, numa retomada da mobilização social. Os pequenos agricultores ficaram até a década de 1990 fragilizados economicamente e excluídos das políticas públicas e muitos permaneceram no meio rural.

O capital ao se expandir sobre o campo pode se territorializar ou monopolizar o território. Oliveira (1996) enfatiza “territorialização do capital monopolista quando o capital, além de monopolizar a circulação domina também os meios de produção. A monopolização do território, abre espaço para a reprodução do trabalho camponês subordinando-o a indústria, mas os meios de produção como a terra continua do camponês”.

Com a utilização de estratégias de (re) produção socioeconômica, os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter recursos e desenvolver sua unidades, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garantem enfrentamento para lutarem por seus interesses e potencial resistência diária frente à imposição do modelo capitalista.

Sepúlveda (2005) aponta, neste sentido, que a estratégia deveria ser a formulação de políticas que consigam que a agricultura e seus atores sociais se incorporem a dinâmica e desenvolvam, a partir de empresas integradas em cadeias de valor, vinculando à micro, pequena e media empresa rural em economias de localização e aglomeração.

No decorrer da década de 1990, ações governamentais foram direcionadas ao meio rural:

[...] lançado oficialmente pelo governo brasileiro em agosto de 1995, como uma linha especial de crédito de custeio, denominado Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi institucionalizado e regulamentado como programa governamental [...] em junho de 1996, quando passou a integrar o Orçamento Geral da União, sendo denominado PRONAF [...] três princípios básicos: a descentralização, a participação e o estabelecimento de parcerias. (HESPANHOL, 2000, p. 97).

Trata-se, portanto, de uma política pública do governo federal de Fernando Henrique Cardoso no espaço rural local, definindo a categoria de agricultor familiar como elemento central da política pública, pautada na participação social e realização de parcerias e [...] “estimulando a concentração de arranjos institucionais capazes de germinarem um protagonismo que libertasse o Estado do papel de agente indutor do ordenamento territorial” (OLIVEIRA, 2010, p. 165).

Segundo Costa e Ribeiro

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e representação. Prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade (COSTA; RIBEIRO, 2001, p. 3).

As associações representam os interesses sócioeconômicos dos pequenos produtores, que se habilitam ao financiamento do PRONAF, reconhecimento político, que se expressa no poder de pressão e nos resultados das articulações junto ao poder local e aos órgãos oficiais.

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, promove o desenvolvimento de associações de produtores rurais, visando assegurar a produção de alimentos e de outros produtos geradores de renda para os agricultores rurais. Hespanhol (2007), em seus estudos, elenca a importância dos pequenos produtores rurais se organizarem em associações como meio de sobrevivência do segmento:

As condições macroeconômicas normalmente são adversas à agricultura familiar e as políticas públicas de apoio à produção são limitadas. Diante de tal quadro, a viabilização econômica de pequenas explorações agrícolas não é fácil de ser obtida. A diversificação produtiva, a agregação de valor aos produtos cultivados e a organização dos produtores rurais em associações ou cooperativas contribuem para melhorar as condições de vida dos produtores rurais. A associação a outros pequenos produtores rurais, preferencialmente àqueles que se dedicam aos mesmos segmentos produtivos, se constitui num dos caminhos importantes para a superação de problemas comuns. Por meio de associações, eles podem conseguir: a) comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em maior quantidade; b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, cujos custos unitários são elevados; c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular; d) negociar em melhores condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação dos atravessadores; e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios etc (HESPANHOL, 2007, p. 87).

As associações de pequenos produtores rurais não deixam de ser uma forma de resistência por proporcionar uma alternativa diante do avanço do

capitalismo e permitir sua participação no mercado por intermédio de duas políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O PAA foi acrescentado como política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar em 2003 e é uma das ações de outra política pública denominada “Fome Zero”. Seu objetivo é garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa, ainda, contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos. Como explica as pesquisas realizadas por Veloso e Hespanhol (2011)

Mais recentemente, durante o primeiro mandato do Governo Lula, no contexto da Fome Zero, foi criado no ano de 2003 o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visando dar apoio à comercialização dos produtos oriundos da agricultura alimentar (VELOSO; HESPANHOL, 2011, p. 2).

Assim, partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar, destacado pelos estudos de Veloso e Hespanhol (2011):

Já o programa de Aquisição de alimentos (PAA) foi criado em 2003 e tem firmado como importante instrumento de apoio á comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares do país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticado no mercado e estimulado as formas coletivas de organização. O PRONAF e o PAA, embora sejam institucionalizados em períodos distintos, tenham especificidades e particularidades, diferentes formas de implantação e gestão, como na forma de acesso por parte dos produtores rurais, devem ser complementadas . O primeiro fornece crédito em suas várias linhas de financiamento e o segundo incentiva à inserção desses produtores rurais ou retorno à atividade produtiva (organizados em torno de grupos de interesse, associações ou cooperativas), com a compra garantida de seus produtos durante o período de execução do projeto (VELOSO; HESPANHOL, 2011, p. 7).

É importante destacar que as políticas públicas direcionadas a organização coletiva dos pequenos produtores em associações tem como finalidade o fortalecimento dos pequenos produtores rurais atuando nas dimensões políticas, de produção como na comercialização de seus produtos.

Outro importante programa direcionado para o fortalecimento do pequeno agricultor familiar é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O programa foi criado em 2009, através da LEI N.º 11947 DE 16 DE JUNHO DE 2009, Art. 14º estabelece: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”

O PNAE visa atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

No decorrer dessa prática organizativa, observa-se que o seu poder de interlocução não se resume apenas as manobras para adquirir recursos, mas isso implica, sobretudo, seu reconhecimento político, que se expressa no poder de pressão e nos resultados das articulações junto ao poder local e aos órgãos oficiais (COSTA; RIBEIRO, 2001, p.6 - 7).

Através dessas políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, dá-se um importante passo em direção ao reconhecimento do papel econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil.

Diante da complexidade das formas cooperativas e associativas, faz-se necessária a utilização do quadro 01 (páginas 51,52 e 53) – para comparar as características legais existentes nos modelos de cooperativa e no modelo de associação.

Quadro 1 – Comparativo entre associação e cooperativa

Critérios/Organização	Associação	Cooperativa
Definição	Sociedade Civil sem fins lucrativos	Sociedade Civil sem fins lucrativos com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Amparo Legal	Constituição Federal (art.5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2º). • Código Civil. Lei nº 10.406/2002 artigo 51 a 63.	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil. Lei 5.764/71
Legalização	Podem ser legalizadas ou não. Se legalizada precisa aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e no Ministério do trabalho.	Legalizada como empreendimento de propriedade comum. Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Formação de Capital Social	Não há	Cotas-partes
Patrimônio / capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por

	a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Formas de Gestão	Cada pessoa tem direito a um voto.	Cada pessoa tem direito a um voto
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse.
Comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo.	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários.
Área de Ação	Limitada a seus objetivos	Limitada a seus objetivos e disponibilidade de participação dos sócios.
Distribuição dos resultados financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o FATES (Fundo de assistência técnica Educacional e social).
Responsabilidade	Da diretoria	Proporcional ao capital subscrito
Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.
Destino do patrimônio em caso de fim da entidade.	Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da assembleia para entidades afins.	Os bens remanescentes depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou

		ilimitadamente, pelas dívidas.
Tributação	Deve fazer, anualmente, uma declaração de isenção do Imposto de Renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.

Fonte: Adaptado do (SEBRAE, 2001 apud OLIVEIRA, 2010, p. 38-39) atualizada pela autora com dados Fonte: ENTENDA... (2009)

É importante destacar as diferenças entre associação e cooperativa elencadas no quadro 1 (página 51,52 e 53).

Segundo ENTENDA... (2009)

A diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado (SEBRAE, 2009, p. 22).

Esta compreensão é necessária, pois permite determinar qual o modelo de organização coletiva é mais indicado para determinados grupos e categorias. O modelo de organização coletiva baseado na associação é adequado para levar adiante uma atividade social, que pode ser constituída com no mínimo de dois associados, o patrimônio decorrente da associação não são de seus associados e sim da associação e caso ocorra alguma irregularidade a diretoria é responsabilizada. Vale a pena destacar que o patrimônio acumulado pela associação em caso da sua dissolução deverá ser destinado à outra instituição semelhante, conforme determina a Lei⁵.

⁵Lei 10.406/2002 – Novo Código Civil - Anterior a Lei 10.406/2002 a delimitação do direito à liberdade de associação é regulamentada pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, incisos XVII a XXI, *in verbis*: XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado; XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

Os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que deles não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a Lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação.

O modelo de organização coletiva baseada na cooperativa é mais adequado para desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala de forma coletiva. Vale a pena destacar que nas cooperativas os cooperados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos e também responsáveis pelas perdas que os processos por eles organizados proporcionarão. As sobras que, por ventura, houverem das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembléia geral, serem distribuídas entre os próprios cooperados, sem contar o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa. Todos os cooperados assumem os riscos e os benefícios do negócio.

Diante das análises decorrentes do quadro 1, destaca-se que o modelo de organização coletiva mais utilizado pelos pequenos produtores e pela presente pesquisa são as associações, devido as responsabilidades administrativas serem da diretoria e a inexistência de cargos remunerados. Assim explica Oliveira (2010)

[...] dentre os principais elementos que impulsionam os produtores familiares a optarem pelas associações como via institucional mais adequada às suas organizações podem ser destacados em duas prerrogativas, quais sejam:

- I) Responsabilidade da condução administrativa recai sobre a diretoria: no caso de endividamento e/ou falência da associação cabe aos dirigentes a busca de soluções para tais problemas, ao contrário das cooperativas em que todos os cooperados são co-responsabilizados conforme cota-parte. Tal prerrogativa a priori inviabiliza a ascensão de dirigentes oportunistas e/ou mal intencionados que eventualmente possam desviar recursos da entidade.
- II) Inexistência de cargos remunerados aos dirigentes: desonera a entidade da criação estruturas orçamentárias mensais para pagamento de salários aos dirigentes, bem como evita a profissionalização nos moldes das cooperativas e sindicatos (OLIVEIRA, 2010, p. 37-38).

A associação tem uma grande vantagem competitiva em relação à cooperativa porque seu gerenciamento é mais simples e menos burocrático, o número de associados é de no mínimo 2 pessoas e os custos de registros operacionais são menores.

3.2 Associativismo no Brasil

A partir de 1980, o sistema associativista tem-se destacado no Brasil e políticas públicas são formuladas como estratégia para o desenvolvimento dos pequenos produtores. Tal sistema é estimulado decorrente da fragilização do modelo cooperativista adotado anteriormente, que não permitia o desenvolvimento tecnológico dos pequenos produtores, contribuindo para a diminuição da competitividade.

No Brasil, a idéia de uma participação incipiente das práticas associativistas não apenas da organização cooperativa, mas também de outras formas associativas, ligadas ao crescimento econômico das últimas décadas, refletem-se em níveis de participação diferenciados segundo o status socioeconômico da população. As dificuldades associativas da nossa sociedade e, em particular, dos segmentos sociais mais excluídos do atual modelo econômico, representa, de fato, uma fragilidade a ser superada para viabilizar o projeto de economia solidária para o país (FERREIRA apud LONELLO, 2010, p. 55).

O modelo de associativismo pautado no cooperativismo agrícola causou o distanciamento da realidade dos pequenos produtores rurais. Os pequenos produtores não conseguiram adquirir e implantar recursos tecnológicos, diminuindo os padrões de competitividade. As cooperativas mais dinâmicas transformaram-se em espaços de mediação entre médios e grandes produtores, estes vinculados ao mercado agroexportador de *commodities* do agronegócio. Coube, então, aos pequenos produtores buscar alternativas para sobreviver no mercado altamente competitivo.

É por isso que a organização de pequenos produtores em associações adquire expressividade a partir de 1980 mencionado por Pinheiro (2001, p. 339 apud OLIVEIRA, 2010, p. 41)

a obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país (PINHEIRO, 2001, p. 339 apud OLIVEIRA, 2010, p. 41).

O Estado passou a incentivar a participação dos pequenos produtores em associações com o objetivo de integrá-los no mercado competitivo como esclarece Oliveira (2010)

Visando acalmar os ânimos e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a

se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro – as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

As associações não almejam apenas acesso a créditos e tecnologias, buscam também a garantia de direitos coletivos tanto no âmbito de influência de poder e forças em negociações com outros segmentos.

Na concepção de Frantz (2002, p. 25, apud LONELLO, 2010, p. 55)

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (FRANTZ, 2002, p. 25, apud LONELLO, 2010, p. 55).

Portanto, como sublinha Canterle (2004, p. 8, apud LONELLO, 2010, p. 57)

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uní-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais (CANTERLE, 2004, p. 8, apud LONELLO, 2010, p. 57).

Através das associações os pequenos produtores rurais articulam-se como estratégia de reprodução, superando problemas comuns, que envolve questões econômicas, políticas, sociais e culturais. O associativismo autônomo permite que grupos sociais exerçam papel de fiscalizador, reivindicador e representante do segmento visando melhores políticas públicas para o segmento.

3.3 A importância do Associativismo Rural como Desenvolvimento de Unidades Produtoras de Leite

No Brasil, a produção agropecuária tem grande destaque na economia. É importante destacar que nas propriedades rurais desenvolvem-se atividades na área de agricultura, a pecuária e as atividades extrativistas. Com estas atividades, o setor procura abastecer o mercado de alimentos e matéria-prima. A produção agropecuária tem como objetivo destinar sua produção para abastecer o mercado

interno ou externo com seus produtos, tais como grãos, frutas, verduras e também carne, leite, ovos dentre outros.

A atividade agropecuária gera inúmeros desafios destacados por Duarte (1998, apud RIBEIRO E QUEDA, 2007, p. 218)

a) desafio ambiental - o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima;

b) desafio econômico - considerando que a agropecuária é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos produtos de valor comercial, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios, que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto no mercado;

c) desafio social - considerando a capacidade da agropecuária de gerar empregos diretos e indiretos, e de contribuir para a contenção de fluxos migratórios, que favorecem a urbanização acelerada e desorganizada, esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que ele disponha de condições dignas de trabalho com remuneração compatível à sua importância no processo de produção;

d) desafio tecnológico – considerando que a agropecuária é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos processos produtivos em que as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produtividade (DUARTE, 1998, apud RIBEIRO e QUEDA, 2007, p. 218) .

Os pequenos produtores apresentam dificuldades de obter bom desempenho econômico em suas propriedades e muitos negócios são realizados em parcerias, a busca por produtos e serviços geralmente são realizados em conjunto pelas associações. A importância dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares e o intenso processo de descapitalização e dificuldades econômicas são evidenciados por HESPANHOL (2006)

Não obstante a importância dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, deve-se ressaltar o intenso processo de descapitalização a que estão submetidas essas explorações. Assim, pressionados de um lado, pelos altos preços dos insumos químicos e equipamentos utilizados na produção e pelos baixos preços obtidos na comercialização da produção agropecuária e, de outro, pela falta de apoio institucional (crédito rural, assistência técnica, etc.), os produtores se vêm, permanentemente, numa situação de dificuldades econômicas para se manterem produtivamente no campo (HESPANHOL, 2006, p. 7).

E, como estratégia de reprodução, sobrevivência, os pequenos produtores formam associações de pequenos produtores para que consigam obter

recursos e melhorar o desempenho de suas unidades e competirem no mercado. Como participantes do mercado, as associações estão inseridas no mesmo ambiente econômico e concorrencial das empresas privadas. Para manterem-se neste cenário, devem estar orientadas para a conquista e manutenção de mercados, buscando competitividade e resultados econômicos positivos. As associações surgem da incapacidades dos sindicatos e cooperativas em dar respostas satisfatórias como esclarece Hespanhol (2006)

Deve-se considerar, entretanto, que essas organizações surgem da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e a cooperativas, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos agricultores. Assim, as associações de produtores rurais, por estarem localizadas na própria comunidade, pressupõem a eliminação ou a diminuição de certas dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados (HESPANHOL, 2006, p. 7).

Associados os pequenos produtores, potencializam o poder de negociação e possibilitam melhor retorno financeiro por seu trabalho.

Existem investimentos realizados pela associação cujo sucesso depende da fidelidade dos associados. Todos estes processos de organização social rural serviram como referência para que formas de organizações mais atuais se constituíssem, tais como associações rurais, sindicatos de trabalhadores, cooperativas rurais e os movimentos de luta pela terra, dentre eles o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

Para o associativismo rural como desenvolvimento de unidades produtoras de leite, é importante analisar como estas organizações conseguem integrar o pequeno produtor de leite às exigências sanitárias impostas pelo MAPA através da ⁶Instrução Normativa nº 51 de 18-09-2002. Com a implantação das exigências impostas por essa normativa as associações implantaram tanques resfriadores coletivos que atendam os pequenos produtores de leite de pequena escala. Associativismo é uma forma de sobrevivência dos pequenos frente as

⁶ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51 DE 18/09/2002 - O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

exigências impostas. É importante a escolha da forma de organização coletiva: associação ou cooperativa. Ambas as formas organizacionais, associações e cooperativas são constituídas no meio rural, independentemente da área ou produto em questão.

As associações surgiram devido às necessidades dos pequenos agricultores em obter recursos financeiros através de financiamentos para infraestrutura, comercialização e maquinários ressaltado por Sabourin (1999, p. 6 apud HESPANHOL, 2006, p. 7)

As associações foram criadas, essencialmente, para captar recursos e/ou assegurar a defesa de interesses comuns e a gestão de bens coletivos. Muitas vezes, a associação reúne o conjunto dos membros da comunidade, mas em torno de um objetivo diferente e voluntarioso. Geralmente trata-se de um projeto de caráter produtivo ou econômico, centrado em novas funções em relação as da unidade familiar ou da comunidade: acesso ao crédito, a infra-estruturas ou equipamentos coletivos, comercialização ou transformação dos produtos (SABOURIN 1999, p. apud HESPANHOL, 2006, p. 7).

Vale a pena destacar que não se pode afirmar que uma organização é melhor que outra, pois ambas têm seus sucessos e fracassos. Portanto, é preciso salientar que, apesar da quantidade de informações disponíveis, o produtor rural nem sempre conhece as particularidades de cada uma destas formas organizacionais, podendo levá-lo a escolhas indequadas.

3.4 O Associativismo como Estratégia de Sobrevivência dos Pequenos Produtores

Para melhor compreensão da importância do associativismo serão apresentadas algumas análises elencadas por Oliveira (2010), que fomentam o processo de organização de associações de proprietários rurais.

Cabe aos pequenos produtores vinculados à agricultura familiar a busca de novos sistemas de gestão coletiva, como as associações de produtores familiares.

[...] no decorrer dos anos 1980, com a crise que passou a assolar o Estado brasileiro, grande parte das cooperativas que se constituíram aos moldes tradicionais de prestação de serviços, foram profundamente afetadas, resultando no fechamento de algumas e diminuição dos capitais fixos de outras.

A partir dos fins da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, começa a adquirir relevância na organização coletiva da sociedade rural, o

modelo de associações agrícolas que embora similar ao cooperativismo agrícola, deste difere em vários aspectos formais, institucionais e legais [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 39).

A organização de produtores rurais em associações estabelece a inserção competitiva de suas produções no mercado, capacidade de captar e veicular demandas sociais de diferentes segmentos e fortalecimento de suas ações políticas.

Oliveira (2010) destaca em suas análises que o segmento social representado pela produção familiar é muito relevante, garantindo segurança alimentar e postos de trabalho. Todavia, como o Estado brasileiro prioriza seus recursos para o desenvolvimento da agricultura com o modelo empresarial, dividiu em duas as estruturas ministeriais. Uma voltada para servir ao agronegócio e outra para servir a agricultura familiar, como explica Oliveira (2010)

O segmento social representado pela produção familiar é muito relevante no país, tanto no que concerne à produção para o abastecimento de alimentos para o mercado interno, quanto para a geração de postos de trabalho. Contudo, a agricultura brasileira é conduzida administrativamente na escala federal por duas estruturas ministeriais, o que denota o abismo histórico existente entre os grupos sociais que compõem este setor: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltado à gestão do agronegócio e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado ao planejamento da agricultura familiar, que inclui grupos como os pequenos proprietários, as comunidades remanescentes de quilombolas e os assentados por meio da reforma agrária (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Nas análises elencadas por Oliveira (2010), são destacadas as fragilidades políticas que se encontram nos pequenos produtores e os assentados de reforma agrária devido à inexistência de uma identidade de classe entre outros fatores,

Este cenário nos instiga a compreender as formas de organização social dos pequenos produtores rurais inserindo-as no debate da diversidade socioeconômica e política existente neste grupo social que consiste na fragmentação entre os pequenos produtores e os assentados da reforma agrária. O debate que nos propomos a estabelecer é o de que a fragilidade política dos pequenos produtores deriva da inexistência de uma identidade de classe que permita a inserção social autônoma desta classe no debate do desenvolvimento rural. Esse é um exercício que vem sendo realizado com êxito pelos grandes produtores e os seus porta-vozes do agronegócio que desempenham funções políticas em instâncias dos poderes legislativo e executivo (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25).

As associações surgem das necessidades dos pequenos produtores que não obtêm respostas dos órgãos representativos do setor e procuram se articular com a criação das associações, facilitando a participação e representação nos debates e exigindo políticas públicas⁷ direcionadas ao setor.

3.5 Políticas Públicas Direcionadas a Agricultura Familiar

Para compreender as políticas de desenvolvimento rural direcionadas a agricultura familiar é importante destacar os programas desenvolvidos ou executados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A missão do (MDA) é promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Para elencar tais políticas serão utilizadas as análises de Oliveira e Hespanhol (2011).

Os programas desenvolvidos ou executados pelo (MDA) têm como finalidade a melhoria das condições de vida de quem trabalha no meio rural brasileiro nas modalidades individual e coletivas. Oliveira e Hespanhol (2011) destacam a importância das associações a partir da década de 1990

Na década de 1990, o modelo de institucionalização da organização coletiva via associações agrícolas, adquiriu expressividade devido às competências definidas pela legislação que estabelecia menores implicações econômicas aos associados em caso de endividamento ou falência da entidade. Embora não seja a regra, a criação de uma associação tem sido utilizada como uma espécie de “estágio probatório”, estabelecido pelas lideranças para mensurar o nível de participação dos produtores rurais podendo evoluir para a etapa de constituição de uma cooperativa, que ainda é avaliado como o modelo mais adequado de gestão competitiva do processo produtivo agrícola (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011, p. 2).

Com a criação de associações de produtores rurais é possível melhorar a qualidade de vida no meio rural, refletindo diretamente na cidade. Quando o

⁷ “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre (sic) porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestações de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

agricultor familiar consegue viver bem no campo, melhora sua renda e ajuda na promoção do desenvolvimento econômico do município. As consequências positivas para os municípios são apresentadas com a melhora na arrecadação de impostos, o estímulo à permanência no meio rural, a formação de uma sociedade mais justa e possibilita aos associados se tornarem cooperados. Oliveira e Hespanhol (2011) ressaltam o papel do Estado como agente indutor de práticas associativistas

A capacidade crítica da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades. Via de regra, quando não são supridas as necessidades imediatas, como acesso a recursos financeiros ou melhoria da comunidade local, o grupo tende a se dispersar, aumentando a sua debilidade face ao aparelho de Estado e/ou grupos de poder que consideram a organização popular uma ameaça. Neste âmbito o caráter indutivo sob qual o associativismo tem sido implementado pelo Estado por meio das políticas de desenvolvimento rural acaba inviabilizando a aproximação e fortalecimento de uma identidade de classe da produção familiar, intensificando a fragmentação existente entre os pequenos produtores que ao institucionalizarem associações e federações disputam entre si, os recursos públicos destinados à produção familiar nas diferentes escalas de poder público: municipal, estadual e federal (OLIVEIRA e HESPANHOL, 2011, p. 3-4).

Para destacar a desproporcionalidade dos gastos governamentais entre a agricultura empresarial e a familiar, Oliveira e Hespanhol (2011) esclarecem:

Os gastos públicos com a agricultura familiar são inversamente proporcionais a sua expressividade numérica na geração de postos de trabalho e abastecimento do mercado interno, quando comparada à agricultura empresarial. Isto pode ser corroborado pela análise do Plano Safra 2008/2009 que teve um total de 78 bilhões de reais destinados ao financiamento de custeio da agricultura, dos quais 65 bilhões (83%) foram destinados a agricultura empresarial e apenas 13 bilhões (17%) para agricultura familiar (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011, p. 4).

Diante dos recursos direcionados ao agronegócio, cabe aos produtores familiares construir novos formatos de participação como associações que permitam a sua atuação e influenciem no conteúdo de políticas públicas de desenvolvimento rural. É importante destacar que o estímulo à criação de associações no Pontal do Paranapanema é anterior a criação das federações, como destacam os estudos de Oliveira e Hespanhol (2011)

Neste trabalho, a análise das práticas de associativismo rural desenvolvido na região do Pontal do Paranapanema/SP está circunscrita as ações desencadeadas por duas federações de agricultores que se institucionalizaram a partir de meados dos anos 2000: a Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) e a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP). De forma geral, a FAMHESP tem congregado os produtores familiares tradicionais, que tiveram acesso à terra

pela compra ou por herança, ao passo que a FAAFOP tem representado os interesses de produtores familiares assentados provenientes de projetos de reforma agrária(OLIVEIRA e HESPANHOL, 2011, p. 5).

As análises de Oliveira e Hespanhol (2011), destacam as dificuldades dos produtores rurais que tiveram acesso a terra por compra ou herança

Por seu turno, os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra por compra ou herança têm encontrado dificuldades de se inserir de forma autônoma nos debates acerca do desenvolvimento rural regional. Sua participação no colegiado territorial tem sido a partir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que, via de regra, foram constituídos por lideranças políticas representantes dos interesses do poder público municipal. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) que vinha impulsionando a organização dos produtores rurais em associações no nível dos municípios encerrou a sua primeira fase e, por conseguinte tais entidades arrefeceram suas ações. A FAMHESP como instituição articuladora das associações em nível estadual também perdeu força com a conclusão da primeira fase do PEMH. Em novembro de 2009 foi eleita a nova diretoria da federação que até então era presidida por um produtor rural do município de Rancharia na região do Pontal. A expectativa é que o novo presidente, o produtor rural João Fidelis do município de Avaré possa expandir a atuação da entidade com a implementação da Fase 2 do PEMH que agora dará ênfase à inserção da produção no mercado(OLIVEIRA e HESPANHOL, 2011, p. 13).

É importante salientar que o surgimento destas federações está atrelado à política de financiamento público e às exigências da legislação ambiental, que está relacionada ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH, sendo o principal indutor do surgimento das federações.

3.6 O PRONAF como Política Pública

Para elencar o programa PRONAF e suas linhas de créditos como política pública do Governo Federal direcionada a apoiar a agricultura familiar, destaca-se as análises de Felício (2009), Saron e Hespanhol (2011), Sebrae (2011), Antunes e Hespanhol (2011) e Fialho (2012).

As políticas agrícolas implementadas na década de 1960 à 1980 beneficiaram os médios e grandes proprietários e provocaram a exclusão dos pequenos produtores, como explica Hespanhol apud Felício (2009, p. 3)

ao analisar as políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira propõe um quadro geral para compreender o desenvolvimento nas décadas de 1960 a 1980. Explica que, enquanto os pequenos produtores não conseguiram alterar sua base técnica produtiva sofrendo a exclusão do meio rural em virtude do caráter excludente e concentrador do processo modernizante, a oligarquia rural, os latifundiários usufruíram dos subsídios

governamentais ampliando seu peso político e fortalecendo suas organizações (HESPANHOL apud FELÍCIO, 2009, p.3).

Com a abertura política ocorrida em meados de 1980 a 1990, surgem importantes organizações que são destacadas por Delgado (2005, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 5)

salienta que após as primeiras medidas de abertura política e de redemocratização do Brasil, surgem/reorganizam-se importantes organizações envolvidas com os problemas agrícolas/agrários, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outras que reivindicavam a implementação de políticas de apoio a agricultura familiar, em especial a Reforma Agrária (DELGADO, 2005, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 5).

As organizações mencionadas por Delgado contribuem para pressionar o governo à criação de políticas públicas para a agricultura familiar, como descreve Neves (2007, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 5)

A pressão de algumas destas organizações nacionais, principalmente a CONTAG e instituições multilaterais (em especial o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD), com amparo de universidades, por meio de pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento da agricultura familiar, cuja atuação inicia-se na década de 1980, é que o governo brasileiro institucionaliza uma política para a agricultura familiar (NEVES, 2007, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 5).

O governo brasileiro com estudos desenvolvidos pela FAO/INCRA (1994) define o tipo de produtor e o volume de verbas públicas destinadas a agricultura familiar, como salienta Aquino (2009, p. 6, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 6)

Com base no estudo da FAO/INCRA (1994) os gestores do PRONAF estabeleceram um “parâmetro social” para definir o tipo de produtor e o volume de verbas públicas a ser destinado aos distintos grupos de agricultores familiares. Foram identificados como agricultores familiares e, conseqüentemente, como público alvo do PRONAF os produtores rurais que:

- a) explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros;
- b) mantenham até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;
- c) não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual da exploração agropecuária e/ou extrativa;
- e) residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) possuam faturamento máximo anual até R\$ 27.500,00 (AQUINO, 2009, p. 6, apud SARON; HESPANHOL, 2011, p. 6).

Com a criação do PRONAF, pretendeu-se reverter o quadro em que se encontravam os agricultores familiares decorrentes de políticas agrícolas implementadas até a década de 1980, descapitalizados e com baixa produtividade. Essa política pública procurou evidenciar o reconhecimento deste segmento como produtor de alimentos e de matéria-prima.

Com este programa, o governo procurou romper com a escassez de recursos para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. Com as linhas de financiamentos de forma individual ou coletiva, criaram-se condições favoráveis ou especiais de acesso ou de pagamento dos financiamentos, com taxas de juros abaixo da inflação, que facilitam a execução das atividades agropecuárias, ajudam na compra de equipamentos modernos e contribuem no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Ao disponibilizar crédito, buscava-se elevar a produtividade e o nível de renda das famílias, de modo que o financiamento concedido fosse capaz de assegurar não apenas maior capacidade de acumulação (e, conseqüentemente, capacidade de pagar o empréstimo), mas também a elevação do nível de vida e bem-estar das populações rurais, alvo dos programas, conduzindo-os a uma condição em que não mais necessitassem do apoio estatal para lidar com as exigências dos mercados. Os programas e políticas públicas de crédito rural assumiram, quase sempre, o caráter de políticas de inclusão social ou de integração de grupos sociais economicamente carentes nos mercados locais e regionais e, em algumas regiões, nas teias da economia agroindustrial. Segue quadro 2 com as linhas especiais do PRONAF para pessoas físicas e jurídicas.

Quadro 02- Linhas especiais do PRONAF para pessoas físicas e jurídicas: enquadramentos e finalidades

Grupo	Enquadramento	Finalidade
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens.	Agropecuárias e não agropecuárias.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo A	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
B (Microcrédito Rural)	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
C	Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ⁸ válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus.	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013.
PRONAF Agricultor Familiar	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.
Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF para Agricultor Familiar e suas cooperativas e associações que comprovem que, no mínimo, 70% de seus participantes ativos são agricultores familiares e que, no mínimo, 55% da produção	Financiamento de projetos de investimento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.

⁸ Essas duas políticas exigem a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, que é obtida junto à Casa da Agricultura. Atualmente a DAP é dividida em três grupos: “A-C, C” e “Agricultores Familiares” e dentre os critérios exigidos para se obter o documento, estão: condição do agricultor (proprietário, parceiro, posseiro, quilombola, assentado, etc), tamanho da propriedade, predominância do trabalho familiar e renda familiar obtida com a atividade agropecuária.

	beneficiada, processada ou comercializada é oriunda de cooperados ou associações enquadradas no PRONAF.	
Mulher	Mulheres agricultoras, independentemente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no PRONAF.	Atendimento de projetos de crédito de investimento propostos pela mulher agricultora.
Jovem	Jovens agricultores familiares, entre 16 e 29 anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio. Devem pertencer a famílias enquadradas no PRONAF ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela SAF/MDA ou que contem com assistência técnica.	Atendimento de projetos de crédito de investimento propostos pelo jovem agricultor familiar.
Semiárido	Agricultores familiares instalados na região do Semiárido brasileiro enquadrados no PRONAF. O Semiárido compreende áreas com pouca ocorrência de chuvas localizadas no norte de Minas Gerais e Espírito Santo, nos sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e em parte do sudeste do Maranhão.	Financiamento de projeto de investimento de convivência com o Semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.
Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto aqueles enquadrados nos Grupos A, A/C e B.	Financiamento de projetos de investimento de sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.
Floresta	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF.	Financiamento de projetos de investimento de sistemas agroflorestais.
Eco	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto aqueles enquadrados nos Grupos A, A/C e B.	Financiamento de projetos de investimento de tecnologias de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de

		correção da acidez e fertilidade do solo.
Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto aqueles enquadrados nos Grupos A, A/C e B, observando-se que 70% da renda da família deve ser oriunda dos seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.	Financiamento de projetos de investimentos voltados à produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.
Custeio e Comercialização De Agroindústrias Familiares	Pessoas físicas e cooperativas e associações que tenham, no mínimo, 70% de seus integrantes ativos como agricultores familiares enquadrados no PRONAF e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de cooperados/associados enquadrados no PRONAF.	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros.
Cotas-partes	São beneficiados os agricultores familiares filiados a cooperativas de produção que tenham, no mínimo: I – 70% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de associados enquadrados no PRONAF; II – patrimônio líquido entre R\$ 50 mil e R\$ 70 milhões; III – 1 ano de funcionamento.	Financiamento para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados às cooperativas de produção e reforço de capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: CARTILHA... (2011)

Vale à pena destacar as linhas de crédito e investimento do Pronaf que se dividem em:

- Pronaf custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no pronaf;

- Pronaf investimento (mais alimentos): financia máquinas e equipamentos, visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

- Microcrédito rural: atende os agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;

- Pronaf agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

- Pronaf mulher: oferecida especialmente para as mulheres, a linha financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil das agricultoras. Pode ser usada para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;

- Pronaf eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;

- Pronaf agroindústria: financiam investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;

- Pronaf semiárido: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida;

- Pronaf jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;
- Pronaf floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- Pronaf custeio e comercialização de agroindústrias familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros;
- Pronaf cota-parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

O PRONAF foi uma das primeiras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar. O PRONAF tem como objetivo oferecer crédito rural para custeio e investimentos para os agricultores familiares, como destacam as análises de Antunes e Hespanhol (2011)

O reconhecimento da agricultura familiar - compreendida aqui, em linhas gerais, como a agricultura de pequeno porte que emprega majoritariamente a mão de obra dos membros da família -, como categoria a ser considerada pelas políticas públicas através, principalmente, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi outro importante marco, contribuindo para a valorização do segmento familiar. O PRONAF foi instituído no ano de 1996 e seu objetivo constitui-se, basicamente, em oferecer crédito rural para custeio e investimento para os agricultores familiares com condições e prazo de pagamento diferenciados (ANTUNES; HESPANHOL, 2011, p. 102).

A fim de compreender a importância da agricultura familiar é necessário utilizar informações elencadas pelo Censo Agropecuário de 2006, que classificam os estabelecimentos de agricultura familiar do estado de São Paulo em condição do produtor em relação às terras.

Tabela 1 – Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar – São Paulo – 2006.

Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar - São Paulo - 2006

Agricultura familiar	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos
Total	193 083	14 988 338	7 166	116 766	16 343	1 156 623	2 659	347 750	6 171	91 995	2 172
Agricultura familiar - Lei 11 326	124 595	2 164 214	6 228	93 380	11 090	189 856	1 923	20 999	5 176	37 670	2 003
Não familiar	68 488	12 824 124	938	23 386	5 253	966 767	736	326 751	995	54 325	169

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Observa-se, através da tabela 1 elaborada pelo IBGE dos dados coletados pelo censo agropecuário de 2006, que os estabelecimentos classificados como proprietários são compostos de 64,5% de agricultores familiares e 35,5% de não familiares. Também demonstram que em relação a área, representam apenas 14,5% das propriedades os proprietários classificados como agricultor familiar, enquanto que os não familiares detêm 85,5% das áreas. Através das análises destes dados, percebe-se que nossa agricultura é composta de médios e grandes latifúndios. Os dados também apontam que os estabelecimentos classificados como assentados sem titulação definitiva representam 87% dos estabelecimentos, enquanto que os não familiares representam 13%. Quanto à área, o assentado classificado de assentado sem titulação definitiva representa 80%, os não familiares detêm de 20%. Observa-se que os estabelecimentos classificados como arrendatário representam 68%, enquanto os não familiares representam 32%. Quanto à área, o arrendatário classificado representa 16% e os não familiares detêm 84%. Demonstram, novamente, que existem médio e grandes latifúndios. Os dados apontam ainda que os estabelecimentos classificados como parceiro são compostos de 72% de agricultores familiares e 28% de não familiares. Também demonstra que em áreas eles representam apenas 6% das propriedades os parceiros classificados como agricultores familiares, enquanto que os não familiares detêm 93% das áreas demonstram que nossa agricultura é composta de médios e grandes latifúndios. Observa-se que os estabelecimentos classificados como ocupante são compostos de 84% de agricultores familiares e 16% de não familiares. Também demonstra que em áreas eles representam apenas 41% das propriedades dos ocupantes

classificados como agricultores familiares, enquanto que os não familiares detêm 59% das áreas. Observa-se que os produtores classificados como produtor sem área são compostos de 92% de agricultores familiares e 8% de não familiares.

O Censo Agropecuário de 2006 destaca os estabelecimentos de agricultura familiar do Estado de São Paulo que obtiveram financiamento por finalidade de investimentos, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 - Estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, segundo a agricultura familiar – São Paulo – 2006.

**Estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade,
segundo a agricultura familiar - São Paulo - 2006**

Agricultura familiar	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
	Por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Total	9 231	20 311	297	2 735
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	5 612	10 496	116	1 653
Não familiar	3 619	9 815	181	1 082

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Conforme dados do IBGE tabela 2, os estabelecimentos que obtiveram financiamento no estado de São Paulo com a finalidade de investimento: foram 60% dos estabelecimentos que obtiveram financiamento para custeio foi para estabelecimentos familiares, e 40% para não familiares. Quanto ao Custeio, 51% dos estabelecimentos familiares utilizaram o financiamento, enquanto que o não familiar 49%. Quanto a comercialização, 39% foram utilizados por agricultores familiares e 61% foram para não familiares. Investimentos para manutenção do estabelecimento 60% ficaram com agricultor familiar e 40% com não familiar.

O Censo Agropecuário de 2006 destaca os estabelecimentos de agricultura familiar do estado de São Paulo que não obtiveram financiamento, por motivo de não obtenção de crédito.

Tabela 3 – Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção segundo a agricultura familiar – São Paulo – 2006.

Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - São Paulo - 2006

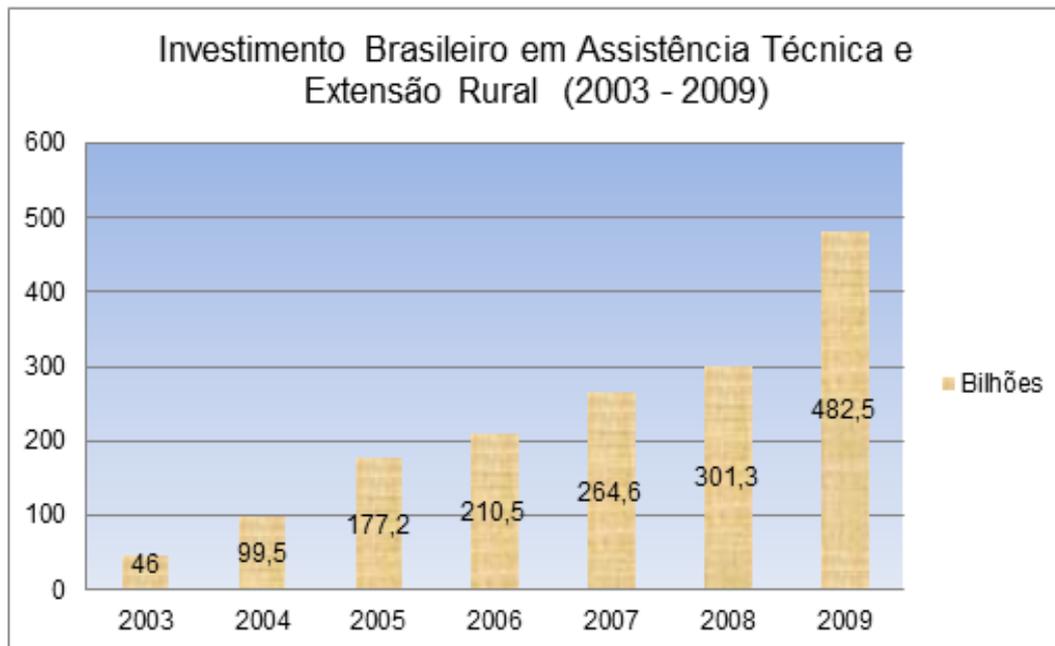
Agricultura familiar	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	197 256	1 347	881	9 803	1 786	19 628	8 258	155 553
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	134 006	1 028	748	6 847	1 313	14 963	5 628	103 479
Não familiar	63 250	319	133	2 956	473	4 665	2 630	52 074

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Conforme dados do IBGE tabela 3, os estabelecimentos que não obtiveram financiamento no estado de São Paulo são decorrentes das dificuldades a seguir: falta de garantia pessoal afetando 76% dos estabelecimentos familiares e 24% dos não familiares; falta de conhecimento para aquisição, atingindo 85% dos estabelecimentos familiares e 15% dos não familiares; a burocracia afetou 73% dos estabelecimentos familiares e 27% dos não familiares; a falta de pagamento do empréstimo anterior resultou em 76% dos estabelecimentos familiares e 24% não familiares; outros motivos afetaram 68% dos estabelecimentos familiares e 32% não familiares. Ainda demonstra que 66% dos estabelecimentos familiares e 34% dos não familiares não necessitaram do financiamento.

A partir do Pronaf, desencadearam-se outras políticas públicas como a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), PAA e PNAE.

Gráfico 2- Dados de investimentos em assistência técnica e extensão rural.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com dados MDA/MDS – Investimentos em assistência Técnica e Extensão Rural (2003 á 2009).

Observa-se no gráfico 2 os investimentos crescentes em assistência Técnica e Extensão Rural no decorrer dos anos. As políticas públicas implantam o trabalho técnico, visando a sustentabilidade econômica, social e ambiental, estimulando a diversificação e a agregação de valor.

ATER, é uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

O PAA tem como objetivo promover a compra, a formação de estoques e distribuição de alimentos conforme explicação de Antunes e Hespanhol (2011)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído no ano de 2003, tem como objetivo promover a compra, a formação de estoques e adistribuição de alimentos oriundos da produção familiar rural, sendo viabilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (ANTUNES e HESPANHOL, 2011, p. 102).

E, mais,

O PAA pode ser considerado, então, um programa que se propõe a atingir questões estruturais, específicas e locais, o que pode ser percebido a partir do estabelecimento da conexão entre os pequenos produtores de alimentos e a população de menor poder aquisitivo, uma vez que o processo de distribuição dos alimentos, ou mesmo a formação de estoques, promove articulações entre agentes locais (associações e cooperativas de produtores; instituições públicas e privadas etc.), o que pode resultar na valorização (econômica, social etc.) do território em que as ações e relações são desenvolvidas (ANTUNES; HESPANHOL, 2011, p. 106).

Com a implantação do programa PAA do governo federal, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais podem ofertar seus produtos através do programa e atender à população que apresenta risco de segurança alimentar. Os beneficiários dos produtos devem ser entidades cadastradas no Ministério do Desenvolvimento Social, que podem ser creches, escolas públicas, abrigos, albergues, hospitais públicos, asilos etc.

O processo de compra se dá mediante dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30%. Quem executa programa interministerial, o PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios.

O PAA divide-se em quatro modalidades, que foram destacadas por Mattei (2007, apud ANTUNES; HESPANHOL, 2011, p. 107):

- a) Compra Antecipada da Agricultura Familiar: antecipa recursos para o plantio, podendo ser acessados por agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), agroextrativistas, quilombolas, assentados da reforma agrária, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e ribeirinhos, sendo operacionalizada através da CONAB.
- b) Compra Direta da Agricultura Familiar: possibilita aos agricultores a venda de alimentos para o Estado, a preços estabelecidos em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado, sendo também operacionalizada pela CONAB.
- c) Compra Para Doação Simultânea: esta modalidade se divide em:
Compra Direta Local da Agricultura Família: visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais, viabilizando a aquisição de produtos comercializados por associações, cooperativas e grupos informais de agricultores, a serem distribuídos em creches, hospitais, restaurantes populares, entidades beneficentes e assistenciais. Essa modalidade do programa é operacionalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) através de convênios com os Governos Estaduais.

Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar: promove a aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa, oriundos da agricultura familiar, visando à formação de estoques ou a doação às populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais de caráter governamental ou não-governamental. Essa modalidade é operacionalizada pela CONAB.

d) Incentivo à Produção e Consumo de Leite: procura assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças e idosos através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção média diária de até 50 litros de leite, podendo chegar até 100 litros, sua implantação é restrita ao nordeste. Essa modalidade é operacionalizada pelo MDS através de convênios com os Governos Estaduais (MATTEI, 2007, apud ANTUNES; HESPANHOL, 2011, p. 107).

E, mais,

As cooperativas ou associações de produtores rurais, juntamente com as entidades beneficiadas, devem elaborar um projeto que evidencie a necessidade dos alimentos e a possibilidade de sua produção, devendo ser encaminhado a um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional ou, na falta deste, a um conselho local. No caso de aprovação, o pagamento ao produtor será efetuado somente após a confirmação de que os produtos foram entregues de acordo com determinadas normas (qualidade dos produtos e regularidade da quantidade pré-estabelecida, por exemplo). Atualmente, cada produtor cadastrado pode participar do programa com uma cota de até 4.500 reais por ano (HESPANHOL, 2008 e 2009b apud ANTUNES; HESPANHOL, 2011, p. 108).

Gráfico 3 - Dados de investimentos do Programa PAA – 2003/2009

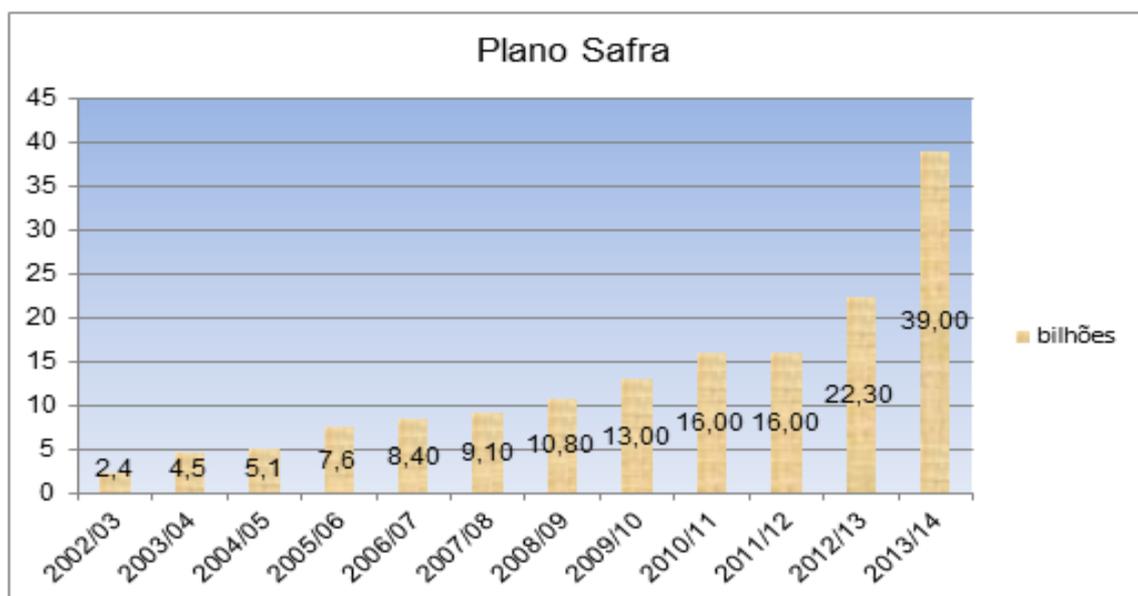


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com dados MDA/MDS – Investimentos no Programa PAA (2003 á 2009).

O gráfico 3 elaborado com dados MDA/MDS demonstra a evolução de investimentos no programa PAA no decorrer de 2003 a 2009. É importante destacar os investimentos do programa PAA elaborados desde 2003 à 2009. Destaca-se que, a partir de 2005, o governo disponibilizou mais investimentos na agricultura familiar através do programa.

O Plano Safra é um importante projeto que visa disponibilizar recursos a agricultura familiar. Através dos dados MDA/MDS foi possível evidenciar seus investimentos no decorrer das safras. Como se apresenta no gráfico 4.

Gráfico 4 – Investimentos destinados aos Planos Safras 2002/2003 à 2013/2014.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com dados MDA/MDS – Recursos liberados pelos Planos Safras 2002/03 À 2013/14.

No gráfico 4, vale a pena destacar os investimentos no Plano Safra elaborados desde 2002/2003 à 2013/2014 com os investimentos na agricultura familiar. Destaca-se que a partir de 2005 o governo disponibilizou mais investimentos na agricultura familiar.

O PNAE instituído pela lei nº. 11.947/2009, prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. O PNAE tem como propósito a garante

alimento de qualidade na merenda escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE é um órgão vinculado ao Ministério da Educação responsável em normatizar, dar assistência financeira, coordenar, acompanhar, monitorar e executar o programa como destaca Fialho (2012)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, que é vinculado ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa. Esse foi o princípio da Lei 11.947/2009, cujo artigo 14 garante que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE sejam direcionados para a aquisição de produtos da agricultura familiar, como segue:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FIALHO, 2012, p. 118).

Os beneficiários do programa são os alunos da educação infantil, das creches e pré-escolas do ensino fundamental, alunos da educação indígena e de áreas de quilombos e, também, alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas.

Os programas direcionados aos agricultores familiares representam avanços na elaboração e gestão de políticas públicas, mas temos que destacar os vários impasses que se impõem no caminho que leva ao acesso aos recursos do PRONAF evidenciado por Saron e Hespanhol (2011)

O programa passou por inúmeras mudanças e aperfeiçoamentos desde o início da sua elaboração e institucionalização nos anos de 1995 e 1996, mas mantém como eixo de atuação principal a concessão de crédito rural subsidiado a agricultura familiar. Apesar do crescimento expressivo no aporte de recursos financeiros ao programa, diversas pesquisas têm mostrado que houve a desvirtuação dos seus objetivos iniciais, o que tem contribuído para reforçar as diferenças entre os segmentos e cadeias produtivas mais capitalizadas (vinculadas ao modelo agropecuário dominante) e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar (SARON; HESPANHOL, 2011, p. 2).

A concessão de crédito rural subsidiado a agricultura familiar esbarra nas exigências das instituições financeiras que acabam dificultando a liberação de crédito aos agricultores familiares que não desenvolvem atividades mais rentáveis,

ficando os recursos aos agricultores familiares mais capitalizados. Os créditos subsidiados são liberados para agricultores familiares que não apresentam riscos às instituições financeiras, apresentando melhores resultados, menor custo operacional e menores riscos de inadimplência.

3.7 Plano Safra 2013/2014

A agricultura familiar tem sido centro de discussões no país. Anualmente o MDA lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte.

O governo da então Presidenta Dilma Rousseff, lançou no dia 06 de junho de 2013 o Plano Safra 2013/2014, que é um conjunto de políticas públicas cujo objetivo é aprimorar as políticas conquistadas pelo setor da agricultura familiar. O Plano Safra 2013/2014 (Tabela 4) , com base nas políticas de desenvolvimento da agricultura familiar que compõem o Plano Safra, priorizou os programas que proporcionam o aumento de renda, a inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos com proteção da renda.

O governo destaca que, nesses dez anos (2003 á 2013), a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo.

A agricultura familiar é um setor estratégico para o país e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Por isso, esse conjunto de políticas fortalece o setor, aumenta a produção de alimentos, e contribui para o crescimento com estabilidade econômica e social.

Tabela 4 - Com os recursos do plano Safra 2013/2014 com 39 bilhões para o fortalecimento da agricultura familiar

Recursos para o Plano Safra 2013/2014	R\$
Credito Pronaf	21 bilhões
Ater	830 milhões
Garantia-Safra	980,3 milhões
Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)	400 milhões
PGPAF:	33 milhões
PAA: em compras da agricultura familiar (MDA e MDS)	1,2 bilhões
PNAE	1,1 bilhão (FNDE)
PGPM	200 milhões
Outras ações	13,3 bilhões
Total	39 bilhões

Fonte: Tabela elaborada pela autora com dados MDA/MDS

Com o novo Plano Safra o governo pretende ampliar o limite para o enquadrar no programa as famílias com renda de até 360 mil no ultimo ano, que poderão contratar o crédito e, assim, investir na produção. Para custeio, os limites de financiamento passaram de 80 mil para 100 mil, com taxa de juros de 3,5%. Outra estratégia adotada é aproximar a pesquisa agropecuária à extensão rural, ampliação do apoio aos agricultores de menor renda, pois algumas medidas atendem especificamente aos agricultores de menor renda. O limite de enquadramento para o Grupo B do Pronaf cresceu com ampliação da renda bruta anual do agricultor de R\$ 6 mil para R\$ 10 mil. A partir de agora os agricultores do Grupo B também podem contratar financiamento de custeio e ter acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Outra mudança é a extensão da metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado para operações do Pronaf de até R\$ 15 mil.

Na safra 2013/2014, o governo federal ampliou o limite de aquisição anual por agricultor, que saltou de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil. Para o produtor ligado à cooperativa, passou de R\$ 4,8 mil, na última safra, para R\$ R\$ 6,5 mil, anualmente. Outra novidade é que o limite individual será de R\$ 8 mil quando a proposta for composta por produtos de pelo menos 50% de fornecedores cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

(CadÚnico) ou produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade.

O governo chama a atenção que a combinação das modalidades não pode extrapolar o limite de R\$ 8 mil.

Ampliar os recursos de Ater Mais Gestão para fortalecer as cooperativas e ampliar os volumes de aquisição são ações para esta safra.

Para a safra 2013/2014, o governo federal reservou R\$ 1 bilhão para o PNAE.

Garantia de preços - O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) assegura desconto no pagamento do financiamento às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado. O acesso ao PGPAF é automático.

Na safra 2013/2014, o governo federal ampliou proteção de preço do PGPAF de determinadas culturas. A medida estimula a produção da agricultura familiar, ampliando a oferta de alimentos com estabilidade de preços para o consumidor. A lista de culturas cobertas pelo programa também vai aumentar e ultrapassar a casa das 50.

Seguro - O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) é um mecanismo de prevenção disponibilizado aos agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio e investimento agrícola no âmbito do Pronaf. A adesão automática ao custeio permite a cobertura da parcela de investimento.

Garantia safra - Uma das ferramentas para a garantia de renda dos agricultores familiares, o Garantia-Safra é uma ação Pronaf voltada para área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida.

Nesta safra, o número de cotas para o programa será ampliado para 1,2 bilhão de famílias. Esse é o número de famílias que receberá o benefício, caso tenham perdas de pelo menos, 50% da produção de atividades agrícolas de convivência com o Semiárido. O benefício será ampliado de R\$ 680,00 para R\$ 760,00.

Ater têm como principais focos o aumento de renda e a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares. O último Plano Safra disponibilizou R\$ 542 milhões para o setor, enquanto o primeiro, há dez anos, ofereceu R\$ 46

milhões. Para a safra 2013/2014, o montante destinado para Ater é de R\$ 830 milhões. Um incremento superior a 1000%.

Para ampliar o número de agricultores com Ater e dar melhor suporte a este segmento, o governo federal também vai criar para esse ano-safra a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Será desenvolvido um forte trabalho junto com instituições e agentes de pesquisa, lideradas pela Embrapa.

O objetivo é fazer os serviços de assistência técnica ao conjunto dos agricultores brasileiros, com prioridade para os agricultores familiares, com mais qualidade – com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país (MDA, 2013).

4- AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA

Este capítulo apresenta perfil agropecuário do município de Rancharia e algumas práticas associativas desenvolvidas no município e distritos.

O município de Rancharia começou a surgir por volta de 1915. Em 30 de julho de 1929 a povoação foi elevada a Distrito Policial. Pelo decreto nº 6.470, de maio de 1934 foi elevada a distrito de Paz, pertencente ao município de Quatá. Em 5 de julho de 1935, pelo decreto nº 7357, o distrito foi elevado a município, constituído dos distritos de Rancharia e Iepê. A instalação se deu em 16 de agosto de 1936. O decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembrou o distrito de Iepê e criou a comarca de Rancharia. A instalação da comarca se dá em 13 de julho de 1945. Atualmente, o município de Rancharia é constituído por 31 bairros e pelos distritos: Ajicê e Gardênia, numa área total de 1.588 km². Limita-se ao norte com o município de Parapuã, ao Sul com Iepê, a Leste com João Ramalho e a Oeste com Martinópolis. Sua população total, segundo o censo do IBGE (2010), é de 28.773 habitantes, sendo 25.801 pertencentes à área urbana e 2.972 à área rural.

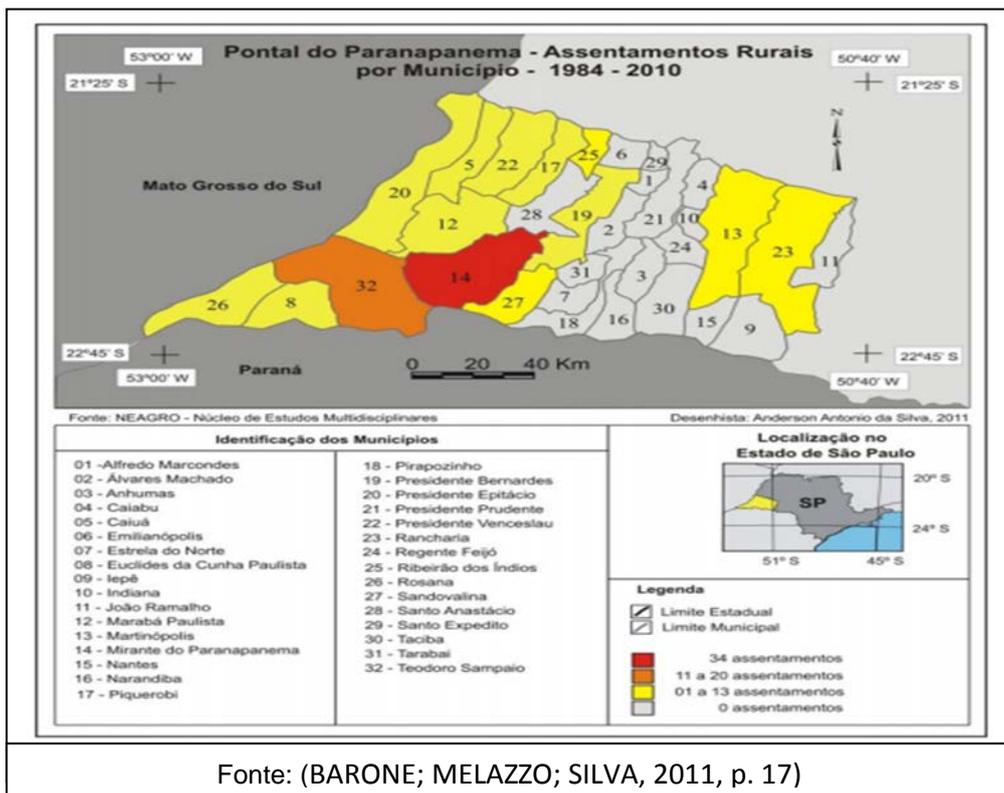
A riqueza econômica do município está baseada na produção agropecuária. Na década de 1950 as principais culturas eram o algodão, que deu o título ao município de Capital estadual do Algodão, além do feijão, milho, arroz, café e a pecuária. Com o decorrer dos anos a cultura do algodão foi perdendo espaço devido a vários fatores. Um dos fatores mais determinantes para que a cultura perdesse espaço, foi que a maioria dos plantadores de algodão eram arrendatários, e muitos deles nordestinos e que com o término da colheita do algodão eles viajavam para seus respectivos estados e muitos não voltavam mais. Outro fator preponderante para fim da cultura no município, foi elevação do custo da produção devido ao aparecimento de pragas importantes na cultura, como o bicudo, e constante aumento no preço dos insumos.

Nos dias atuais a bovinocultura de corte tem grande importância econômica para o município, pois seus criadores se dedicam a criar, recriar e engordar, com um plantel aproximado de 125.168 U.A. A bovinocultura mista e de leite, conta com um plantel aproximado de 41.269 U.A. A área ocupada com pastagem é de aproximadamente 92.714 há, com culturas temporárias como (cana de açúcar, soja, mandioca, amendoim, milho, melancia, dentre outras), ocupando

uma área de 34.781 há, culturas perenes com 890 há e reflorestamento 3.451 há. O Município de Rancharia faz parte da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, estando localizado no sudoeste do estado de São Paulo.

A figura 2 destaca o mapa dos municípios que compõem o território do Pontal do Paranapanema. O mapa está disponibilizado no site do MDA e demonstra os municípios que compõem o território Pontal do Paranapanema e apresenta os assentamentos rurais. O município de Rancharia é representado na figura com o município de número 23. O município tem como base de sua economia a agropecuária, destacando a presença de pequenas e médias propriedades rurais.

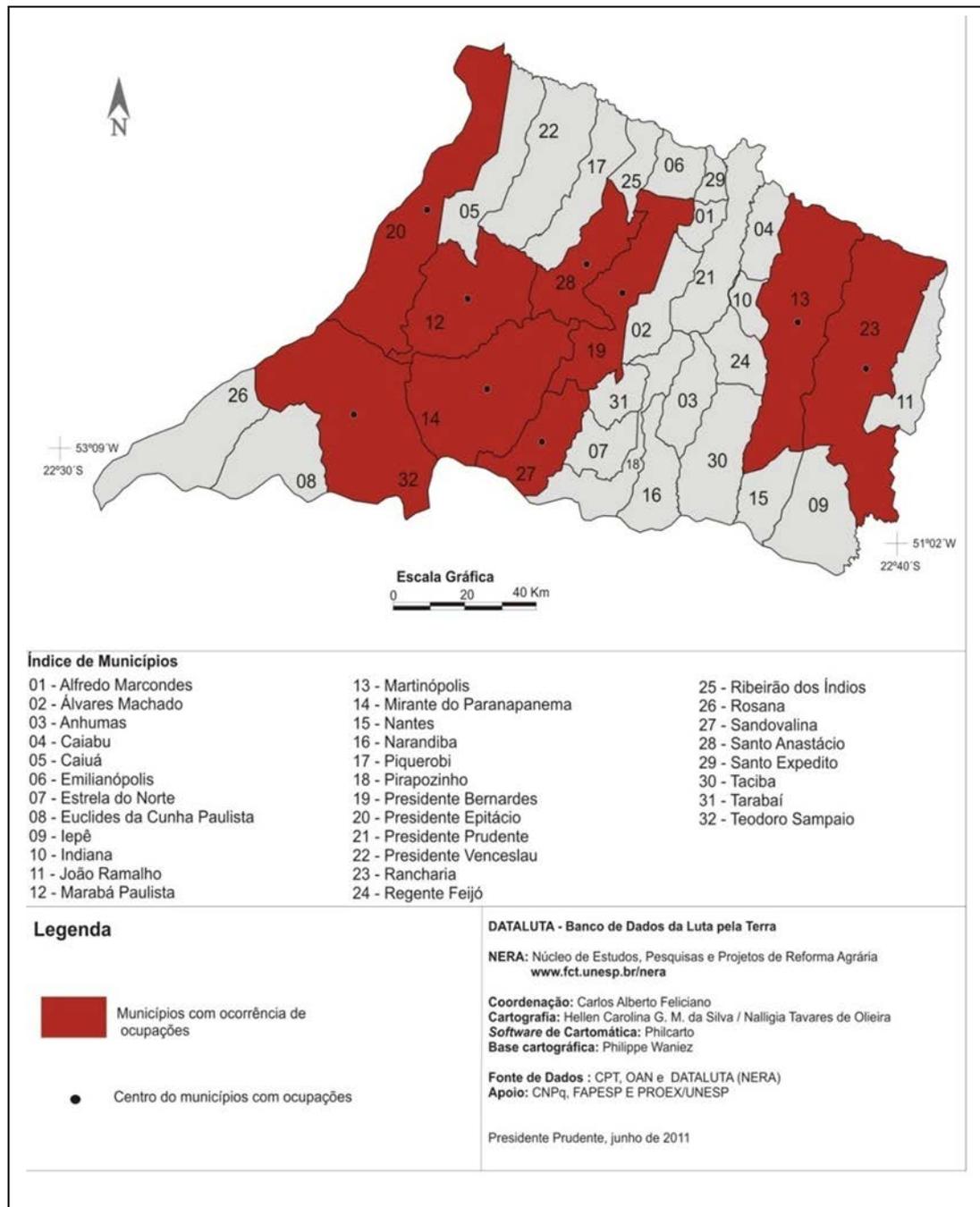
FIGURA 2- Mapa dos municípios que compõem o território do Pontal do Paranapanema com destaque para os assentamentos rurais



Conforme a figura 3 observa-se o mapa do Pontal do Paranapanema, destacando a geografia das ocupações de Terra (2010), elencando os municípios com ocorrência de ocupações. A questão fundiária tem levado a tensões sociais, como é evidenciado no mapa. Os movimentos sociais camponeses fortalecem suas

bases nesta região, reivindicando terras que possuem títulos de caráter duvidosos e políticas de reforma agrária foram implantadas nesta região.

FIGURA 3 - Mapa Pontal do Paranapanema – Geografia das ocupações de Terra – 2010 – Municípios com Ocorrência de Ocupações.



4.1 Levantamento das Associações dos Proprietários Rurais do Município de Rancharia

A pesquisa empírica desenvolvida para a realização desta pesquisa foi concretizada através de entrevistas em duas associações de produtores rurais do município de Rancharia: a Associação dos Produtores Rurais de Agissê e Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região.

Durante esta pesquisa, foram levantadas e investigadas as práticas associativas de dois grupos sociais: os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra através de herança e compra, representados pela Associação dos Produtores Rurais de Agissê e os produtores assentados que tiveram acesso a terra em projetos de reforma agrária, representados pela Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região. A associação de Agissê tem papel fundamental no município de Rancharia e no distrito de Agisse, pois estimula a prática do associativismo, representando cerca de 170 produtores rurais, onde 60 são produtores de leite, contribuindo para a formação de uma bacia leiteira significativa. Os produtores da associação de Agisse são, em sua maioria, de origem de Agisse e seus presidentes são bem conceituados na comunidade onde atuam. O Sr. Alfredo Braun, atual Presidente, é um tradicional produtor de soja da região e o Vice Leonildo Moreira é um produtor bem articulado politicamente e com visão empreendedora.

A estrutura física da associação está articulada para atender os produtores no armazenamento do leite *in natura* no tanque resfriador, garantindo melhor qualidade do produto e atendendo às exigências dos consumidores. Na sede existem implementos adquiridos através de políticas públicas para uso coletivo. Conta com uma secretária que atende os produtores tanto no nível de recebimento de produção, armazenagem, controle de estoques, controle administrativo, vendas de implementos e materiais veterinários. A associação tem como estratégia a união dos produtores para fomentar as negociações entre a indústria de insumos e agroindústrias.

A associação dos produtores rurais assentados que tiveram acesso a terra em projetos de reforma agrária, representado pela Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região, conta com uma sede em processo de estruturação, ficando os processos de controles de recebimento,

controle de implementos e insumos e controles financeiros e administrativos, sendo executados pelos seus diretores de forma informal e pelo escritório na cidade de maneira formal e legal. A sede da associação foi financiada pelo PRONAT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais). A associação tem 60 associados, sendo 48 produtores de leite, juntos formam uma bacia leiteira que atrai laticínios de outras regiões. Através do associativismo eles conseguem estabelecer contratos com vantagem competitiva para seus associados e estabelecem parcerias com órgãos públicos e empresas particulares. Uma das dificuldades apresentadas pela associação é a constante troca de diretoria, que prejudica os contratos firmados e as parcerias estabelecidas pelos órgãos públicos. O estudo ocorreu no período do segundo semestre de 2012 a 2013.

Segundo Casari (2006),

O delineamento do estudo de caso [...] faz parte do pressuposto de que a análise de uma unidade de um determinado universo possibilita compreender a generalidade do mesmo, ou pelo menos, estabelecer algumas bases para uma investigação posterior [...] (CASARI, 2006 p.135 apud MENEGATI, 2008, p. 116).

Esta pesquisa procura compreender as estratégias de organização coletiva da agricultura familiar em associações, conhecendo os processos existentes, identificando os pontos fortes e fracos desse sistema e analisando sua representatividade na economia do município. Foi realizado o levantamento das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais para gerenciar suas propriedades rurais e para a recriação do campesinato e sobrevivência do empreendimento, organizando associações para alavancar o desenvolvimento rural do município.

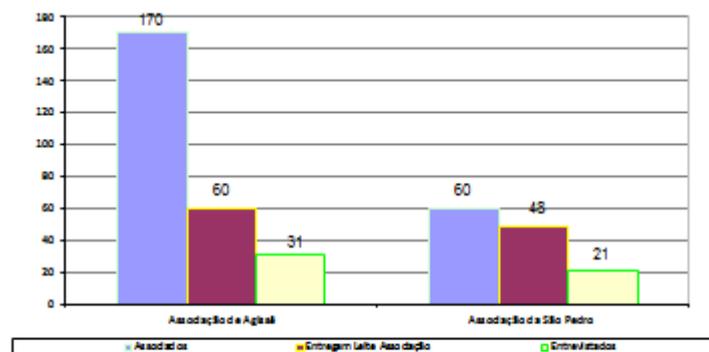
A capacidade empresarial de cada produtor depende do seu sucesso e fracasso, através do associativismo o pequeno produtor pode estabelecer estratégias econômicas, políticas, sociais contribuindo para sua sobrevivência e recriação frente ao capitalismo. Através da resistência e recriação extrapolam as formas capitalistas de produção e subordinação. A implantação de uma associação contribui para auxiliar esses produtores para que obtenham capacitações, orientações e que defendam interesses comuns? Ou somente produzem matérias primas para abastecer mercados consumidores e agroindústrias.

A organização dos agricultores familiares em torno de associações e/ou cooperativas é a principal forma de contornar a principal dificuldade dos

agricultores familiares, os baixos preços obtidos na comercialização da produção agrícola impostos pelos agentes do capital comercial, representado principalmente pela figura do atravessador. Para obtenção de informações referentes às associações, foram necessárias várias pesquisas a campo onde ocorreram entrevistas com presidentes das associações e aplicação de questionários e entrevistas com os associados. A participação dos produtores rurais em organizações sociais tem como objetivo contribuir para seu fortalecimento, para que consigam superar as dificuldades e barreiras impostas pelo capital, promovendo a defesa de interesses de classe, pois compreender o modelo de organização coletiva mais indicada para determinados grupos é de suma importância.

O gráfico 5 demonstra a forma de organização coletiva utilizada pelos produtores rurais do município de Rancharia, que é objeto de estudo desta dissertação. O número de associados da Associação de Agissê é 170, mas somente 60 entregam leite na associação e o número de entrevistados para a realização da pesquisa foi de 31 associados que entregam leite. O número de associados da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região do município de Rancharia é 60 sócios, mas somente 48 entregam leite na associação e o número de entrevistados para a realização da pesquisa foi de 21 associados que entregam leite.

Gráfico 5 – Tipo de Organização Coletiva de Produtores Rurais de Rancharia



Fonte: Pesquisa de Campo (01/07/2013 à 18/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013).

Através da coleta de dados junto a Casa da Lavoura e entrevistas com os presidentes das organizações coletivas, o modelo adotado de organização coletiva é baseado no associativismo e não no cooperativismo. É importante destacar que o modelo de categoria de associativismo adotado pelas duas associações é adequado, pois a associação pode ser constituída com no mínimo de dois associados e seu patrimônio é da associação e caso ocorra irregularidades a diretoria é responsável pelos prejuízos e não os associados. A seleção dos entrevistados das duas associações ocorreu de forma aleatória.

4.2 Associação dos Produtores Rurais de Agissê

A Associação dos Produtores Rurais de Agissê foi fundada em 17-06-1990, está localizada no distrito de Agissê a 45 Km do município de Rancharia – SP. O município ajuda a associação com 15 mil reais anuais provenientes que vem através de insumos, que a associação vem recebendo em óleo diesel. O senhor Leonildo Moreira é presidente da associação desde o início de seu funcionamento. No ano de 2012, foi afastado pela primeira vez devido a sua candidatura a prefeitura de Rancharia, ficando assim o Sr. Alfredo Braun como Presidente e Leonildo Moreira como Vice-Presidente.

O Vice Sr. Leonildo Moreira participa ativamente das mobilizações dos produtores há vários anos, e mesmo quando não ocupa o cargo de presidente, ele orienta, em grande parte, as ações da associação, como por exemplo, as reuniões no Comitê de Bacia Hidrografia, pois é quem mais conhece as particularidades, as negociações e os trâmites políticos e burocráticos nos quais a associação está envolvida.

Há uma relação de confiança baseada em laços comunitários e de reconhecimento dos produtores com o Sr. Leonildo Moreira, pois é de origem do distrito, sempre residiu na zona rural e trabalhou no município, e é filho de produtor rural.

Segundo o Sr. Leonildo e o Sr. Alfredo, sem a associação não seria mais possível continuar coma bacia leiteira na região. Acreditam que, sem a

implantação do processo de pasteurização Microbacias II, a associação deverá se desfazer em um prazo de 5 anos.

A grande dificuldade encontrada pela associação é a falta de cultura dos produtores para manter condições higiênicas na produção (exigências sanitárias). Aponta-se, ainda, a situação do produtor associado que passa a produzir mais que outros, e a partir disso, abandona a associação e filia-se a outro produtor maior. O preço do leite também varia a cada mês, o que dificulta previsão dos gastos e ganhos.

Uma importante mobilização empreendida pelos associados foi a construção da sede (ver figura 4) no sistema de mutirão. Na associação, existe um tanque resfriador (ver figuras 5, 6 e 7), para recepção do leite (outro menor encontra-se desativado).



FIGURA 4- Sede da Associação dos Produtores Rurais de Agissê – Rancharia – SP
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 5 - Barracão com os tanques de resfriamento da Sede da Associação dos Produtores Rurais de Agissê – Rancharia – SP
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

Durante a pesquisa de campo foi possível analisar o processo de recepção, coleta, análise e armazenagem do leite *in natura* nos tanques resfriadores (ver figuras 6 e 7).



FIGURA 6 – Tanque resfriador com capacidade para 6000 litros
 Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 7 – Processo de recebimento do Leite
 Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos

A associação conta com uma secretária que é responsável por todo o processo administrativo e operacional da associação (ver figura 8 e 9).



FIGURA 8 – Secretária Marcia
 Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos

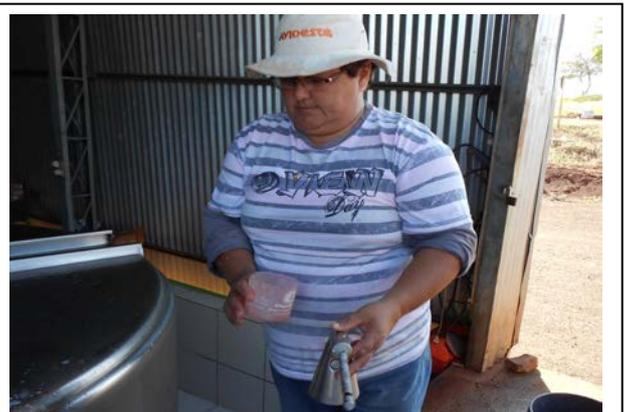


FIGURA 9 – Secretária Marcia recolhe amostra de leite para análise
 Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos

Através da pesquisa de campo foi possível acompanhar a entrega dos produtores de leite até a associação. Observa-se (ver figura 10 e 11) que os produtores entregam o produto *in natura* através de vários tipos de meio de transporte.



FIGURA 10 – Entrega de leite de alguns produtores associados
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 11 – Entrega de leite de alguns produtores associados
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

São 24 alqueires de terras devolutas (terras públicas sem titulação imobiliária), nesta área contem um depósito de insumos (sal e sementes); uma sala de informática para aulas (ver figuras 12 e 13) e cursos abertos á comunidade; escritório; copa e banheiro; barracão para guardar ferramentas, máquinas e um trator; 1 tanque de óleo diesel com bomba, uma mini arena para eventos (situada próximo ao riacho).

Durante a pesquisa de campo a pesquisadora Eliane Silva dos Santos e Dr. Munir Jorge Felício entrevistaram o atual presidente Alfredo Braun e o vice presidente Leonildo Moreira (ver figura 12 e 13).



FIGURA 12 - Presidente atual: Alfredo Braun e o presidente anterior: Leonildo Moreira sendo entrevistados pela pesquisadora mestrande Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

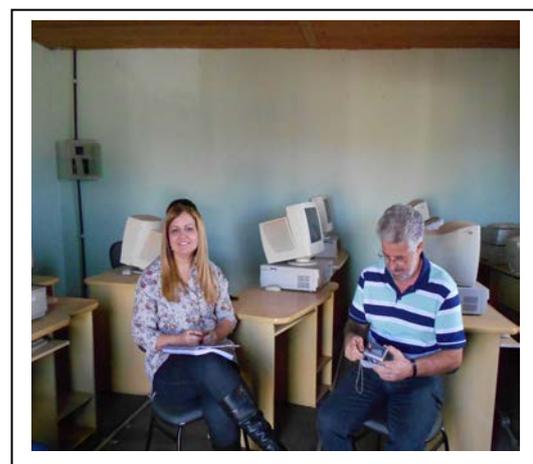


FIGURA 13 - A pesquisadora mestrande Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício em entrevista com os Presidentes da Associação de Agissê.
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

O Presidente atual Alfredo Braun e o presidente anterior Leonildo Moreira afastado por motivos políticos (candidato à vice prefeito do município de Rancharia).

O Sr. Leonildo estudou até 12 anos de idade em colégio agrícola. Depois, mudou-se para São Paulo, retornando em 1950. Neste período, passou a participar de vários conselhos. Foi quando fez um curso de gestão pública e engajou-se na política, no intuito de tentar mudar a realidade do município de Rancharia que, segundo ele, sobrevive do agronegócio familiar (pequeno produtor). O Sr. Leonildo Moreira aponta, também, que, no início dos anos 1990, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) concedia tratores e implementos agrícolas às organizações de produtores rurais do Estado; então, no município, como não havia associações, elas foram criadas para estarem habilitadas a receber tais máquinas.

No ano de 1990, foi criada a associação com o intuito de gerenciar e alavancar seus empreendimentos rurais e obter a sustentabilidade, induzida por ações governamentais diretas ou indiretas. Observa-se que outras associações foram criadas no mesmo período induzidas pelo Estado, mas não obtiveram sucesso.

A associação dos produtores rurais de Agissê tem expressiva representatividade no município e serve de referência positiva para outras associações. Daí o interesse pelo estudo da mesma.

O presidente Leonildo Moreira não mede esforços para alavancar a associação. Mobilizações foram e têm sido feitas para contornar algumas dificuldades encontradas durante todos os anos em que tem dedicado à associação. Tem firmado parcerias com o laticínio Ipanema de Rancharia para escoar sua produção leiteira, obtendo preços praticados no setor.

Foi Presidente da Federação de Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP).

Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo - FAMHESP - CNPJ 08714235/0001-57. Segue o logo da FAMHESP (ver figura 14).



Figura 14 – logo da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo – FAMHESP

Fonte: (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Engenheiro agrônomo, José Carlos Rossetti, é coordenador da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e destacou que o desenvolvimento rural do estado de São Paulo deve ocorrer de forma sustentável e o produtor rural deve estar estruturado para o adequado gerenciamento de seu negócio e a gestão integrada da propriedade. "Os produtores devem se organizar em associações ou cooperativas para fazer frente às novas demandas do mercado consumidor. Hoje, além de saber produzir bem, o produtor rural tem que entender de mercado e de comercialização de um modo geral."

O coordenador da CATI ainda apontou que o mercado para os pequenos produtores rurais e agricultores familiares tem sido ampliado com as chamadas públicas para as compras governamentais como o PNAE, PAA e, mais recentemente, com o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS. "Para acessar esses mercados os produtores paulistas precisam estar organizados, escalonar a produção e ocupar os espaços dos atravessadores" (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

A associação realiza a Fest Leite (ver figura 15), evento realizado na sede que envolve a comunidade local e a região. Para a realização do evento, necessita-se de recursos da prefeitura municipal e dos vereadores locais. Devido à necessidade de recursos oriundos de setores políticos, no ano de 2012, ano de eleição, os recursos não poderiam ser destinados para esse fim, não sendo possível realizar o evento, pois o presidente era candidato à prefeitura municipal.



FIGURA 15 – Faixa de divulgação da VI Fest Leite
Fonte: ASSOCIAÇÃO... (2011)

No evento realizado no período de 13 a 14 de agosto de 2011, dentre as atrações do evento, estavam previstas praça de alimentação, prova de laço, leilão virtual de gado, shows com cantores e grupos regionais, cavalgada, almoço, roda de viola com artistas regionais e prova de laço em dupla. Teve apresentação de cães adestrados e grupo de catira.

O Vice Presidente da Associação Leonildo Moreira afirmou com precisão que a associação tem 170 produtores associados, onde apenas 60 produzem leite, e os demais associados utilizam os maquinários e insumos. O presidente pontua que existem reuniões de diretoria e com os associados e que apenas alguns deles participam. O Presidente apontou, ainda, que o custo com tratorista é muito oneroso para a associação, devido a localização dos associados. Ele salienta que não tem apoio da prefeitura para contribuir com a diária do profissional que opera o trator.

Segundo o Sr. Leonildo “nos programas governamentais, só o produtor corre o risco. O PRONAF não funciona, porque não tem garantia de preço, e o produtor ainda tem que arcar com os juros”.

Segundo os dirigentes da associação “ O projeto de pasteurização iria minimizar o problema, pois prevê que o governo absorva essa produção, incorporando o leite pasteurizado (iogurte) a merenda escolar em escolas e creches, e nas refeições de presídios e hospitais. Seria um projeto com funcionamento

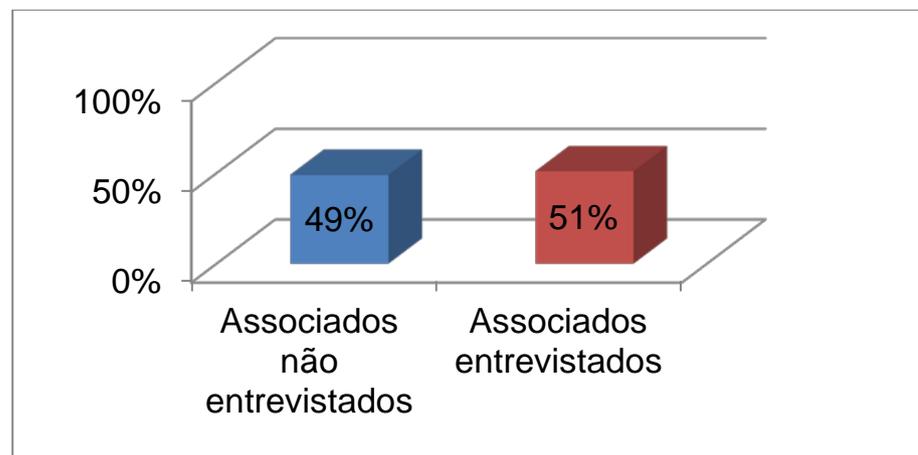
previsto para os dois próximos anos(contato com a CONAB para que o correio distribua o produto)”. Na ótica dos dirigentes ainda “o grande problema é a falta de união na região do Pontal, não conseguindo pagar os técnicos da EMBRAPA. O SEBRAE também foi acionado para capacitar, mas faltaram recursos do governo, eles foram embora e os produtores acabaram perdendo dinheiro” e mais “se depender do trabalho manual, o produtor não sobrevive, tem que ser trabalho mecanizado com tecnologia “.

O Microbacias I foi o único programa que ajudou o pequeno produtor.

4.3 Dados Coletados Através de Entrevistas com os Produtores Rurais de Agissê

Resultados obtidos da pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2013 nas associações de produtores rurais do município de Rancharia. O gráfico 6 demonstra a amostragem dos entrevistados da associação dos Produtores de Agissê.

Gráfico 6 – Número de associados entrevistados que são produtores de leite e que foram entrevistados na Associação de Agissê no período 2013



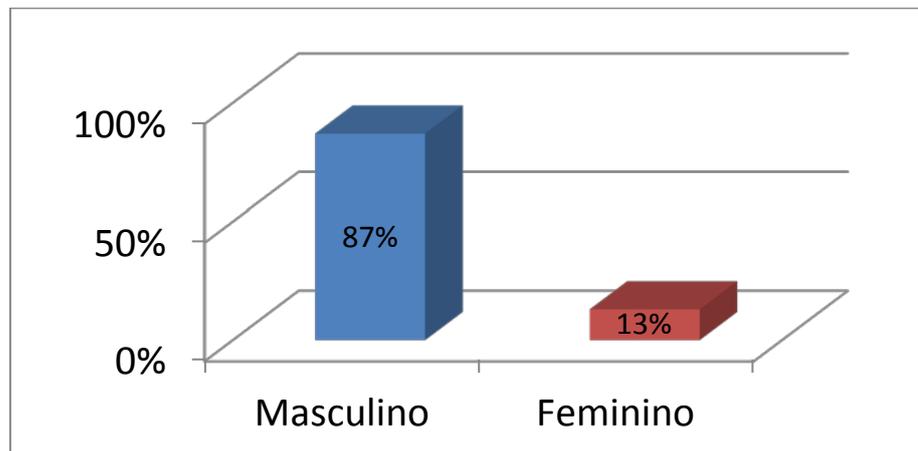
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

O gráfico 6 referência o número de entrevistados. Observa-se que dos 60 associados que entregam leite na associação dos produtores rurais de Agissê,

31 foram entrevistados, ou seja, 51% dos associados que entregam leite foram entrevistados pela pesquisadora.

Gráfico 7 – Número de associados entrevistados por sexo que foram entrevistados na Associação de Agissê no período 2013.

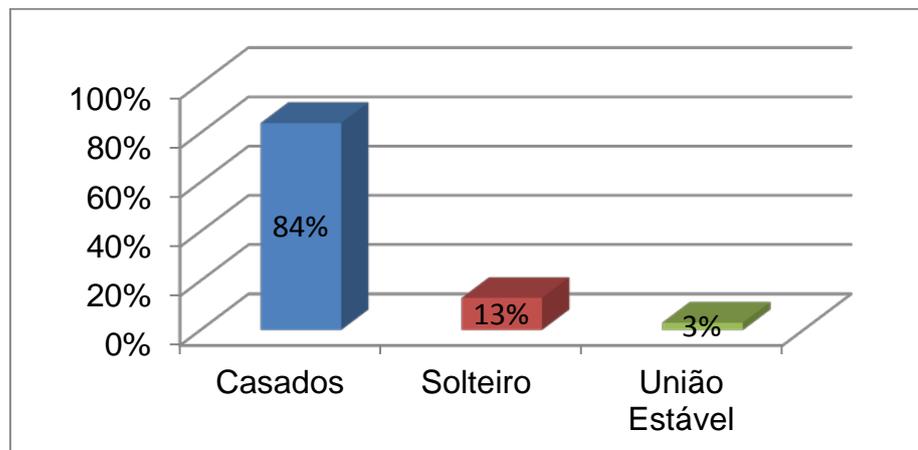


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

O gráfico 7 mostra que, com relação aos associados os dados da pesquisa referente a classificação dos entrevistados por sexo, demonstram que 13% das entrevistadas eram mulheres e 87% eram homens.

Gráfico 8 – Estado civil dos entrevistados e associados que são produtores de leite da Associação de Agissê período 2013

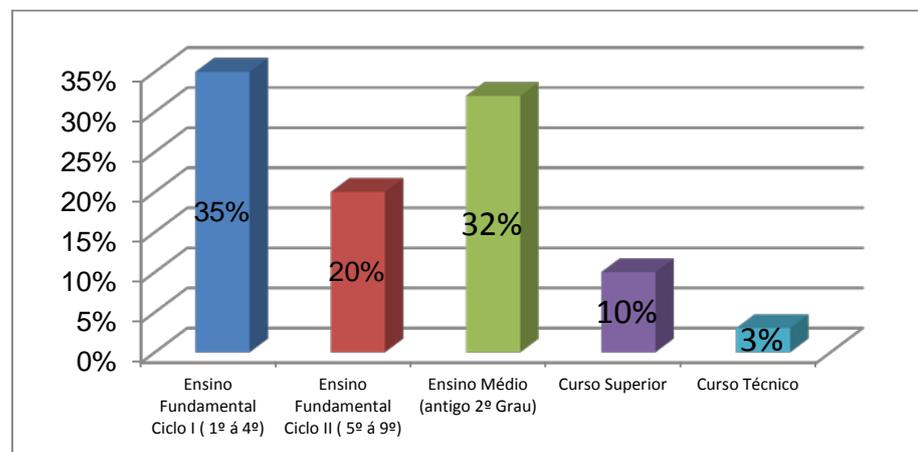


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

O gráfico 8, mostra que 84% dos entrevistados são casados, 13% são solteiros e 3% tem união estável. É importante destacar que os entrevistados vivem com sua família, com grau de parentesco, vivem na mesma casa e, normalmente, formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio ou união de fato. A produção está baseada no trabalho familiar. A família é um elemento importante em sua vida, isso pode ser evidenciado na alta porcentagem de produtores casados, 84%. Observa-se, também, que a chefia da família, na maior parte dos casos, é do homem. Cabe as mulheres a tarefa de cuidar dos filhos, das atividades domésticas, pomares, hortas e dos animais de estimação.

Gráfico 9– Grau de escolaridade dos associados entrevistados Associação Agissê

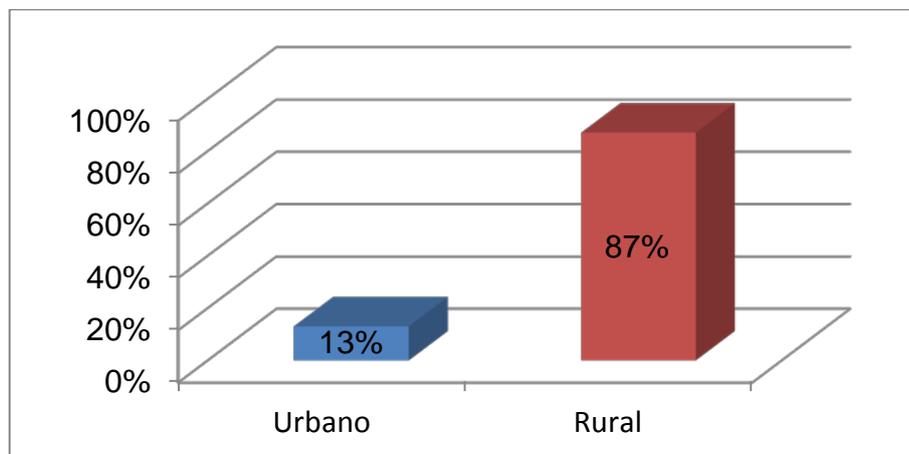


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

O gráfico 9 descreve o grau de escolaridade, observa-se que em primeiro lugar em números de entrevistados, destacam-se os produtores que cursaram o Ensino Fundamental – ciclo I (1º ao 4º ano) correspondendo a 35%; em segundo lugar, foram os que cursaram o Ensino Médio (antigo 2º grau) com 32%; em terceiro lugar os associados que cursaram o Ensino Fundamental – ciclo II (5º ao 9º ano) com 20%, curso superior com 10% e técnico com 3%.

Gráfico 10 – Número de associados que residem no meio rural e no meio urbano

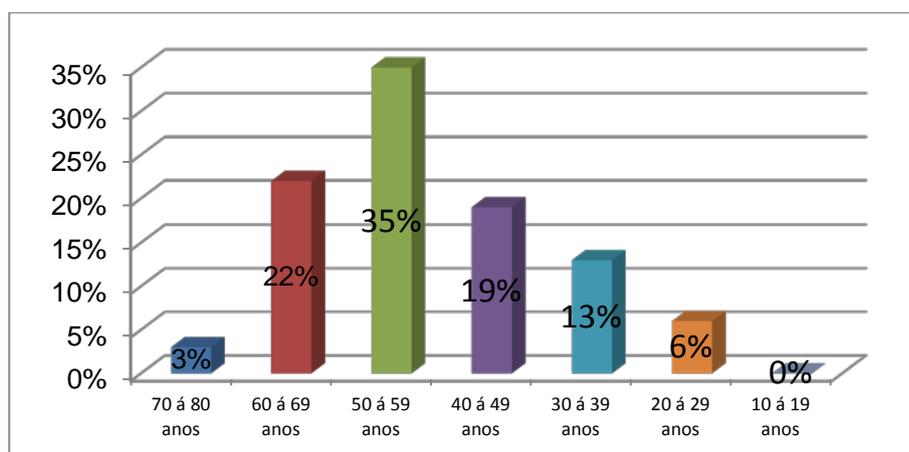


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Através da pesquisa, foi possível verificar no gráfico 10, que 87% dos entrevistados residem no meio rural e somente 13% no meio urbano. É importante evidenciar que seus estabelecimentos rurais ficam próximos a Agissê.

Gráfico 11 – Classificação por idade dos entrevistados da Associação de Agissê no ano 2013.

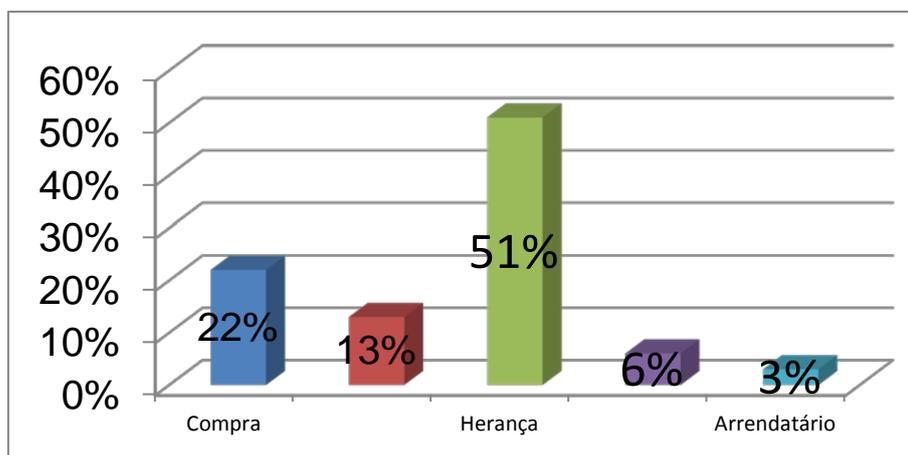


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

A pesquisa revelou que 77% dos entrevistados estão acima de 40 anos e abaixo de 69 anos, como demonstram o gráfico 11.

Gráfico 12 – Forma de obtenção da terra dos entrevistados da Associação de Agissê

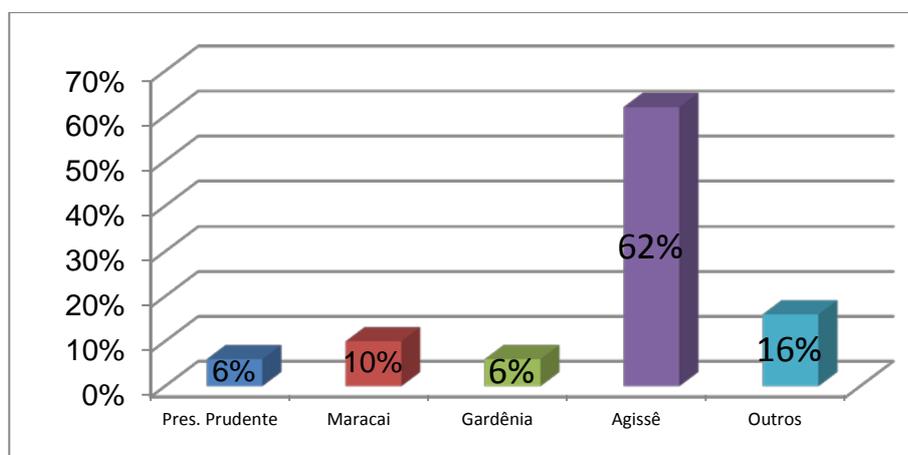


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

A pesquisa contribui para o levantamento das formas de aquisição das propriedades, no gráfico 12 demonstra que 51% dos entrevistados obtiveram a terra através de herança; compra com 22%; compra e herança 13%; arrendatário 3% e Financiamento do banco da Terra 6%.

Gráfico 13 – Origem dos entrevistados da Associação de Agissê



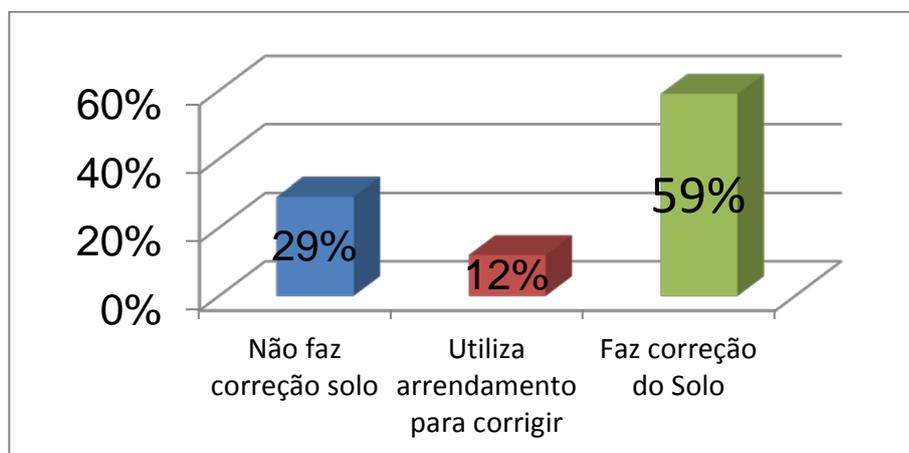
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Após as entrevistas realizadas, fica evidente através do gráfico 13, que os produtores entrevistados da associação de Agissê têm suas origens no distrito de Agissê com 62%, contribuindo para a permanência no próprio município devido a laços familiares e obtenção da terra que, em sua maioria, se deu através de herança.

Durante a pesquisa, foi perguntado aos entrevistados da associação como eles definem o preço do leite. Os resultados obtidos junto aos produtores rurais entrevistados constatou que dos 31 entrevistados 100% não utilizam indicadores para formar o preço de custo e de venda do leite. Os produtores foram unânimes em afirmar que o laticínio é que define o preço do leite, informando, ainda, que entregam a produção o mês inteiro sem saber o valor que será pago no mês seguinte. Observa-se que a pecuária de leite está subordinada a setores industriais (agroindústrias); pois embora a forma associativa ela apresenta como reação a perda potencial de autonomia na associação de Agissê, que encontra-se subordinada a agroindústria de leite.

Gráfico 14 – Entrevistados que fazem correção do solo

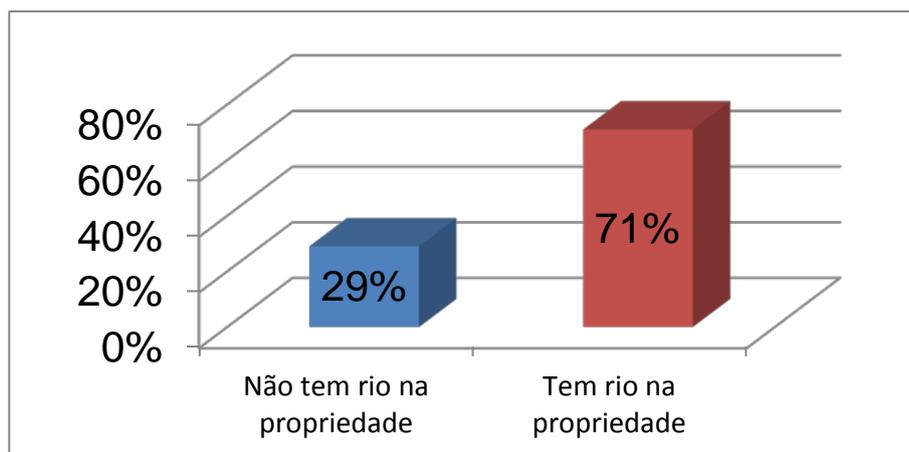


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Após as entrevistas, pode-se constatar como demonstra o gráfico 14 que 59% dos produtores fazem a correção do solo, 29% não a fazem e 12% utilizam da estratégia de arrendamento para que o arrendatário faça a correção do solo.

Gráfico 15 – Entrevistados que tem rio que corta a propriedade

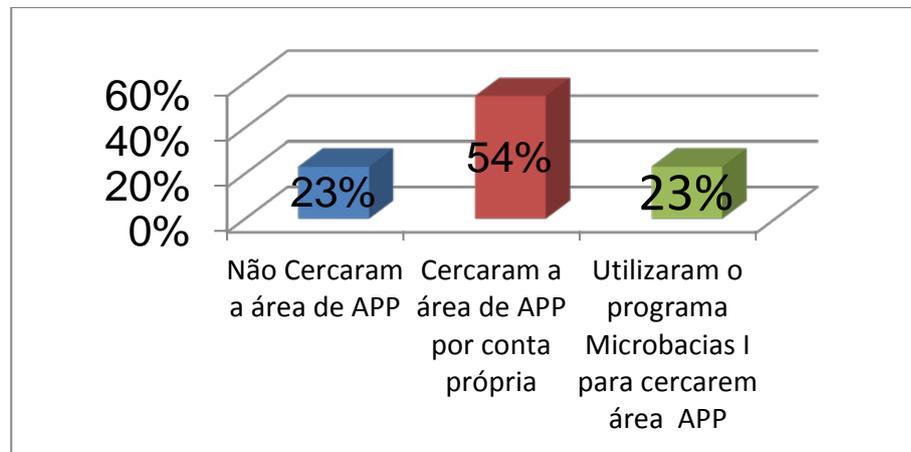


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Dos entrevistados, 71% dizem ter um rio que passa em sua propriedade e 29% não tem rio em sua propriedade como é evidenciado no gráfico 15.

Gráfico 16 – Entrevistados que foram contemplados com o Programa Microbacias I



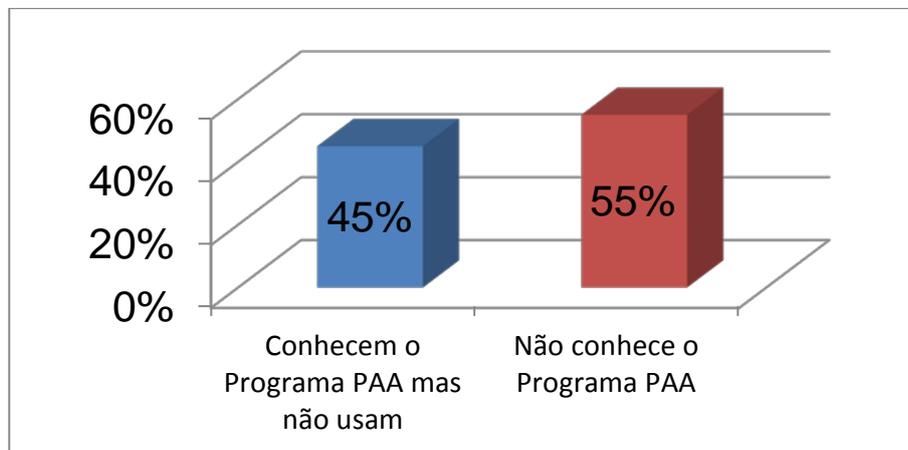
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Segundo o gráfico 16, dos entrevistados, 23% utilizaram o Programa de Microbacias I e cercaram a área de APP, 54% não foram contemplados com o programa de microbacias I e fizeram a área de APP (Área de Preservação Permanente) por conta própria e 23% não cercaram a área de APP.

Com o Programa de Microbacias I os produtores relataram que alteraram suas práticas de manejo do solo, da água e a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente.

Gráfico 17 – Entrevistados que conhecem o Programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)



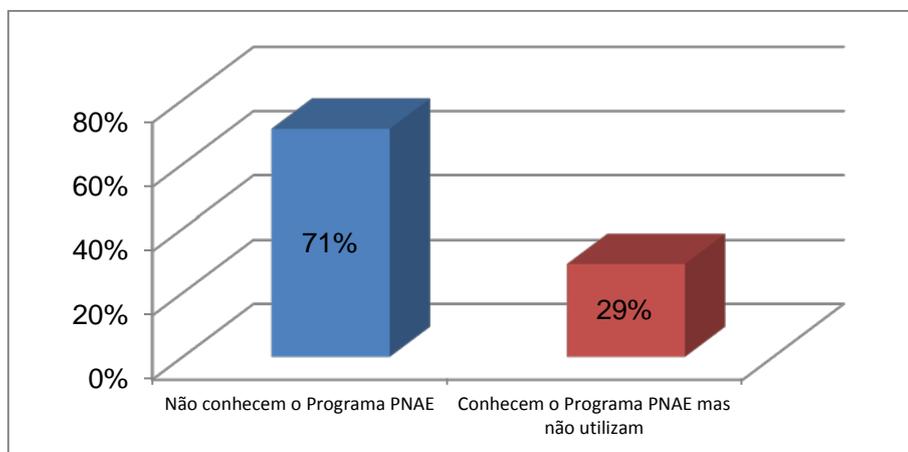
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

É válido salientar que existem várias políticas públicas direcionadas ao pequeno agricultor familiar com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. O PAA foi criado em 2003 e é uma ação desenvolvida pelo Governo Federal com o intuito de colaborar com a segurança alimentar de pessoas que apresentem risco da fome e da pobreza e, ao mesmo tempo, fortalecem a agricultura familiar.

Logo, em análise aos dados expostos, as entrevistas evidenciaram conforme exposto no gráfico 17, que 55% dos produtores entrevistados não conhecem o Programa PAA, e os 45% dos entrevistados sabem da existência do programa, mas não o utilizam, pois o perfil do pequeno agricultor familiar da associação de Agissê é a criação de gado leiteiro, percebendo-se que o plantio é para a subsistência e a criação de gado.

Gráfico 18 – Entrevistados que conhecem o Programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

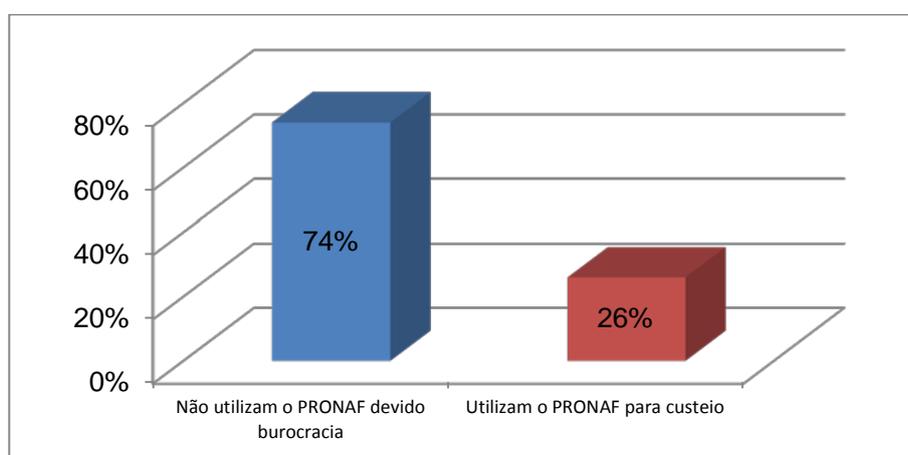


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Dentre as várias políticas públicas direcionadas ao pequeno agricultor familiar, o Programa PNAE também visa ao fortalecimento da agricultura familiar. Destaca-se no gráfico 18, que 71% dos entrevistados não conhecem o Programa PNAE, e 29% conhecem o programa, mas não o usam devido à falta de orientação e informação pelos órgãos municipais e estaduais.

Gráfico 19 – Entrevistados que conhecem o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

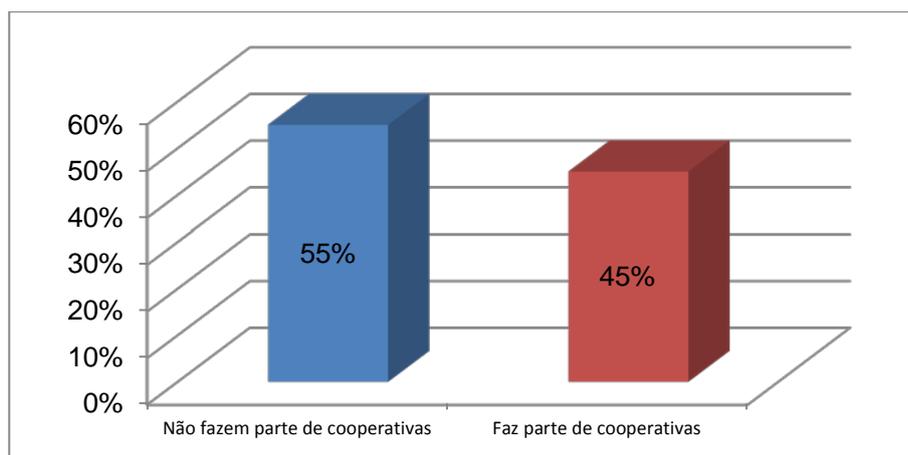


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Dos produtores entrevistados, é possível verificar no gráfico 19 que 100% conhecem os Programas do Pronaf, mas 74% não os utilizam alegando ser burocrático, utilizando-se de financiamentos próprios e de bancos particulares, e 26% dos entrevistados utilizam os recursos do Pronaf na categoria custeio.

Gráfico 20 – Entrevistados que fazem parte de uma cooperativa



Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Observa-se no gráfico 20, que dos produtores entrevistados da associação de Agissê, 55% não fazem parte de nenhuma cooperativa; embora, alguns tenham afirmado que compram em cooperativas em nome de outros cooperados. Demonstraram grande preocupação em associar-se a uma cooperativa devido a responsabilidade de responder pelos prejuízos que possam ocorrer oriundos de uma possível má gestão.

Por essa razão, entendemos que os legisladores, tanto o do Código Civil, como o da Lei de Sociedades Cooperativas, ao determinarem que os associados das cooperativas respondem pelos prejuízos verificados nas suas operações sociais, anularam os efeitos da responsabilidade limitada, como um escudeiro do patrimônio pessoal dos associados. (OLIVEIRA, 2011, p. 85)

Observa-se também que 45% dos associados fazem parte de cooperativas. Isto se dá devido a grandes produtores de soja, milho e mandioca que produzem em grande escala para venda, e, portanto, utilizam muitos insumos, comprando-os em cooperativas específicas para armazenagem de grãos e negociação da produção.

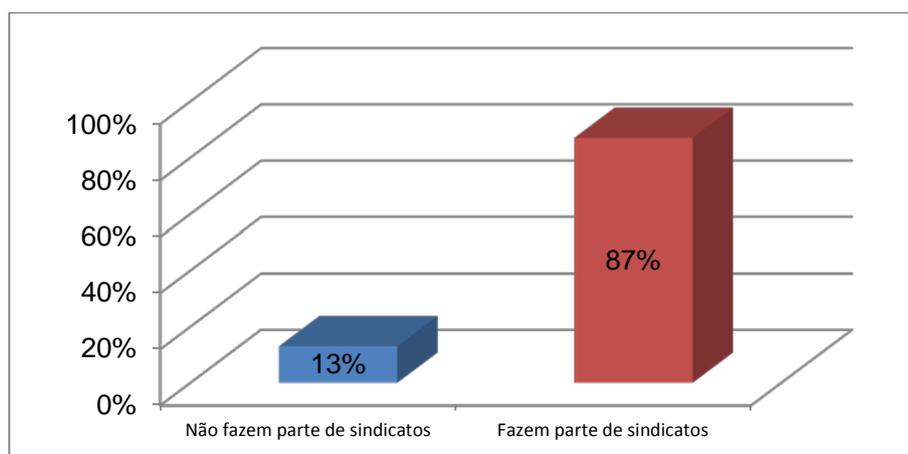
É importante destacar que 100% dos entrevistados sabem da importância da associação para o fortalecimento das negociações junto à indústria de insumos e no escoamento da produção de leite junto à agroindústria do laticínio.

Pela própria dificuldade de enfrentar o crescente nível de competitividade entre empresas, as pessoas procuram agrupar-se, já que assim suas atividades podem ser mais bem desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados. Buscam compartilhar as ações e as tomadas de decisões por meio do trabalho coletivo, tentam envolver diferentes segmentos da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 8)

Ainda pode-se observar que é necessário que a associação estimule as práticas associativas para que não ocorra o seu esquecimento destas práticas, pois caso ocorra, consolida a ruptura dos associados com a associação, levando ao enfraquecimento e a perda de força, que é sua vantagem competitiva.

Importante destacar que um dos pontos fortes da associação de produtores de Agissê em relação aos seus associados é a localização. Basta verificar que dos entrevistados 71% tem suas propriedades entre 500 metros á 5 km da associação, 13% estão localizados entre 6 á 10 Km e 16% estão localizados entre 20 a 42 Km. A associação tem como base os produtos agropecuários, como vacina, ração, medicamentos que suprem as necessidades dos associados, pois a cidade de Rancharia fica a 45 Km de Agissê, onde inclusive está localizado o laticínio que compra a produção de leite da associação.

Gráfico 21 – Entrevistados fazem parte de sindicatos da categoria

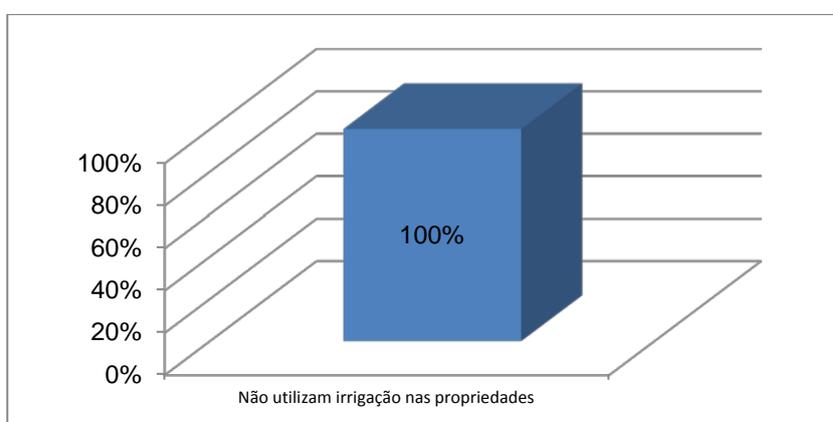


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Através da pesquisa realizada, constatou que 87% dos produtores entrevistados fazem parte de um sindicato rural conforme demonstra o gráfico 21. Os entrevistados informam que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) vêm desempenhando um importante papel como órgão assistencial e mediador do sistema de aposentadoria no campo, no desenvolvimento da agricultura familiar, organização das documentações, recolhimentos de impostos, contribuindo para o desenvolvimento do segmento.

Gráfico 22 – Produtores que não utilizam irrigação em suas propriedades

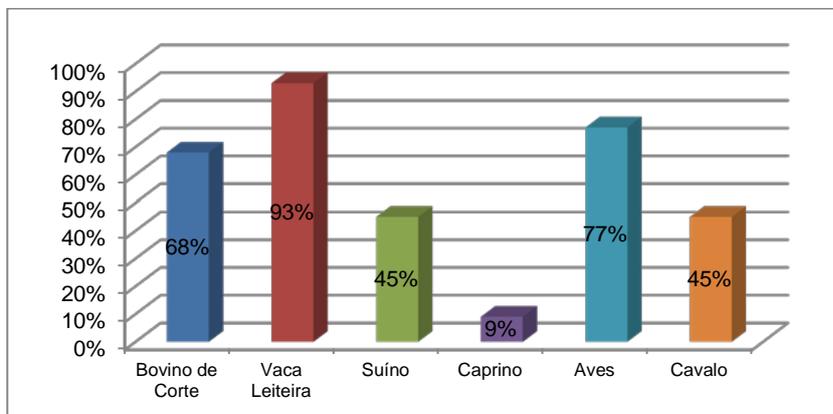


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Através do gráfico 22 é possível verificar que dos entrevistados, 100% não utilizam irrigação em suas propriedades, dizem que a umidade do solo é boa e não necessita de irrigação.

Gráfico 23 – Indica os tipos de animais e a porcentagem de produtores rurais que possuem algumas das categorias de animais em suas propriedades.

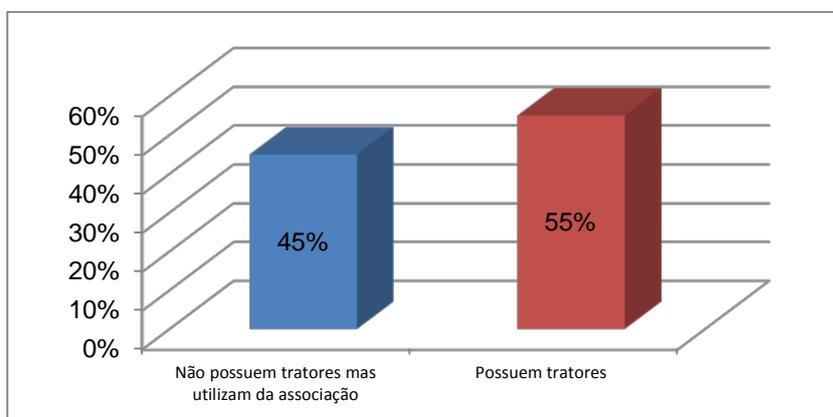


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Através do gráfico 23, é possível destacar que a pecuária de leite é desenvolvida por 93% dos entrevistados; a pecuária de corte é exercida por 68% dos entrevistados; 45% dos entrevistados tem suíno para consumo em suas propriedades; o rebanho caprino representa 9% dos entrevistados; já 77% dos entrevistados tem aves em suas propriedade para consumo e 45% tem cavalos em suas propriedades.

Gráfico 24 – Indica a porcentagem de produtores que têm tratores em suas propriedades

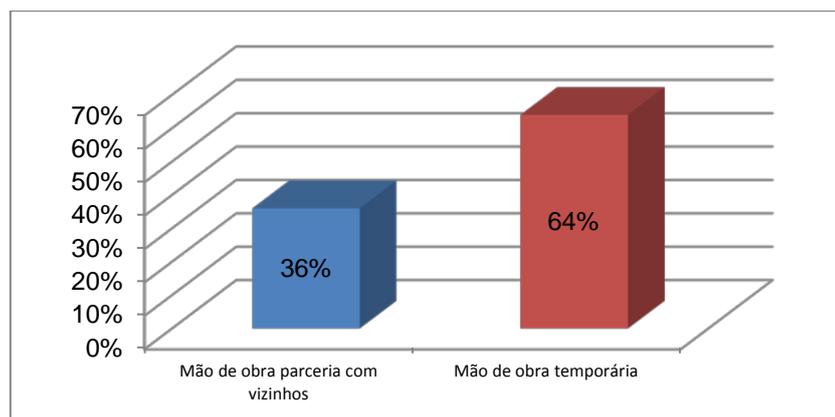


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Dos produtores entrevistados, 55% têm trator em sua propriedade, somente 45% não têm, mas utilizam os implementos da associação para suprir suas necessidades, conforme demonstra o gráfico 24.

Gráfico 25 – Indica a porcentagem de produtores que utilizam mão de obra familiar, temporária e parcerias.

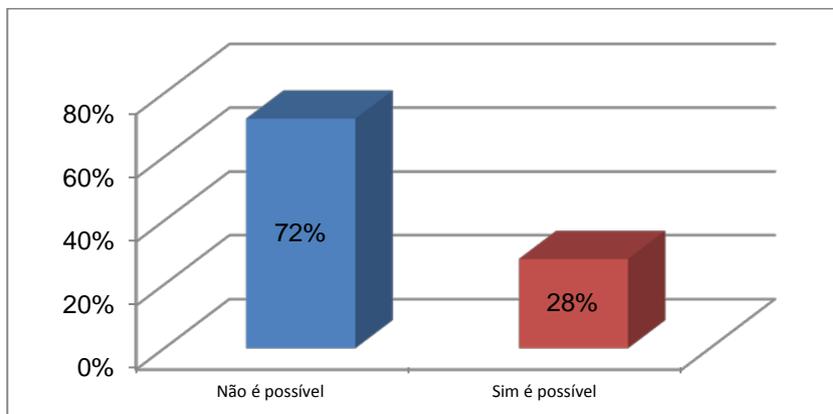


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

A utilização de mão de obra é familiar nas propriedades em que ocorreram as entrevistas, mas através do gráfico 25, fica mais esclarecido como ocorre o processo de trabalho utilizando parceria e ou mão de obra temporária. No decorrer da colheita ou para conserto de cerca 64% dos produtores rurais utilizam mão de obra temporária e 36% utilizam parceria com vizinhos. A parceria dos vizinhos é considerada pratica de ajuda mútua, troca de serviços com o vizinho. A utilização de trabalhos permanentes é inexpressiva.

Gráfico 26 – A preocupação ambiental fez-se necessário perguntar aos pequenos produtores se era possível plantar sem utilizar agrotóxico.

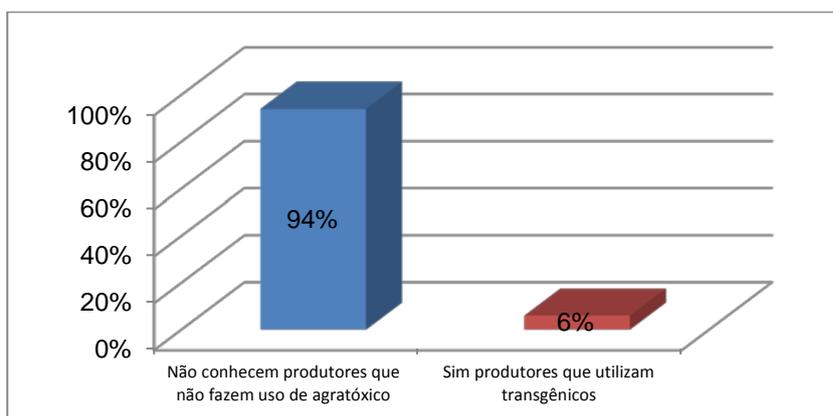


Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Dos entrevistados, 72% dizem que não é possível plantar sem a utilização de agrotóxicos e 28% responderam que sim, mas precisa de acompanhamento técnico, que muitas vezes não está disponível (ver gráfico 26).

Gráfico 27 – Pequeno Produtor conhece alguém na região que planta sem utilização de agrotóxico.



Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Do total dos pesquisados (ver gráfico 27), cerca de 94% acham impossível plantar sem a utilização de inseticidas, herbicidas e adubos. Somente 6%

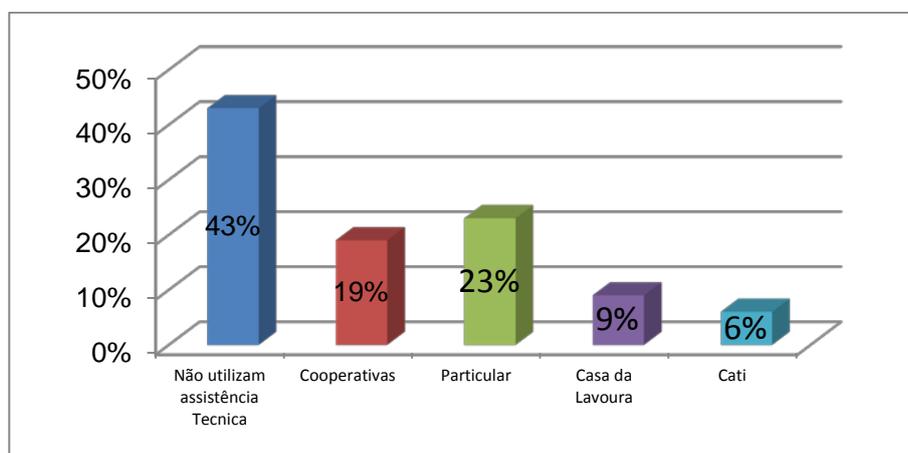
consideram possível a plantação a partir de sementes transgênicas (sementes geneticamente modificadas).

Segundo Felício (2009)

O atual modelo de produção é a continuação do processo da Revolução Verde que – entre outras coisas – buscou a inserção do agro aos mercados financeiros estabelecendo uma aliança política entre os capitalistas agrários e industriais. Esse modelo é altamente subordinado ao capital para a compra de sementes, agrotóxicos, pesticidas, insumos e uso de máquinas e equipamentos dependentes de petróleo (FELÍCIO, 2009, p. 9).

Diante das respostas obtidas dos pequenos agricultores, eles indicam os transgênicos como forma de plantio sem a utilização de agrotóxico. Mas, observa-se que os alimentos transgênicos são geneticamente modificados, com o objetivo de melhorar a qualidade e aumentar a produção e a resistência às pragas, visando o lucro. As plantas recebem genes, que produzem as toxinas contra as pragas da lavoura, não necessitando de certos agrotóxicos. Muitos produtos transgênicos ainda não são autorizados para ser comercializados, devido a poucos estudos sobre o impacto ambiental e sobre a segurança alimentar a longo prazo.

Gráfico 28 – Quais os meios adotados pelos produtores na obtenção de assistência técnica



Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação de Agissê (2013)

Diante das entrevistas, observa-se que a qualidade e participação dos órgãos de assistência no âmbito das instituições de apoio como Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, vão além das competências técnicas. Muitas vezes, envolvem questões políticas internas e externas que ocasionam formas

burocráticas e centralizadoras, que podem ocorrer no âmbito estadual e municipal, levando o pequeno produtor a não utilizar a assistência técnica, como relatam 43% dos entrevistados (ver gráfico 28), e 23% utilizam assistência particular, 19% de cooperativas filiadas, casa da lavoura 9% e 6% da Cati.

4.4 Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região

A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região foi fundada em 2004, está localizada no município de Rancharia a 9 km na área rural. O número de associados são 60, mas apenas 48 entregam leite na associação. O Assentamento São Pedro conta com 74 lotes.

Durante a pesquisa de campo ocorreram entrevistas com a diretoria da associação. O presidente da associação no período de 2012 era o Sr. Vicente José da Silva (ver figura 16 e 17).



FIGURA 16 – Entrevista realizada com o presidente Vicente José da Silva da Associação dos agricultores familiares do assentamento São Pedro e região. Entrevistados pela pesquisadora mestrando Eliane Silva dos Santos e o pesquisador Dr. Munir Jorge Felício.
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 17 – Entrevista com a presença da professora Rosangela (KIKA) e integrantes da presidência lavrando ata.
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

Contamos com a presença da professora Rosangela (KIKA), professora do ETEC – Deputado Francisco Franco – A professora Kika relata que a intenção da ETEC no início do assentamento foi a de oferecer um curso de qualificação para atender aos assentados. Após muitas tentativas, foi feito um diagnóstico e elaborado um curso em 3 módulos (1 ano e meio): Produção vegetal,

produção animal e agroindústria. Dentro deste curso, nasceu a associação, antes disso, havia o medo de serem roubados e enganados. Segundo o Sr Vicente, o assentamento começou com a luta pela reforma agrária. Existia a fazenda que não produzia e não pagava impostos. A fazenda foi ocupada pacificamente e, após 3 anos, foi feita a reforma agrária. Os assentados não são filiados a movimentos sociais de luta pela terra.

Durante a pesquisa de campo foi possível conhecer a antiga sede da fazenda (Figura 18) que se encontra abandonada pelos assentados, necessitando de reformas. Conforme a figura 19 próximo a sede da fazenda existe uma escola que não é utilizada pelos alunos do assentamento e serve para reuniões da diretoria da associação, os alunos do assentamento vêm para a cidade estudar.



FIGURA18 – Sede da fazenda São Pedro
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 19 – Junto a Sede da fazenda São Pedro está a escola comunitária
Fonte: Pesquisa de Campo (10/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

Segundo o Presidente Sr.Vicente José da Silva “às vezes o governo coloca as pessoas em cima da terra, entrega 12 mil reais para pagar em 3 anos, prorrogáveis por mais 5 anos. A pessoa sem instrução acaba comprando coisas erradas (criação, insumos, etc.), e acaba perdendo tudo. A maioria dos assentados hoje trabalha com o leite.Se não tiver uma associação, os produtores não conseguem o direito de fundo perdido do governo, e não conseguem brigar pelo preço do produto”.

O assentamento iniciou em 14-01-1997 e foi reconhecido em novembro de 2002. Depois os lotes passaram a ser vendidos e poucos estão na terra desde o início. O assentamento São Pedro foi a segunda turma do curso de capacitação. A associação foi fundada em 2004, e o curso foi oferecido em 2003. Todos os assentados são do município de Rancharia, o que facilitou bastante pois tem vínculo (Crédito) com a cidade.

São 60 associados, mas apenas 48 entregam leite á associação. São 3 mil litros/dia na seca, o que dobra no período das águas para 6 mil litros/dia. O pasto é antigo, sem reforma e sem correção de solo. Toda a produção leiteira dos associados vai para o laticínio de Penápolis (Campesina). O valor é de R\$ 0,91 a R\$ 1,10 (dependendo do mês) o litro. A associação possui 1 tanque resfriador do governo, 2 que o laticínio implantou e 1 de recurso próprio. Todos instalados em lugares estratégicos da produção. Os produtores, por meio do PAA, tem parceria com o governo, que compra o leite, passa para a escola agrícola, que pasteuriza e empacota. O governo paga R\$ 1,10 o litro, mas o valor varia mês a mês.

No assentamento, há produtores que desenvolvem produção de hortaliças, carneiros, porcos, abelhas e frutas, mas sempre paralelamente ao leite. Também atuam na feira dos pequenos produtores de Rancharia.

De acordo com o Sr. Vicente, o individualismo é o grande problema. Investem sozinhos e perdem tudo. Depois percebem que é necessário se unir. Quando fazem a associação começa a desconfiança. No início, todas as famílias foram entrevistadas antes de receber a terra, para saber se já haviam trabalhado ou morado na terra (experiência).

O assentamento é do governo (reforma agrária) e recebe visita de técnicos do Itesp. Porém, alguns assentados relataram que existem lotes que tem maior assistência técnica que outros, decorrente de técnicos que acabam simpatizando com alguns produtores assentados, ocorrendo a falta de assistência técnica devida. Há três anos que os assentados não recebem visita técnica.

Precisa haver mais fiscalização sobre o que o governo investe na agricultura familiar e maior orientação na produção. O Sr. Vicente recebeu 60 pés de manga e insumos para sua propriedade. Fez o plantio e dos 60 pés, só 5 tem bom comércio (manga haden), pois não sabia que deveria podar o primeiro broto (se não podar, todas crescem coquinho).

Há também o problema do êxodo dos jovens. Os filhos saem para estudar, vendem sua mão de obra para as usinas e não voltam. No assentamento todo só há casais de meia idade ou mais.

O Sr. Vicente mencionou também a necessidade do melhoramento genético para a vaca de leite, para que possa suportar melhor a época de seca e manter a produção elevada (junto com o enriquecimento do solo).

Durante a realização da pesquisa, ocorreu uma ocupação no assentamento por famílias acampadas na região (Ver figuras 20,21,22 e 23).



FIGURA 20 – Eliane Silva dos Santos a pesquisadora e aluna do mestrado Unoeste no dia 16-11-2012. Ocupação lote do assentamento São Pedro que aconteceu no dia 14-11-2012
Fonte: Pesquisa de Campo (14/11/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 21 – Forma de ocupação no dia 16-11-2012. Ocupação lote do assentamento São Pedro que aconteceu no dia 14-11-2012
Fonte: Pesquisa de Campo (14/11/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

A ocupação foi decorrente da venda de um lote de 7,5 alqueires do assentamento, que foi adquirido por um grande latifundiário da cidade de Rancharia, causando revolta de alguns assentados e famílias acampadas na região.



FIGURA 22- Invasão do lote por famílias acampadas da região
 Fonte: Pesquisa de Campo (14/11/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 23 – Pesquisadora entrevista as lideranças
 Fonte: Pesquisa de Campo (14/11/2012)
 Autora: Santos, Eliane Silva dos

Durante a ocupação do lote pelas famílias acampadas da região (ver figura 22 e 23), teve repercussão na mídia. A figura 24 refere-se a reportagem sobre a ocupação.

Sem-terra promovem invasão para protestar contra venda de lotes

Cerca de 50 sem-terra invadiram o Assentamento São Pedro, em Rancharia, para protestar contra a venda indevida de lotes que deveriam ser entregues a eles. A ocupação, que de acordo com a Polícia Militar é pacífica, teve início na última quarta-feira (14) e ainda não teve fim.

Segundo informações do soldado José Nivaldo de Menezes, o grupo alega que muitos lotes do assentamento estariam sendo vendidos para terceiros e que um mesmo local já havia passado por diversos proprietários que não são sem-terra.

“Não houve nenhum tipo de violência até agora. Eles só estão fazendo um ato de reivindicação para cobrar uma resposta do Inkra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] sobre a situação”, explica o policial.

Até o momento, os ocupantes não receberam nenhum contato do Inkra, segundo a polícia.

Erika Foglia

Postado por Rômiranda às 14:29

Recomende isto no Google

Nenhum comentário:

FIGURA 24 –Reportagem sobre a ocupação dos acampados
 Fonte: SEM-TERRA... (2012).

Também ocorreram outras reportagens sobre o assunto, como Tomazela (2012):

A superintendência de São Paulo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deve entrar amanhã com pedido de reintegração de posse contra integrantes do MST da Base, dissidência do Movimento dos Sem-Terra (MST), que invadiram na sexta-feira o assentamento São Pedro, em Rancharia, no oeste paulista. O grupo, com cerca de 150 integrantes, montou acampamento num lote de 22 hectares do assentamento e pretende estender a ocupação a outros 34 lotes. De acordo com o líder Paulo de Souza, o objetivo é denunciar o comércio de lotes da reforma agrária, muitas vezes com o aval de funcionários do órgão federal.

Segundo ele, quase a metade dos 74 lotes do assentamento administrado pelo Incra estaria em situação irregular. As unidades teriam sido transferidas sem obedecer à ordem de famílias cadastradas pelo próprio Incra. "A área é objeto de especulação imobiliária e tem lote que foi vendido por R\$ 200 mil", disse. No sábado, a chegada da Polícia Militar impediu um conflito entre os invasores e assentados. De acordo com Jair Negrão, integrante do MST da Base, os ocupantes de um carro que passava pela estrada do assentamento fizeram disparos com armas de fogo contra os barracos. Ninguém foi atingido, mas os sem-terra prepararam-se para uma reação. "Os compradores de lotes formaram uma milícia para nos amedrontar", denunciou Negrão.

A PM (Polícia Militar) informou que os barracos e veículos que estavam nas imediações foram revistados, mas não havia armas de fogo. A superintendência do Incra em São Paulo informou que tem feito vistorias para notificar ocupações irregulares no assentamento São Pedro e região. O órgão informa, no entanto, que o número de lotes em situação irregular nesse assentamento é de apenas seis, sendo que o motivo da irregularidade em dois lotes é a morte de seus titulares. A partir da notificação desses casos, o Incra irá definir como se dará a destinação das áreas segundo os critérios técnicos.

Durante a pesquisa no assentamento, as pesquisadoras Virgínia Rossi – Uruguai – vinculada a universidade Unesp – Presidente Prudente – SP e Maria José da Costa, pesquisadora da Unesp de Pres. Prudente, desenvolveram seu trabalho utilizando a metodologia EGEA (Enfoque Global de Exploração Agropecuária) origem francesa (ver figuras 25 e 26).



FIGURA 25 - Pesquisa Virgínia Rossi - Uruguai
Metodologia Enfoque Global de exploração agropecuária – EGEA -Origem França
Fonte: Pesquisa de Campo (12/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



FIGURA 26 - Pesquisa Virgínia Rossi do Uruguai e pesquisadora Maria do Estado do Piauí - Uruguai aplicando a metodologia Enfoque Global de exploração agropecuária – EGEA -Origem França
Fonte: Pesquisa de Campo (12/10/2012)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

Dentre os aspectos que observamos na pesquisa de campo sobre a organização e mobilização das associações de produtores rurais, é perceptível a dependência de todas elas diante da figura de um “mediador”, representada pela figura dos presidentes Sr. Leonildo Moreira e o Sr. Vicente.

O associativismo é a estratégia que proporciona maior autonomia e poder de barganha para os agricultores familiares, proporcionando condições mais favoráveis para a negociação junto aos atravessadores e, também, junto ao comércio voltado ao consumo produtivo rural, do qual os agricultores tanto dependem para desenvolverem suas atividades. Além de ter maior representatividade política junto ao poder local e demais órgãos públicos e privados etc.

Superar tais desafios não se apresenta como tarefa fácil e de curto prazo, mas indica a necessidade de mudanças, seja através das instituições públicas por meio das políticas de desenvolvimento rural ou dos agricultores familiares que são os protagonistas do processo de desenvolvimento rural, mas dele também participa a sociedade em geral.



FIGURA – 27 – Programa PRONAT financiou o Barracão
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013)
Autora: Santos, Eliane Silva dos



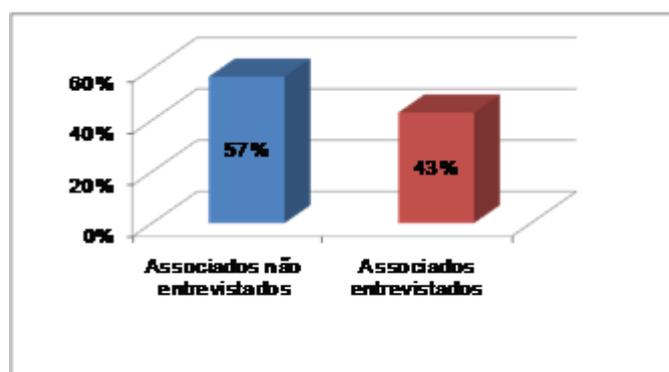
FIGURA – 28 – Barracão destinado a sede da associação de São Pedro - pronto Programa PRONAT financiou o Barracão
Fonte: Pesquisa de Campo (15/07/2013)
Autora: Santos, Eliane Silva dos

A sede da associação foi financiada pelo programa do Governo Federal, o Programa Pronat (ver figura 27 e 28), que visa criar oportunidades para

que as populações rurais alcancem plena cidadania. Isso é realizado por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda.

4.5 Dados Coletados Através de Entrevistas com os Produtores Rurais São Pedro

Gráfico 29 – Número de associados entrevistados

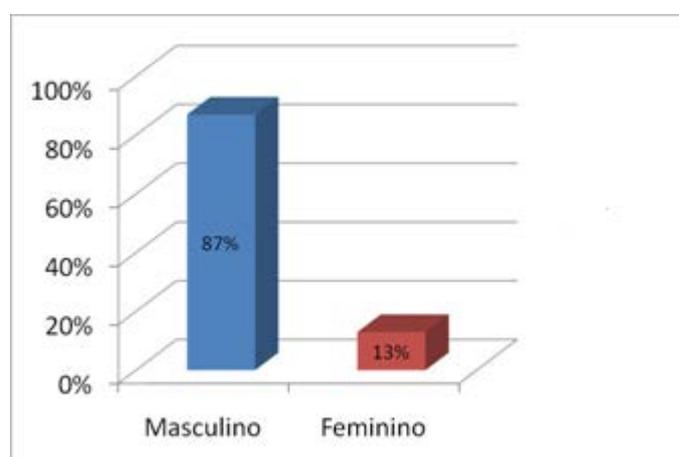


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Durante a pesquisa realizada na associação, foi possível entrevistar, conforme o gráfico 29, dos 60 associados que entregam leite na associação dos produtores rurais da São Pedro, 21 foram entrevistados, ou seja, 43% dos associados que entregam leite foram entrevistados pela pesquisadora.

Gráfico 30 – Número de associados entrevistados e classificado por sexo

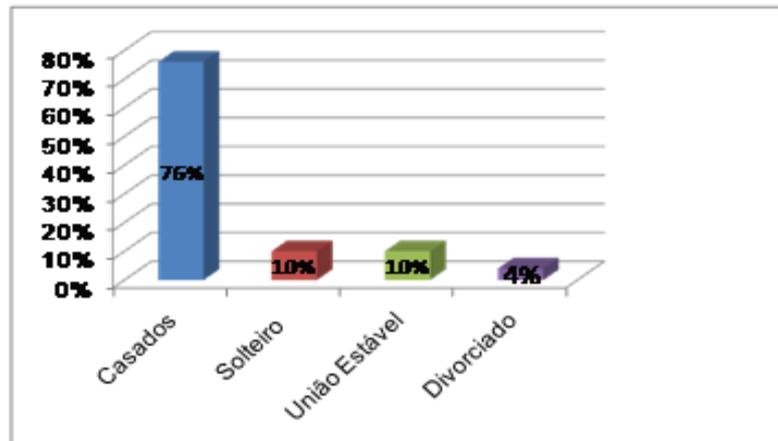


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Com relação aos associados, os dados da pesquisa, referente a classificação dos entrevistados por sexo, demonstram que 13% das entrevistadas eram mulheres e 87% eram homens.

Gráfico 31 – Número de associados entrevistados e classificados por estado civil

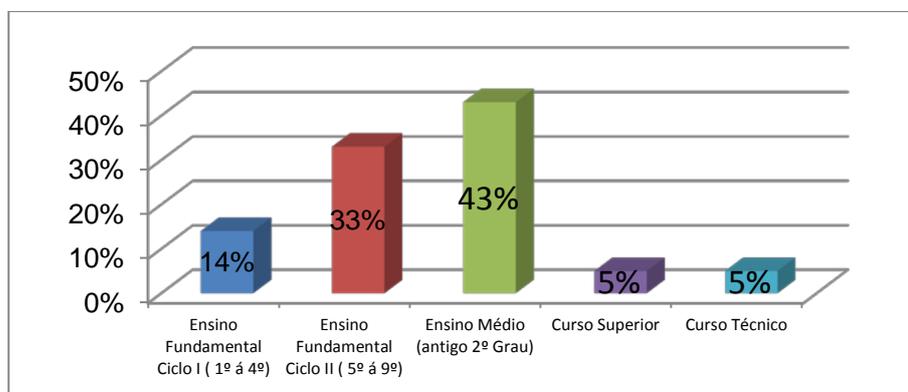


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

O gráfico 31 mostra que 76% dos entrevistados são casados, 10% são solteiros, 10% são amasiados e 4% são divorciado. É importante destacar que a propriedade é um local social, constituindo um núcleo familiar e, portanto, desenvolvendo a dinâmica do trabalho familiar direcionado para a subsistência, ao contrário da produção capitalista que utiliza a propriedade como investimento ou reserva de valor.

Gráfico 32 – Grau de escolaridade dos associados entrevistados da associação São Pedro

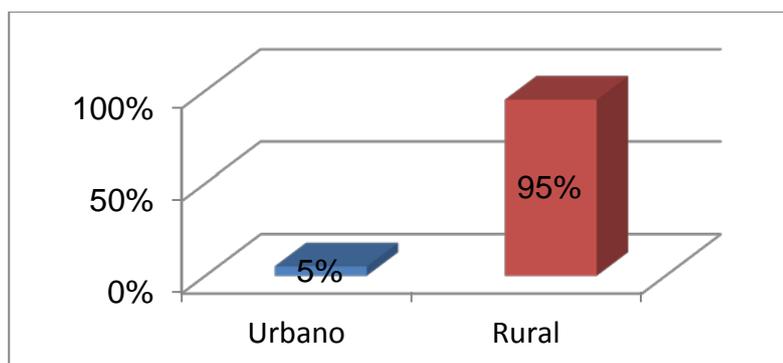


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Quanto ao grau de escolaridade observa-se (Gráfico 32) que, a classificação em números de entrevistados, garante o primeiro lugar aos produtores que cursaram o Ensino Médio (antigo 2º Grau) com 43%; em segundo lugar, os produtores que cursaram o Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) correspondendo a 33%; em terceiro lugar foram os que cursaram o Ensino Fundamental ciclo I (1º ao 4º ano) com 14%, com curso superior 5% e curso técnico com 5%.

Gráfico 33 – Número de associados que residem no meio rural e no meio urbano

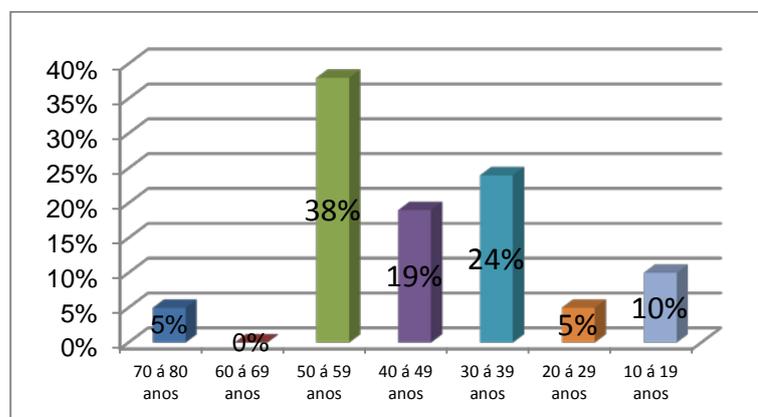


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Através da pesquisa foi possível verificar que 95% dos entrevistados residem no meio rural e somente 5% no meio urbano (ver gráfico 33). É importante evidenciar que estes estabelecimentos ficam entre 7 a 15 km de Rancharia.

Gráfico 34 – Classificação por idade dos entrevistados da Associação da São Pedro

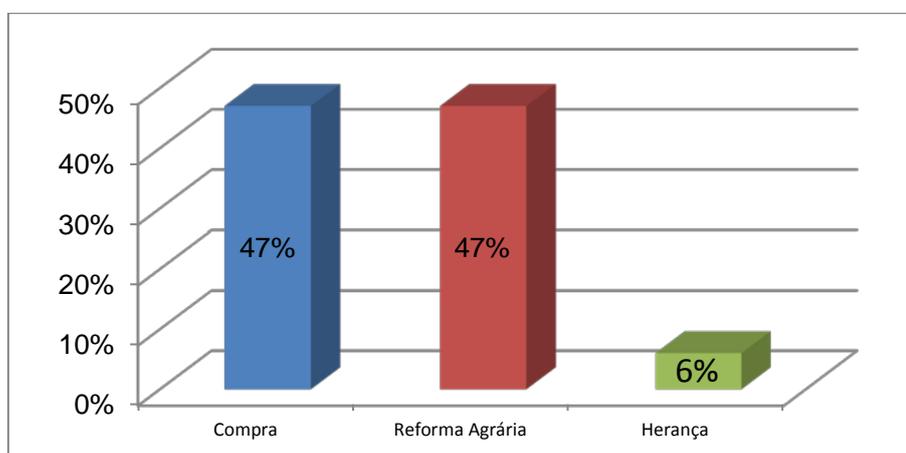


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Através da pesquisa, foi possível evidenciar que 81% dos entrevistados estão acima de 30 anos e abaixo de 59 anos (ver gráfico 34).

Gráfico 35 – Forma de obtenção da terra dos entrevistados da Associação da São Pedro

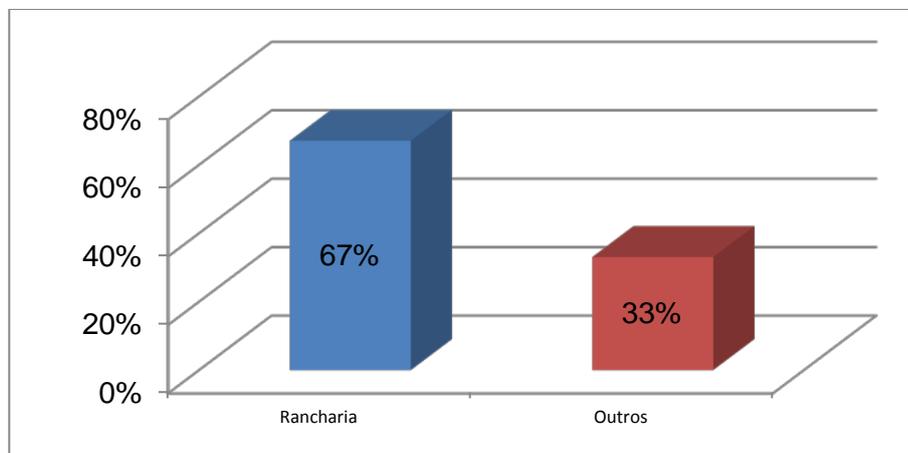


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

A pesquisa revelou as formas de aquisição das propriedades dos produtores entrevistados, sendo que 47% adquiriram a propriedade através da reforma agrária, 47% adquiriram a propriedade através da compra e 6% através de herança (ver gráfico 35).

Gráfico 36 – Origem dos entrevistados da Associação da São Pedro



Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

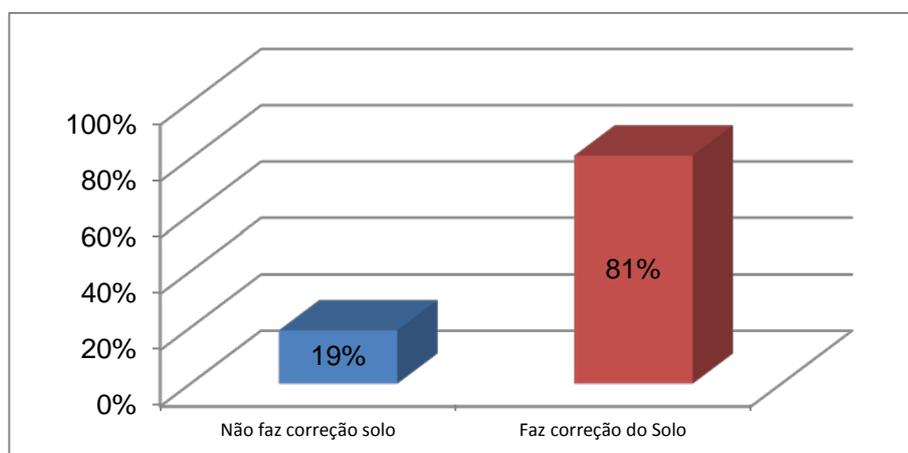
Após as entrevistas realizadas pela pesquisadora, fica evidente que os produtores da associação da São Pedro têm suas origens no município de Rancharia com 67% conforme gráfico 36, contribuindo para a permanência no município devido a laços familiares e obtenção da terra.

Durante a pesquisa, foi perguntado aos entrevistados da associação como eles definem o preço do leite, os resultados obtidos junto aos produtores rurais entrevistados constataram que dos 21 entrevistados 100% sabem como é definido o preço do leite e o valor correto estabelecido no primeiro dia do mês.

A associação faz contrato com o laticínio Campezina e utiliza indicadores do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia) para definir o preço do leite, acrescido de mais R\$ 0,02 ao litro. A exigência dos tanques resfriadores pelos laticínios contribuiu para a qualidade dos produtos. Oliveira (2011) destaca

Existe uma forte tendência no mercado comprador que é a gradativa exigência de certificação de qualidade total para os produtos e serviços que as cooperativas e empresas em geral colocam no mercado. Se as cooperativas não acompanharem e, principalmente, não estiverem à frente desse processo irreversível, serão, naturalmente, alijadas do mercado (OLIVEIRA, 2011, p.13)

Gráfico 37 – Entrevistados que fazem correção do solo

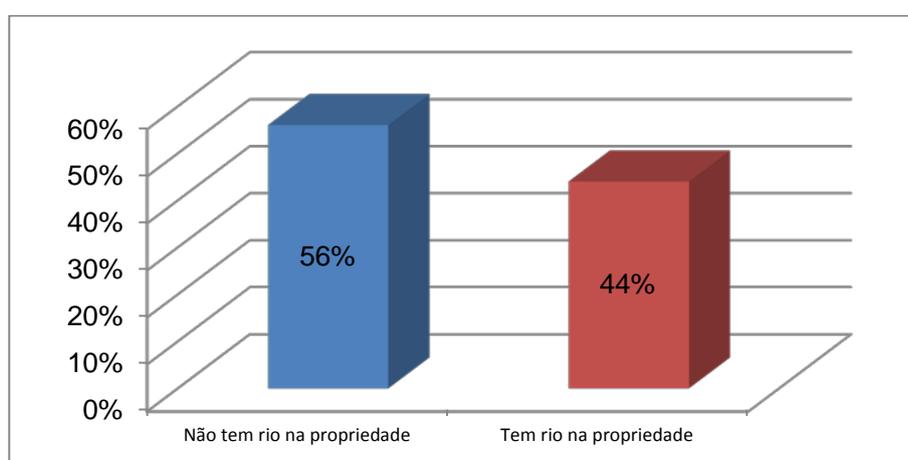


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Após as entrevistas, foi possível evidenciar que 81% dos produtores fazem a correção do solo e 19% não fazem (ver gráfico 37). É importante destacar que o alto índice de produtores entrevistados que fazem a correção do solo se dá devido às famílias assentadas receberem apoio inicial para a produção com a adoção de calcário, sementes, mudas frutíferas e pequenos animais.

Gráfico 38 – Entrevistados que têm rio que corta a propriedade

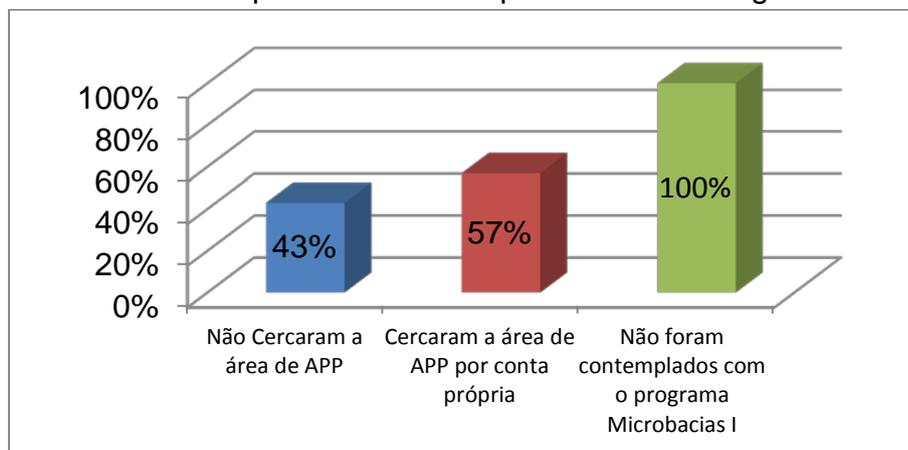


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos entrevistados (ver gráfico 38), 44% têm rio que corta a propriedade e 56% não tem rio em sua propriedade.

Gráfico 39 – Entrevistados que foram contemplados com o Programa Microbacia I



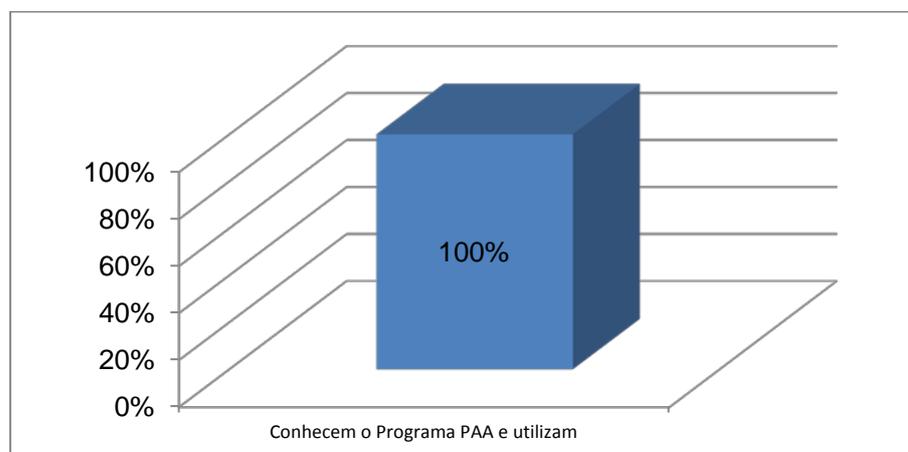
Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos entrevistados, 100% disseram que o Itesp elaborou o Projeto do Programa Microbacias há alguns anos, mas o projeto não saiu do papel. Entre os entrevistados, 43% não cercaram a área de APP e 57% cercaram a área de APP por conta própria e recursos próprios (ver gráfico 39).

Foi perguntado aos entrevistados se conheciam o Programa PAA, 100% dos produtores conhecem o programa e o utilizam em parceria com Prefeitura e o colégio agrícola (ver gráfico 40).

Gráfico 40 – Entrevistados que foram contemplados com o Programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

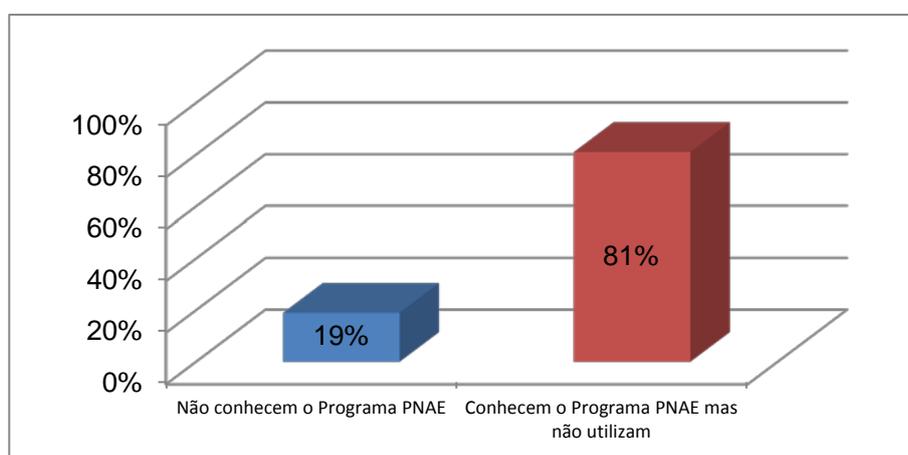


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Neste programa, os produtores associados entregam 30 litros de leite por família de produtor recebendo R\$ 1,40 por litro de leite. (por dia) A prefeitura faz a coleta do leite nos resfriadores mediante a análise laboratorial executada pelo técnico da prefeitura responsável que acompanha a coleta. O produto é enviado ao Colégio Agrícola para a pasteurização e encaminhado a prefeitura para a distribuição aos postos de saúdes e entidades beneficiadas pelo programa, atendendo às famílias e pessoas que correm risco de segurança alimentar e nutricional.

Gráfico 41 – Entrevistados conhecem o Programa PNAE - (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

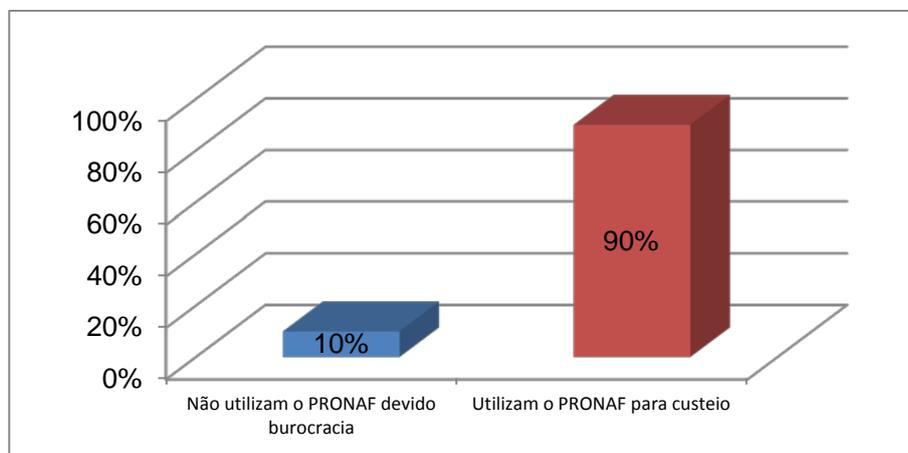


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos entrevistados, 81% sabem que existe este programa através de reuniões com o Itesp, mas não utilizam esta política pública, pois são produtores de leite; e 19% não conhecem o programa PNAE (ver gráfico 41).

Gráfico 42 – Entrevistados que conhecem o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

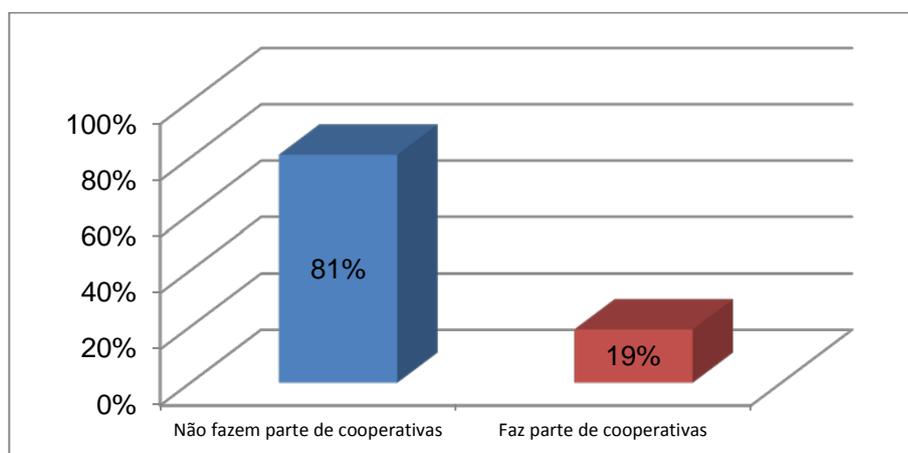


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos produtores entrevistados, 100% conhecem os programas do Pronaf, 90% utilizam-no para custeio e 10% não utilizam-no devido a burocracia. É importante ressaltar que o alto índice de produtores que utilizam o Pronaf é decorrente dos trabalhos do Itesp, que elaboram os projetos conforme a necessidade do produtor assentado (ver gráfico 42).

Gráfico 43 – Entrevistados que fazem parte de uma cooperativa



Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Os produtores rurais entrevistados da associação da São Pedro, 81% não fazem parte de cooperativas e 19% pertencem a cooperativas. Os entrevistados demonstraram preocupação de associar-se em cooperativas devido à responsabilidade de responder pelos prejuízos caso ocorram conforme gráfico 43.

Observa-se, também, que 19% dos associados estão ligados a cooperativas do ramo de alimentos e financeiro. Como não produzem em grande escala, utilizam insumos provenientes de casas de produtores agropecuários, onde a associação estabeleceu convênios. Os produtores, que adquirirem os produtos nestes estabelecimentos, recebem 1% de desconto e a associação recebe 4% do valor gasto pelo produtor. O único produto que eles adquirem em conjunto e diretamente da indústria de insumos é o calcário, utilizado para correção do solo.

É importante destacar que 100% dos entrevistados sabem da importância da associação para o fortalecimento das negociações junto à agroindústria do laticínio e o escoamento da produção de leite. Nota-se que as práticas associativas ocorrem no cotidiano dos produtores que compartilham os resfriadores e os que utilizam resfriadores comunitários. Observa-se que nos locais onde se concentram os resfriadores acontecem às trocas de informações e parcerias entre produtores.

Durante a pesquisa, ocorreu a troca de Presidente da Associação. Assim, o Sr. Vicente José da Silva saiu da presidência, que foi assumida pelo Sr. Osmil de Castro, conhecido como Branco. Durante a pesquisa, a nova diretoria foi entrevistada no barracão da recém inaugurada associação.

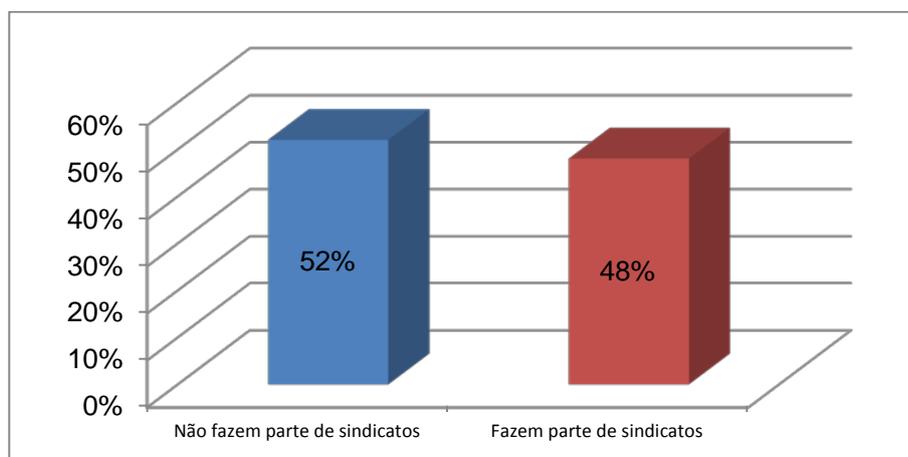
Importante destacar que um dos pontos fortes da associação de produtores da São Pedro é a negociação coletiva com o laticínio, que tem interesse na bacia leiteira da associação. É evidente que, sem a união, o produtor receberia pelo leite R\$ 0,80 centavos por litro, e fazendo parte da associação o produtor consegue R\$ 1,04 por litro e a participação do programa PAA que paga R\$ 1,40 por litro garantindo 30 litros por dia neste programa. Outro fator que contribui para a inserção na associação são os convênios com farmácias, lojas de produtos agropecuários, e implementos da associação para uso coletivo.

Um dos pontos fracos apontados pelos associados é a gestão que fica comprometida com a troca de diretoria, que vem ocorrendo constantemente. Mesmo diante desta fragilidade apontada, os produtores destacam que 100% sabem da

importância da associação para o fortalecimento das negociações junto a indústria de insumos e para o escoamento da produção de leite junto à agroindústria do laticínio. “[...] capacidade de usufruir de oportunidades de mercado, principalmente mediante vantagens competitivas reais, sustentadas e duradouras”. (OLIVEIRA, 2011, p. 17)

Outro ponto importante a ser evidenciado, é que a associação ainda não tem uma sede em plena operação, pois o barracão foi inaugurado há pouco tempo, precisando ser organizado para concentrar os produtos, implementos e o escritório. Através da pesquisa de campo e entrevista com a diretoria, nota-se que a mesma diretoria está empenhada para dar continuidade nos trabalhos da associação.

Gráfico 44 – Entrevistados fazem parte de sindicatos da categoria

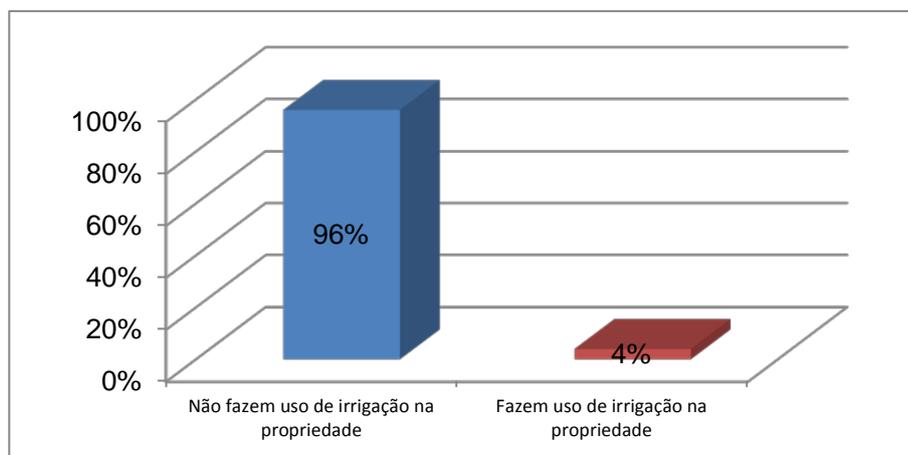


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Através da pesquisa realizada (ver gráfico 44), constata-se que 48% dos entrevistados fazem parte de um sindicato rural e 52% não fazem parte de sindicato, sendo atendidos por um escritório de contabilidade que processam suas documentações.

Gráfico 45 – Entrevistados fazem uso de irrigação na propriedade

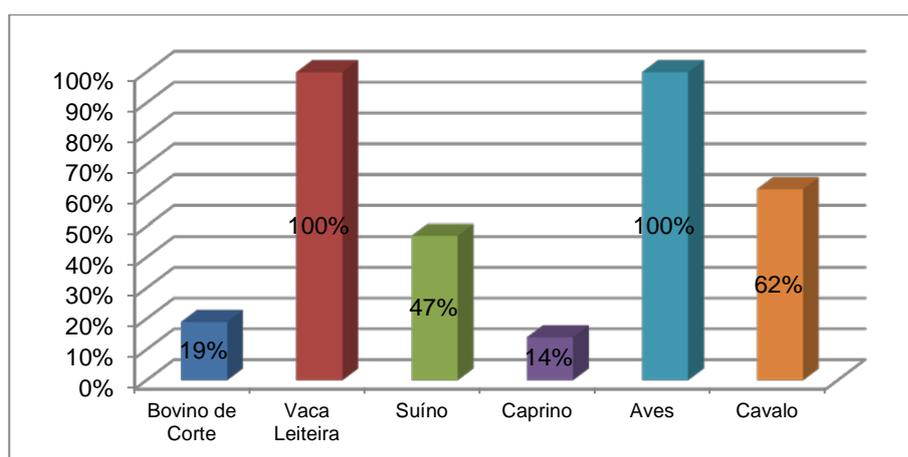


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

É importante evidenciar (ver gráfico 45) que 96% não utilizam irrigação em sua propriedade e 4% fazem uso desta técnica para o plantio de horta, uma vez que o produtor não planta para a venda; e, portanto, a pastagem não exige irrigação.

Gráfico 46 – Indica os tipos de animais e a porcentagem de produtores rurais que possuem algumas das categorias de animais em suas propriedades.



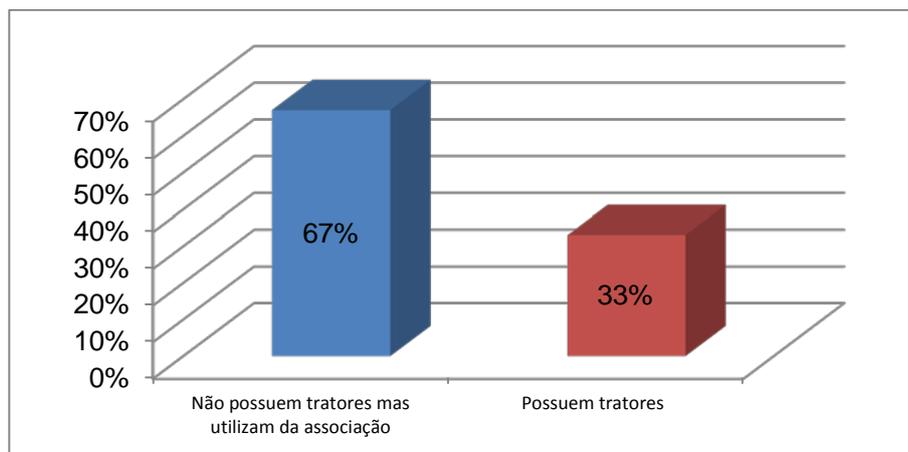
Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Através do gráfico 46, é possível destacar que, dos entrevistados, a pecuária de leite é desenvolvida por 100% dos entrevistados, a pecuária de corte é exercida por 19%, suíno 47%, caprinos 14% e aves 100% para consumo. Observa-se que o tanque de resfriamento está presente nas propriedades, e são compartilhados entre vizinhos, ou são de uso coletivo ou comunitário dos associados.

A adoção dos tanques resfriadores representam investimentos tecnológicos, resultando na qualidade dos produtos fornecidos pelos produtores da associação, o que facilita a comercialização dos produtos com o laticínio. Verifica-se que os produtores que não conseguem atender as exigências do mercado são excluídos ou submetidos a outros agentes econômicos.

Gráfico 47 – Indica a porcentagem de produtores que têm tratores em suas propriedades

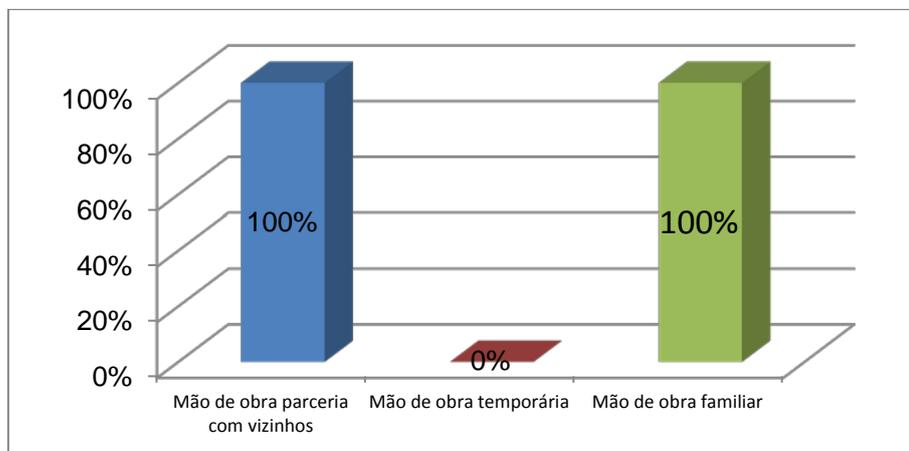


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos produtores entrevistados, 33% têm trator em sua propriedade, e 67% não têm, mas utilizam os implementos da associação para suprir suas necessidades (ver gráfico 47).

Gráfico 48 – Indica a porcentagem de produtores que utilizam mão de obra familiar, temporária e parcerias.

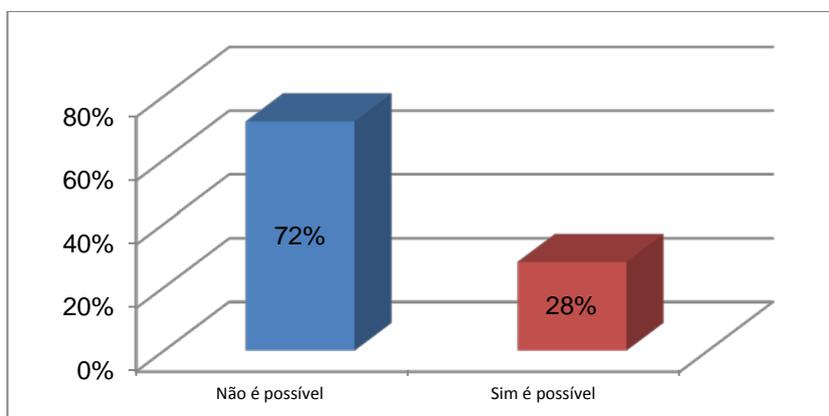


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

O gráfico 48 demonstra que 100% da mão de obra utilizada nestas propriedades é familiar e 100% utilizam a parceria com os vizinhos quando necessário.

Gráfico 49– A preocupação ambiental fez-se necessário perguntar aos pequenos produtores se era possível plantar sem utilizar agrotóxico.

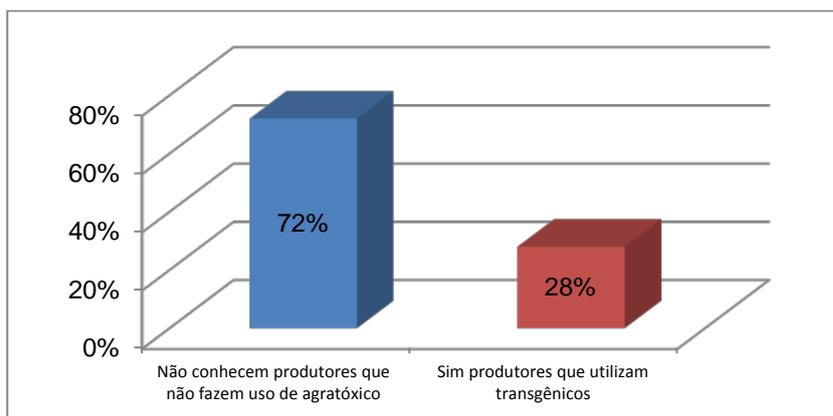


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos entrevistados, 72% dizem que não é possível plantar sem a utilização de agrotóxico e 28% responderam que é possível, mas precisam de acompanhamento técnico, que muitas vezes não está disponível (ver gráfico 49). Observa-se que a utilização de agrotóxico foi incentivada pelos meios de comunicação e por técnicos que ministram cursos e palestras ligados às indústrias químicas, contribuindo para o discurso dos produtores entrevistados.

Gráfico 50 – Pequeno Produtor conhece alguém na região que planta sem utilização de agrotóxico

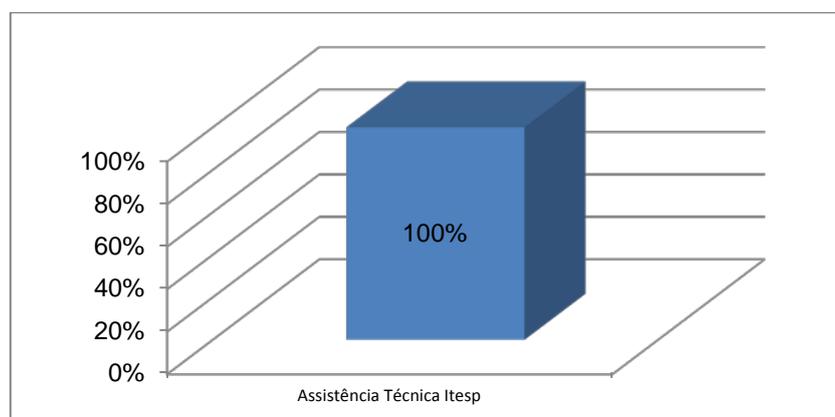


Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

Dos entrevistados (ver gráfico 50), 72% não conhecem ninguém na região que planta sem a utilização de insumos e 28% dizem que é possível com a utilização de transgênicos. Destaca-se a falta de informação dos pequenos produtores referente aos produtos transgênicos que podem ser confundidos como orgânicos pelos pequenos produtores.

Gráfico 51 – Quais os meios adotados pelos produtores na obtenção de assistência técnica



Fonte: Pesquisa de Campo (17/07/2013).

Autora: Dados elaborados pela autora Santos, Eliane Silva dos, através das entrevistas com os associados da Associação da São Pedro (2013).

A pesquisa evidenciou (ver gráfico 51) que quanto à assistência técnica, 100% dos produtores assentados dizem que são atendidos pelo Itesp. A assistência técnica prestada através do Itesp visa dar suporte aos produtores com a disposição de agrônomo, veterinário, zootecnista e uma assistente social. Através da assistência técnica do Itesp, os produtores assentados realizam vacinação do gado contra a brucelose e a febre aftosa, contando também com as informações referentes às políticas públicas direcionadas aos produtores e assentados. O Itesp é responsável pela elaboração de projetos técnicos para obtenção de créditos do Pronaf e do Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista (Feap).

Os produtores rurais também recebem assistência dos fornecedores de insumo, como de medicamentos e alimentação para o gado, que dão algumas orientações quanto ao uso desses produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que foram apresentadas nas seções anteriores contextualizam a integração dos produtores ao processo de industrialização nos anos 1960 e 1990, que está diretamente vinculada ao acesso a créditos. O SNCR foi inserido como principal instrumento utilizado para promover a modernização da agricultura. O SNCR beneficiou os médios e grandes produtores rurais causando exclusão dos pequenos produtores rurais ao acesso aos créditos. Os pequenos produtores rurais até 1990 ficaram fragilizados economicamente devido à falta de políticas públicas direcionadas a categoria. Somente a partir de 1990 a 2000 o Estado direciona políticas para atender ao pequeno produtor rural. Em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) institui o PRONAF. O programa define a categoria como de agricultor familiar e através dele disponibiliza acesso a financiamentos com baixas taxas de juros. Com tais políticas o governo reconhece a importância da agricultura familiar para o abastecimento dos mercados consumidores e agroindustriais. Novos programas são criados como PAA (2003) e PNAE (2009), mas essas políticas não tem oferecido bons resultados para os pequenos produtores, decorrentes da heterogeneidade das propriedades. No decorrer destas transformações este trabalho procurou compreender as especificidades dos pequenos produtores de leite do município de Rancharia, quais as estratégias adotadas para o fortalecimento da pecuária leiteira do município frente ao avanço do capital e para a verificação do campesinato.

A pecuária de leite está passando por processo de estruturação devido às exigências impostas pelo mercado. Essa realidade é observada nos pequenos produtores de leite, que apresentam menor capacidade de reação, frente às mudanças que estão ocorrendo na cadeia produtiva. O modelo de associativismo adotado pelos produtores do município de Rancharia proporciona ao pequeno produtor associado o desenvolvimento da atividade mesmo em pequena escala decorrentes muitas vezes da baixa qualidade genética do rebanho e falta de alimentação e complementação adequada. A forma de associativismo que vem sendo adotada pelos pequenos produtores de leite do município contribui para o aprimoramento das exigências impostas pelo mercado e mudanças tecnológicas do setor como: Normativas nº 51 criada pelo MAPA que estabelece regras de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção

do leite. Para que os produtores possam atender as normas de higiene, é necessário que adotem alguns procedimentos como manejo adequado na coleta do leite, utilização de recipientes adequados e entrega até as 10 h em temperatura ambiente no local denominado posto refrigerado ou estabelecimento industrial e nele ser mantido em temperatura 4°C (quatro graus Celsius). As associações instalam os tanques resfriadores para serem utilizados pelos associados e que atendam a Normativa nº 51, proporcionando o armazenamento e qualidade exigida pelos mercados. Com a aglutinação da produção, a associação consegue um montante de produtos que favorece e fortalece as negociações frente à agroindústria de leite. Os associados também se beneficiam do uso coletivo de implementos e compra coletiva de insumos proporcionando poder de barganha frente à indústria de insumos. Podendo melhorar o desempenho de suas propriedades e podendo competir no mercado.

Através deste trabalho é possível analisar como as associações dos produtores de leite de Rancharia contribuem economicamente e socialmente para o município: primeiramente contribui de forma sustentável (desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente) a permanência do produtor na propriedade e na atividade desenvolvida, também contribui para a geração impostos municipais, estaduais e federais. A renda oriunda da atividade leiteira é inserida no comércio local, e as associações são responsáveis pelo abastecimento de matéria prima às agroindústrias locais e regionais.

A pesquisa propiciou reflexões bastante interessantes quanto à forma de gestão das associações. Gostaria de evidenciar algumas alternativas que possam contribuir para o aprimoramento desta forma de gestão.

Embora as associações estejam operando de forma sustentável (desenvolvimento econômico, social e com responsabilidade ao meio ambiente) até o presente momento da pesquisa, vale à pena destacar alguns apontamentos necessários para sua permanência no mercado.

Primeiramente é preciso a presença de uma liderança efetiva que estimule as práticas associativas, que é base de sustentabilidade do empreendimento. Eleger esta liderança de forma consciente adotando padrões estabelecidos pela diretoria, o gestor tem que ter conhecimento das particularidades do empreendimento e de seus associados, dando continuidade nos projetos e

parcerias constituídas pela diretoria anterior. Fortalecer as operações produtivas maximizando e otimizando os processos para obtenção de qualidade dos produtos ofertados. Desenvolver parcerias com instituições públicas, privadas e sociais, para que possa garantir representatividade nas decisões referentes ao município.

É importante a diretoria compreender que esta forma de gestão diminui a dependência e subordinação dos associados às indústrias de insumos e as agroindústrias, aumentando o poder de barganha frente ao capital.

O empreendimento precisa estabelecer indicadores para composição dos preços do leite para ter controle de negociação com as agroindústrias de leite.

Melhorar as alianças estratégicas e usufruir de oportunidades junto às indústrias e agroindústrias para garantir a profissionalização, capacitação e assistência técnica. Identificar os órgãos que têm acesso as informações referentes às políticas públicas direcionadas ao setor para elaboração de projetos. Estabelecer contatos com instituições financeiras públicas e privadas responsáveis pela liberação dos créditos e financiamento das políticas públicas. Diante das informações a maior delas é a prática associativa que o homem social estabelece através da troca de experiências e convivências oportunizando crescimento e desenvolvimento coletivo.

Há muitas formas de associativismo e ainda muito a ser pesquisado sobre o assunto. Gostaria de continuar a pesquisar sobre as estratégias associativas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- AGUIAR, C. R. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília, CNPq, 1986.
- ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. O programa de aquisição de alimentos no município de Dracena-sp. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 33, p. 101-122, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1929/1809> . Acesso em: 26 maio 2013.
- ASSOCIAÇÃO dos Produtores Rurais de Ajicê promove 6º Fest Leite. **Paragua City**, Paraguaçu Paulista, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://www.paraguacity.com/?id=85-8469>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BARONE, L. A.; MELAZZO, E S.; SILVA, A. A. (Coord.). **Célula do Pontal do Paranapanema-SP**: acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural: relatório anual. Presidente Prudente: UNESP; FATEC, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.
- CARTILHA de acesso ao Pronaf: saiba como obter crédito para a agricultura familiar 2011/2012. Brasília: Sebrae, 2011. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf). Acesso em: 19 maio 2013.
- COSTA A. A. A.; RIBEIRO T. C. A. **O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. [S.l.]: SOBER, 2001. Disponível em: < <http://www.valedotaquari.org.br/agro/associativismo/associativismo.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2012.
- CASTELLO BRANCO, André Luiz de Oliveira. **A Produção de Soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. 2008. Monografia (Faculdade de Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura o Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Unicamp, 1985.
- ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENTENDA as diferenças entre associações e cooperativas. Blog do Artesanato Sebrae, 20 jul. 2009. Disponível em: <http://artesanatosebrae.blogspot.com.br/2009/07/entenda-as-diferencas-entre-associacoes.html>. Acesso em: 12 maio 2013.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Nova assembléia geral em Avaré**: edital de convocação. Agudos, 2011. Disponível em: http://www.famhesp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57:assembleia-geral-na-cati-regional-avare&catid=5:noticias&Itemid=9. Acesso em: Acesso em: 21 maio 2013

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DAS MICROBÁCIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pela criação da frente parlamentar de apoio à extensão rural no estado de São Paulo**. 2013. Disponível em: <http://www.famhesp.org.br/>. Acesso em: 21 maio 2013.

FELICIO, M. J. Apontamentos para ampliar a compreensão da questão agrária no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2009. p. 1-18.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros; MESQUITA, Helena Angélica de. O sentido do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo: paradigmas em debate. **Revista Pegada**, v. 10, n.1, jun. 2009.

FIALHO, G. de O. **As estratégias para permanecer na terra**: os assentados do projeto estrela de Ilha em Ilha Solteira/SP. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 141-225.

GUANZIROLI, CE et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHOL, R. A. de Medeiros. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 2000. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

HESPANHOL, R. A. de Medeiros. **PRONAF infra-Estrutura e associativismo rural na região de Presidente Prudente**. 2006. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/06.pdf>. _Acesso em: 25 maio 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Perfil das associações de produtores na região de Presidente Prudente - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, 2007.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/1996**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/. Acesso em: 12 jun. 2012.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/comentarios.pdf. Acesso em: 12 jun. 2012.

IBGE. **Censo agropecuário 2010**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sao_paulo.pdf. Acesso em: 12 out. 2013.

KAUTSKY. **A questão agrária**. [S.l.]: Nova Cultural, 1986.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MENEGATI, Regiane Aparecida. **Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do município de Indiana (sp)**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELO, Nildo Ap. de. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural: uma análise do programa vilas rurais no norte do paraná. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n. 11, p. 58-76, jan./ jun. 2011. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/431/nildomelo>. Acesso em: 01 out. 2013.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1.ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996..

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Associativismo e desenvolvimento rural no Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. esp., p. 1-17, 2. sem. 2011.

RIBEIRO, Eliane Cristina Barros; QUEDA, Oriowaldo. **Miniusinas de Leite como alternativa de desenvolvimento regional**. Araraquara: [s.n.], 2007.

RICCI, R. A tese da não desindustrialização. **De esquerda em esquerda**. abr. 2012. Disponível em: <http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/04/tese-da-nao-desindustrializacao.html>. Acesso em: 18 nov. 2012.

SANTOS, Carlos Alberto dos; MOREIRA, Marne Sidney de Paula. **A contribuição da Embrapa Gado de Leite à redução de desníveis regionais no agronegócio do leite no Brasil**. Disponível em: http://www.cnpma.embrapa.br/boaspraticas/download/Contribuicao_Embrapa_Gado_Leite_Reducacao_Desnive.pdf. Acesso em: 28 abr. 2013.

SARON, F. de A.; HESPANHOL, A. N. **O papel do associativismo para o desenvolvimento rural no município de Urânia-SP**, 2011. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br.br/encontros/engrup/Resumos/GEDRA%20-%20Grupo%20de%20Estudos%20Din%20mica%20Regional%20e%20Agropecu%20ria%20-%20UNESP%20-%20Presidente%20Prudente/GEDRA Saron Associativismo%20no%20desenvolvimento%20rural.pdf](http://www4.fct.unesp.br.br/encontros/engrup/Resumos/GEDRA%20-%20Grupo%20de%20Estudos%20Din%20mica%20Regional%20e%20Agropecu%20ria%20-%20UNESP%20-%20Presidente%20Prudente/GEDRA%20Saron%20Associativismo%20no%20desenvolvimento%20rural.pdf). Acesso em 28 abr. 2013.

SEM-TERRA promovem invasão para protestar contra venda de lotes. 2012. Disponível em: <http://www.ifronteira.com/mobile-noticia-42780>. Acesso em: 17 nov. 2012.

SILVA, I. A. **Agricultura familiar, políticas públicas e participação social em Nova Friburgo – RJ**. –Uberlândia: [s.n.], 2006.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly. **Estratégia de recriação do campesinato no município de Cabaceiras**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 24 out. 2013.

TOMAZELA, J. M. Incra vai pedir reintegração de assentamento invadido. **Estadão**, 18 dez. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,incra-vai-pedir-reintegracao-de-assentamento-invadido,961906,0.htm>. Acesso em: 18 dez. 2012.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo. Edusp; Hucitec, 1991.

VELOSO, F.; HESPANHOL, R. A. M. As repercussões do PRONAF e do PAA no município de Junqueirópolis – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 6., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário Aplicado**QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP**

Nome do entrevistador:..... Data:.....

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR:

1.1 Nome:..... Idade:.....

1.2 Estado Civil

 Solteiro Casado Viúvo desquitado divorciado amasiado Outros

.....

1.3 Grau de escolaridade:

() Não alfabetizado () 1º Grau incompleto () 1º Grau completo () 2º Grau incompleto
 () 2º Grau completo () Superior Incompleto () Superior completo

1.4 Condição do Produtor:

() proprietário () proprietário reforma agrária () arrendatário () parceiro () outros

1.5 Local de residência do produtor e de sua família:

() no próprio estabelecimento rural () na cidade

2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE:

2.1 Nome da propriedade:

2.2 Localização da propriedade: Bairro rural demunicípio.....

2.3 Distância da sede do município(em KM)

2.4 Condição da terra onde são realizados os cultivos:

Área total da propriedadeem hectares⁹ oualqueires¹⁰.

Área própria.....em hectares oualqueires.

Área tomada em arrendamento/parceria.....em hectares oualqueires.

Área concedida em arrendamento.....em hectares oualqueires.

3. PERFIL DO PRODUTOR:

3.1 Município de origem: Estado.....

3.2 Seus pais eram ou são agricultores () sim () não

3.3 Antes de residir neste município o Sr. Já morou em outro local?

() Sim () Não se sim Qual Município?.....Estado

3.3.1 Residia na:() área urbana () área rural

3.3.2 Quanto tempo residiu nesse local?.....

3.3.3 Condição anterior:

() proprietário de terras () Arrendatário/parceiro () posseiro () Empregado rural ()
 exercia atividade na área urbana. Qual ?.....

3.3.4 Por que se mudou para este local?.....

3.4 Como o Sr. Adquiriu esta propriedade () compra () Herança () compra e herança ()
 reforma agrária () outros Qual?

⁹ Hectares 10.000 metros quadrados (ha)- exemplo de conversão hectares em
 alqueires: 640 hectares $640/2,42 = 264,46$ alqueires

¹⁰ Alqueires 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados. (Alq.) $24.200/2,42 = 10.000$
 hectares.

3.5 Além desta possui outra propriedade rural?() sim () não se sim
Quantas?.....Localizadas em quais municípios?.....

3.5.1 Área total das propriedades rurais que possui?.....Hectares ou
Alqueires.

3.6 Há quantos anos o Sr. trabalha na agricultura?

3.7 Quais eram os produtos cultivados na época?

4. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS: NA SAFRA 2011/2012

4.1 Lavouras Permanentes	Área Cultivada (hectares)	Produção (Ton.)
4.2 Lavouras Temporárias		
Milho ()		
Mandioca ()		
Cana ()		
4.3 Pastagens		Qual tipo de gramínea?
		Brachiaria ()
4.4 Não Utiliza (construções, matas, etc)		Paraguaiá ()
Rio corta Propriedade	Nome:	APP ()

4.5 Possui área irrigada:

() sim () Não Se simárea em hectares.....ou alqueires

a) Procedência da água utilizada para irrigação.....

b) Tipo de irrigação: () Aspersão () Gotejamento () Pivô Central () outro tipo
Qual?.....

c) Cultivos que são irrigados:

.....

4.6 Quanto a plasticultura o Sr. utiliza?() sim () não Se sim área protegida
.....M².

a) Produtos cultivados com plasticultura:

4.7 Quanto a atividade criatória:

Tipo	Número de cabeças	
Bovino de corte		
Bovino Leiteiro		Litros dia = Associação=
Suíno		
Caprino		
Aves (galinha)		
Cavalos		

Outros		
--------	--	--

5. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (EM TONELADA/SACAS/ARROBAS – ESPECIFICAR A UNIDADE DE MEDIDA UTILIZADA) – SAFRA 2011/2012.

(especificar em qual município se localiza a cooperativa, agroindústria, cerealista, supermercado, outros)

Cultura (especificar a unidade de medida)	Utiliza na propriedade	Venda para cooperativas	Venda para agroindústria (laticínios ou frigorífico)	Venda para Cerealista	Venda para supermercado	Outros

5.1 Qual (is) o (s) principal (is) problema (s) enfrentado pelo Sr. para comercializar sua produção?.....

5.1.1 A associação contribui para escoar a produção?

5.2 Forma predominante de escoamento da produção

- () Através de caminhão próprio
- () Através de caminhão fretado
- () Através de caminhão de cooperativa ou associação
- () Através de caminhão de cerealistas
- () Através de trator próprio
- () Através de carroça
- () Outro (s) Qual (is)

.....

6. IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO COMO LOCAL DE TRABALHO DA FAMÍLIA:

6.1 O Sr. tem filhos ?() Sim () Não Se sim Quantos?.....

6.2 Idade dos Filhos:

6.3 Grau de escolarização dos filhos:

- () Não alfabetizado () 1º Grau incompleto () 1º Grau completo () 2º Grau incompleto
- () 2º Grau completo () Superior Incompleto () Superior completo

6.4 Situação civil dos filhos: () solteiro Quantos?..... Local de residência.....

() Casado Quantos?..... Local de residência.....

6.5 Exerce (m) Qual(is) atividade (s)?.....

6.6 Os filhos auxiliam o Sr. nas atividades agrícolas () sim () não Se sim, em que fase.....

6.7 Gostaria que algum de seus filhos se tornasse agricultor como o Sr.?

() Sim. Por quê?

.....

.....

() Não. Por quê?

.....

.....

6.8 Há algum filho que reside com o Sr. e trabalha fora da propriedade:

() Sim. Onde?

() Não.

6.8.1 A renda obtida nesse trabalho externo é aplicada na propriedade ?

() sim () parcialmente () integralmente () não

6.9 A sua esposa auxilia nas atividades agrícolas da propriedade ?

() sim. Em que fase.....

() Não

6.10 E outros parentes ?

() sim. Em que fase.....

() Não

6.11 O Sr. emprega trabalhadores assalariados?

() Temporários. Em que fase.....Quantos?.....

() Permanentes. Em que fase.....Quantos?.....

6.12 Na composição do custo da principal lavoura cultivada quanto representaos gastos (em reais ou em termos percentuais) com:

- a) mão de obra contratada:.....
- b) Insumos/defensivos agrícolas e produtos veterinários.....
- c) Maquinas e equipamentos: aquisiçãoou manutenção.....
- d) Assistência Técnica:
- e) aquisição de sementes, mudas ou matrizes animais:
- f) despesas bancárias:
- g) Energia elétrica e/ou combustível.....
- h) Outras despesas:

7. RENDIMENTO ANUAL - SAFRA 2011/2012

7.1 Na safra 2011/12 quanto em termos percentuais, cada uma dessas atividades representou sobre a renda total obtida.

Atividades	% sobre a renda total obtida
Lavouras	
Pecuária de corte:	
Pecuária de Leite:	
Granjas:	
Outros:	

7.2 Como o Sr. gostaria de utilizar eventuais economias:

.....

.....

8. MEIOS DE PRODUÇÃO – DISPONÍVEL NA SAFRA 2011/2012

	Número	Potência
Tratores:		
Aparelho de irrigação:		
Arados de tração mecânica		
Arados de tração animal		
Picador/triturador		
Tanque resfriador		
Outros. Qual?		

9. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS – SAFRA 2011/2012

9.1 Quanto à utilização de insumos na Safra 2011/2012 o Sr. utilizou-se de:

	Sim	Não
Fertilizantes		
Calcário		
Ração		
Defensivos vegetais (fungicidas, herbicidas, etc)		

Defensivos animais		
Outros. Quais?		

9.2 Onde o Sr. adquire estes produtos?

.....

9.3 Quanto gasta por safra com estes produtos?

.....

9.4 Quais produtos costuma utilizar no combate às pragas?

.....

9.5 O Sr. acha possível cultivar os produtos sem a utilização de defensivos agrícolas?

() Sim () Não

Por que?

.....

9.6 O Sr. conhece alguém que cultive as lavouras sem a utilização de agrotóxicos em geral?

() Sim. Quem?.....

() Não

9.7 O Sr. recebe assistência técnica de alguma empresa ou instituição?

() Sim. De quem?.....

() Não

10. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO:

10.1 O Sr. costuma solicitar financiamento bancário para realizar suas atividades agrícolas?

() Não. Por que?.....

() Sim. Qual tipo?() investimento () custeio () comercialização () Pronaf¹¹

¹¹O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da

() Pronafinho

Quem faz o projeto para conseguir financiamento?.....

10.1.1 Em qual instituição bancária?.....

Por que escolheu esse banco?.....

10.1.2 E para a atividade criatória?

() Sim. Qual Tipo?.....

() Não. Por que?.....

11. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

11.1 É associado a cooperativa¹²?() Sim () Não. Se sim, Qual (is)?

Desde quando?.....

Porque se filiou? Quais as vantagens?.....

.....

11.2 É membro de alguma associação¹³ de agricultores?() Sim () Não Se sim Qual (is)?

.....

Desde quando?.....

Por que se filiou ? Quais as vantagens?.....

.....

11.3 É filiado a algum sindicato rural?

() Sim () Não

Se sim Qual (is)?.....

Desde quando?.....

Porque se filiou ?Quais as vantagens ?.....

12. CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICAS DA PROPRIEDADE:

12.1 Em termos de infra-estrutura, a propriedade dispõe de:

a) Energia elétrica () sim () Não

b) Água proveniente de:() poço caipira () poço artesiano () outra forma.

Qual?.....

reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

¹² Cooperativa- mais de 20 associados =lucro e prejuízo produtores associados arcam.

¹³ Associação – mais de 2 associados = lucro e prejuízo diretoria arca.

- c) Telefone () sim () Não
 d) Depósitos () sim () Não
 e) Oficina () sim () Não
 f) outros. Quais

12.2 A casa de residência da família é:

() Madeira () tijolos () combinada () outro material. Qual?.....

12.3 Em termos de bens de consumo duráveis , a família dispõe de:

- a) Televisão() Não () Sim. Se sim Quantas?.....
 b) Vídeo cassete () Não () Sim. Se sim Quantos?.....
 c) Geladeira() Não () Sim. Se sim Quantas?.....
 d) Freezer() Não () Sim. Se sim Quantos?.....
 e) Computador() Não () Sim. Se sim Quantos?.....
 f) Automóvel() Não () Sim. Se sim Quantas?.....

13. AVALIAÇÃO DO PRODUTOR RURAL:

13.1 O que o Sr. acha da política agrícola do Governo Federal?

.....

13.2 Programa Microbacias¹⁴ ? Não utiliza por que?

.....

13.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁵ ? Não utiliza por quê?

.....

13.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁶ ? Não utiliza por quê?

¹⁴Considerada a mais importante política pública do governo do Estado de São Paulo para o auxílio ao pequeno produtor rural, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), iniciado em 2000, oferece uma série de benefícios individuais e coletivos para o produtor rural, sobretudo para os produtores que possuem área de terras de até 50 hectares e que possuem no mínimo 70% de sua renda proveniente das atividades agropecuárias. O programa, que conta com financiamento do Banco Mundial, busca reverter o quadro de degradação ambiental em que se encontra a maior parte das propriedades rurais no Estado de São Paulo. Para amenizar essa situação, o PEMH oferece mudas para o plantio de mata ciliar; cercas para o isolamento da área; máquina de plantio direto, que revolve menos o solo e, conseqüentemente, diminui a erosão, juntamente com a prática do terraceamento. Somado aos benefícios individuais, o PEMH também tem como objetivo fortalecer as associações de produtores rurais, doando Kit de informática - com computador, impressora, armário, cadeira e mesa – semeadora de plantio direto, roçadeira, triturador de palha.

¹⁵Programa de aquisição de alimentos (PAA) - Uma das ações do programa Fome zero, do governo federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar.

¹⁶Programa nacional de alimentação escolar (PNAE) instituído pela lei nº. 11.947/2009, o PNAE prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

.....
.....
.....

13.5 O que o Sr. acha que o governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores brasileiros?.....

.....
.....

14. OBSERVAÇÕES

.....
.....
.....

ANEXO B – Normativa nº 51 – Anexo III

ANEXO III

REGULAMENTO TÉCNICO DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE E QUALIDADE DO LEITE TIPO C

1. Alcance

1.1. Objetivo

Fixar os requisitos mínimos que devem ser observados na identidade e na qualidade do Leite Cru tipo C, do Leite Cru Refrigerado tipo C e do Leite Pasteurizado tipo C, enquanto perdurar a produção desse tipo de leite.

1.2. Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento se refere ao Leite tipo C, destinado ao comércio nacional.

2. Descrição

2.1. Definições

2.1.1. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas saudas, bem alimentadas e descansadas. O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda;

2.1.2. Entende-se por Leite Cru tipo C o produto definido neste Regulamento Técnico, não submetido a qualquer tipo de tratamento térmico na fazenda leiteira onde foi produzido e integral quanto ao teor de gordura, transportado em vasilhame adequado e individual de capacidade até 50 l (cinquenta litros) e entregue em estabelecimento industrial adequado até as 10:00 h (dez horas) do dia de sua obtenção;

2.1.3. Entende-se por Leite Cru Refrigerado tipo C o produto definido nos itens 2.1.1. e 2.1.2. deste Regulamento Técnico, após ser entregue em temperatura ambiente até as 10:00 h (dez horas) do dia de sua obtenção, em Posto de Refrigeração de leite ou estabelecimento industrial adequado e nele ser refrigerado e mantido em temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius);

2.1.3.1. O Leite Cru tipo C, após sofrer refrigeração em Posto de Refrigeração, nos termos do item 2.1.3., pode permanecer estocado nesse Posto pelo período máximo de 24 h (vinte e quatro horas), sendo remetido em seguida ao estabelecimento beneficiador;

2.1.3.2. Admite-se a manutenção do Leite Cru Refrigerado tipo C em uma determinada indústria por no máximo 12 h (doze horas), até ser transportado para outra indústria, visando processamento final, onde deve apresentar, no momento do seu recebimento, temperatura igual ou inferior a 7°C (sete graus Celsius);

2.1.3.3. Em se tratando de Leite Cru tipo C, obtido em segunda ordenha, deve o mesmo sofrer refrigeração na propriedade rural e ser entregue no estabelecimento beneficiador até as 10:00 h (dez horas) do dia seguinte à sua obtenção, na temperatura máxima de 10°C (dez graus Celsius), enquanto perdurar a produção desse tipo de leite;

2.1.4. Entende-se por Leite Pasteurizado tipo C o produto definido neste Regulamento Técnico, classificado quanto ao teor de gordura como integral, padronizado a 3% m/m (três por cento massa por massa), semidesnatado ou desnatado, submetido à temperatura de 72 a 75°C (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) durante 15 a 20s (quinze a vinte segundos), em equipamento de pasteurização a placas, dotado de painel de controle com termo-registrador e

ANEXO C – Normativa nº 51 – ANEXO IV

ANEXO IV

REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE CRU REFRIGERADO

1. Alcance

1.1. Objetivo

O presente Regulamento fixa a identidade e os requisitos mínimos de qualidade que deve apresentar o Leite Cru Refrigerado nas propriedades rurais.

1.2. Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento se refere ao Leite Cru Refrigerado produzido nas propriedades rurais do território nacional e destinado à obtenção de Leite Pasteurizado para consumo humano direto ou para transformação em derivados lácteos em todos os estabelecimentos de laticínios submetidos a inspeção sanitária oficial.

2. Descrição

2.1. Definições

2.1.1. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas saudáveis, bem alimentadas e descansadas. O leite de outras espécies deve denominar-se segundo a espécie da qual proceda;

2.1.2. Entende-se por Leite Cru Refrigerado, o produto definido em 2.1.1., refrigerado e mantido nas temperaturas constantes da tabela 2 do presente Regulamento Técnico, transportado em carro-tanque isotérmico da propriedade rural para um Posto de Refrigeração de leite ou estabelecimento industrial adequado, para ser processado.

2.2. Designação (denominação de venda)

- Leite Cru Refrigerado.

3. Composição e Qualidade

3.1. Requisitos

3.1.1. Características Sensoriais

3.1.1.1. Aspecto e Cor: líquido branco opalescente homogêneo;

3.1.1.2. Sabor e Odor: característicos. O Leite Cru Refrigerado deve apresentar-se isento de sabores e odores estranhos.

3.1.2. Requisitos gerais

3.1.2.1. Ausência de neutralizantes da acidez e reconstituintes de densidade;

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “”: O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA-SP”

Nome do (a) Pesquisador (a): Eliane Silva dos Santos.

Nome do (a) Orientador (a): Munir Jorge Felício.

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade o **levantamento das associações de agricultores familiares do município de Rancharia SP.**
2. **Participantes da pesquisa:** 30 pessoas associadas.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) (Eliane Silva dos Santos). A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** Será realizada entrevista com os presidentes das associações e associados.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas (especificar aqui possíveis riscos e desconfortos gerados durante a pesquisa). Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre (associação), de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa (contribuir), onde pesquisador se compromete a divulgar os

resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Nome do Participante da Pesquisa

RG ou CPF do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: Eliane Silva dos Santos – 18-3265-3368 ou 18-9117-2456

Orientador: Munir Jorge Felício – 18 – 9113-6373

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Gisele Alborgheti Nai

Vice-Coodenadora: Profa. Dra. Rosa Maria Barilli Nogueira

Telefone do Comitê: 3229-2077

E-mail cep@funoeste.br